

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA – MEC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – IFCH
PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPG-S

**A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO:
democratização das relações intrafamiliares de assentados**

Nilson Binda

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, Dezembro de 2002.

Nilson Binda

**A FAMÍLIA EM TRANSFORMAÇÃO:
democratização das relações intrafamiliares de assentados**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociedade e Agricultura

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Porto Alegre, IFCH-UFRGS

- 2002 -

Dissertação defendida e aprovada em pela banca examinadora constituída pelos professores:

Dr. Ivaldo Gehlen - Orientador

Dr. José Carlos dos Anjos

Dr. Enno Dagoberto Liedke Filho

Dra. Cláudia Fonseca

DEDICATÓRIA

Dedico este estudo:

Aos meus pais, João e Maria, que constituíram uma família e acolheram
vidas.

À querida Cristine com quem constituo uma nova família.

Às famílias assentadas que, em dias de chuva, se sentam e, do alpendre,
olham felizes para suas plantações!

Ao MST e aos 'Amigos do MST'.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para que este estudo se realizasse. Não foram poucos os momentos de dificuldades e de crises, todos superados com a energia e entusiasmo dos familiares e dos amigos.

Agradeço, em especial, à querida esposa, companheira e amante Cristine, pelo incentivo e compreensão dispensados e nem sempre correspondidos à altura no período da elaboração deste estudo. Não fosse ela, certamente, este estudo não existiria.

Agradeço ao orientador e professor Dr. Ivaldo Gehlen, pela orientação, pela amizade e incentivo e por ter sabido ouvir e falar nos momentos certos.

Não posso deixar de agradecer à coordenação, aos professores, inclusive aos que compõem a banca examinadora, e aos funcionários do Curso de Pós-Graduação em Sociologia assistência concedida. Agradeço aos colegas que, com paciência, souberam compreender e colaborar para esse estudo.

Sou grato à CAPES pelo fomento da bolsa de estudos que durante dois anos auxiliou os estudos científicos; pelo qual tive dedicação exclusiva às pesquisas de campo e bibliográfica.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a cada membro familiar, criança, jovem, homem e mulher entrevistados, pela dedicação de parte de seu tempo e pelo relato da vida em família.

Agradeço à professora Ana Helena, pela agilidade e profissionalismo da correção do português, e à amiga Elizabeth Moura, pela tradução do resumo para a língua inglesa.

A todos e a todas, MUITO OBRIGADO!

EPÍGRAFES

“Saiu o semeador a semear [...] parte da semente produziu dez por um, trinta por um, sessenta por um, cem por um!”
(Lucas – Novo Testamento)

“A chuva cai sobre a natureza e a planta cresce gerando a riqueza e o trabalhador luta com certeza prá não faltar o pão sobre a nossa mesa.”
(I Oficina Nacional dos músicos do MST – 1999)

“Acredito que esteja claro par uma parcela cada vez mais significativa da população que reforma agrária não é ‘apenas’ um problema dos *sem-terra* e dos *com-terra*. A democratização da terra passa a ser reconhecida como condição indispensável para a construção de um país justo e democrático.”
(Herbert de Souza – *Betinho* – sociólogo)

“Acho que não teria sentido nenhum a gente querer mudar a nossa relação com o fazendeiro, com o empresário, com o governo, se a gente não mudar a relação com o companheiro e com nossos filhos.”
(Ivonete Tonin – líder do MST-RS)

SUMÁRIO

SUMÁRIO	006
RESUMO	009
SUMMARY	010
LISTA DE TABELAS	011
LISTA DE MAPAS	012
LISTA DE SIGLAS	013
INTRODUÇÃO	015
CAPÍTULO I	
MODERNIDADE, FAMÍLIA E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL	035
1.1. Modernidade.....	036
1.2. Família.....	040
1.3. Transformações no mundo rural.....	048
1.3.1. O trabalho rural.....	052
1.3.2. A educação dos filhos.....	054
1.3.3. O espaço doméstico	056
1.4. Impactos da luta pela terra sobre a família.....	059
1.4.1. De família sem terra a família assentada.....	060
1.4.2. Da patronagem à solidariedade.....	060
1.4.3. A socialização.....	062
1.5. As relações inter e intrafamiliares.....	063
CAPÍTULO II	
RECONSTRUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA ASSENTADA	066
2.1. A articulação na luta pela terra	066
2.1.1. A mediação religiosa.....	070
2.1.2. A mediação sócio-política	074
2.1.3. A mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.....	078
2.2. Reconstruindo as Relações	085
2.2.1. Os Municípios de Capão do Leão e Piratini.....	085

2.2.2. Trajetória dos assentados.....	088
2.2.2.1. Assentamento Conquista da Liberdade	090
2.2.2.2. Assentamento Vinte e Quatro de Novembro	092
2.2.2.3. Assentamento Vinte e Cinco de Outubro	093
2.2.2.4. As famílias estudadas.....	094
2.3. O novo espaço constituído pelo assentamento	103
CAPÍTULO III	
FACETAS DO COTIDIANO	106
3.1. Partilhando as atividades.....	108
3.1.1. Famílias constituídas antes do acampamento.....	108
3.1.1.1. Partilhando os trabalhos de casa e da lavoura	108
3.1.1.2. Gerenciando os bens culturais e patrimoniais	114
3.1.2. Famílias constituídas depois do acampamento	116
3.1.2.1. Partilhando os trabalhos de casa e da lavoura	117
3.1.2.2. Gerenciando os bens culturais e patrimoniais	120
3.2. Tomando as decisões.....	122
3.2.1. Famílias constituídas antes do acampamento.....	123
3.2.1.1. Planejando os trabalhos	123
3.2.1.2. Sobre os bens culturais e patrimoniais	126
3.2.2. Famílias constituídas depois do acampamento	127
3.2.2.1. Planejando os trabalhos	128
3.2.2.2. Sobre os bens culturais e patrimoniais	130
CAPÍTULO IV	
AMBIGUIDADES E PARADOXOS DA DEMOCRATIZAÇÃO	133
4.1. A articulação sócio-política	135
4.1.1 O “parente mais próximo”.....	135
4.1.2 A solidariedade	141
4.1.3 Os mediadores	145
4.2. As ambigüidades da democracia intrafamiliar	148
4.3. Paradoxos das transformações	153
CONSIDERAÇÃO FINAIS.....	164
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	168
ANEXOS.....	175
Anexo 01: Ficha de coleta para banco de dados.....	176

Anexo 02: Roteiro das entrevistas	177
Anexo 03: Bandeira do MST	178
Anexo 04: Entrevista com assentados.....	179
Anexo 05: Rótulos de Produtos da Reforma Agrária	191
Anexo 06: Fotos dos Assentamentos	192
Anexo 07: Pesquisa Exploratória	195
Anexo 08: Organograma das Entrevistas	196
Anexo 09: Esquema síntese do estudo	197

RESUMO

Este estudo sociológico analisa a família em transformação. O foco da análise está nos impactos da luta pela terra sobre o processo de democratização das relações intrafamiliares de assentados. Compõe a unidade de análise três Assentamentos de Reforma Agrária de dois municípios da região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Foram selecionadas quatorze famílias. Que transformações nelas ocorreram a partir da articulação da luta pela terra? Que impactos incidem nelas?

As famílias aqui estudadas têm várias origens sócio-culturais e professam a fé em diferentes igrejas. Elas provêm de municípios da região Norte do Estado do Rio Grande do Sul; especificamente da micro-região do Alto Uruguai. Hoje, estão agrupadas na região Sul do Estado no espaço constituído pelos Assentamentos e continuam reivindicando Reforma Agrária.

A luta pela terra ocasionou transformações nas famílias assentadas. As transformações são identificadas num recorte temporal. Nele, o período de acampamento é referencial da análise. Para este estudo as famílias estão separadas em dois grupos: um, das famílias constituídas antes dos acampamentos e, o outro, daquelas constituídas depois dos acampamentos. Neles, foram observados: a partilha das atividades e a tomada de decisões; para os trabalhos de casa e da lavoura, e o gerenciamento dos bens culturais e patrimoniais.

Agora, nos Assentamentos os pais querem prosperar na terra conquistada e ver os filhos estudando. As famílias assentadas tendem à democratização participativa das relações intrafamiliares, combatendo a discriminação e incentivando a participação da mulher e dos filhos; mas se encontram em meio a ambiguidades e paradoxos decorrentes da luta pela terra e do processo de modernização.

SUMMARY

This sociological study analyzes the family under transformation. The focus of the analysis is on the impacts of the struggle for the land on the process of democratization of the familiar relationships of settled people. The analyzed unity is composed by three Settlement of Agrarian Reform of two municipal districts of the Southern area of the Rio Grande do Sul State, Brazil. For that there were selected fourteen families. What kind of transformations happen in them from the articulation of the struggle for the land? What kind of impacts do happen in them?

The families here studied have several cultural and sociological origins and they profess their faith in different churches. They came from municipal districts of the Northern area of the Rio Grande do Sul State; specifically from the micro-area called "Alto Uruguai". Nowadays, they are joined together in the Southern area of the Sate, on the Settlements and they still demand for an Agrarian Reform.

The struggle for the land made transformations on the settled families. These transformations are identified in a temporal "cutting" in what the camp period is the referential for the analysis. For this study the families are separated in two groups: One of them is composed by families constituted before the camps and the other, of those constituted after the camps. In both of them it were observed: the sharing of their activities and the taken of decisions for the house works and for the farming works, as well as the management of cultural values and of patrimonial goods.

Now, in the Settlements, the parents want to prosper in the conquered land and to see their children studying. The settled families tend to do the participative democratization on their familiar relationships, by combatting the discrimination and by motivating the participation of their wives and children; but they are among ambiguities and paradoxes which come from the struggle for the land and from the modernization process.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: População total, urbana e rural, dos municípios de Capão do Leão e Piratini. Pág. 86.

Tabela 02: Procedência das famílias assentadas. Pág. 88.

Tabela 03: Aspectos sócio-culturais das famílias dos Assentamentos. Pág. 105.

Tabela 04: Organização produtiva das famílias assentadas. Pág.107.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Pág. 87.

Mapa 02: Regiões típicas do Estado do Rio Grande do Sul. Pág. 89.

LISTA DE SIGLAS

- CAP – Centro Agropecuário da Palma
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica - RS
- CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- COCEARGS – Cooperativa Central dos Assentamentos do Rio Grande do Sul
- COOPAVA – Cooperativa de Produção Agro-Pecuária Vista Alegre – Piratini – RS
- CPA – Cooperativa de Produção Agropecuária
- CPT – Comissão Pastoral da Terra (pastoral social da CNBB)
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
- EMATER – Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agro-pecuária
- FGV – Fundação Getúlio Vargas
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e de Estatísticas
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- ITEPA – Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria
- MAB – Movimentos dos Agricultores Atingidos por Barragens
- MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra (RS-1959)
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- MMTR – Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais
- MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
- MST-RS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, seção do Rio Grande do Sul.
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílios

PT	– Partido dos Trabalhadores
RA	– Reforma Agrária
RS	– Rio Grande do Sul, unidade da federação dos Estados do Brasil
SP	– São Paulo, unidade da federação dos Estados do Brasil
STR	– Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UCPel	– Universidade Católica de Pelotas
UFPel	– Universidade Federal de Pelotas

INTRODUÇÃO

O número de famílias assentadas no Brasil e no Rio Grande do Sul¹ desde 1981 por si só demanda estudos das relações familiares. Este estudo tem o propósito de dar visibilidade à família assentada nos seus aspectos sociais, relacionados ao poder, este, focado a partir da democratização das relações familiares, que nada mais é que uma diminuição, em certos aspectos, da dominação masculina prevalecente no espaço doméstico. O processo de democratização das relações familiares traduz aspectos da transformação da intimidade familiar que, na modernização da família, resulta em relações mais afetivas e abertas ao diálogo entre os pais e seus filhos.

Estudos realizados nos Assentamentos geralmente focalizam aspectos produtivos e econômicos.² Em investigações sociais sobre os Assentamentos muitas vezes os agricultores aparecem quase que isentos de afeto familiar e sem coração. Considerados como máquinas produtivas, movidas pelo combustível ‘revolucionário’; abastecido, em “tanques de lona preta”, os agricultores aparecem com a necessidade de responder cem por cento aos aspectos produtivos. Parece que por estarem incluídos num Programa de Reforma Agrária (RA) eles têm de ser infalíveis, principalmente no plano econômico.

Um outro enfoque sobre os Assentamentos faz perceber os membros de cada família assentada pessoas falíveis, com afeto, desejos, paixão, sonhos, prazer e dor, acertos e erros. São pessoas com histórias diferentes, reunidas num mesmo lugar pela necessidade – suprida – de ter terra, pelo desejo de ver a terra produzir

¹ Conforme dados do MST-RS, no Brasil foram assentadas, até 2002, quinhentas mil famílias e no RS existem 10.471 famílias assentadas em 285 Assentamentos de Reforma Agrária.

² Carlos E. GUANZIROLI, *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária, passim*. Este estudo contém uma versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022, Ministério da Agricultura e traz os principais indicadores sócio-econômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária no Brasil até 1989.

alimentos e de ver a família prosperar no projeto de construção de um mundo novo humano e digno.

Para cada membro familiar o tempo de acampamento constitui-se um período inaugural de aprendizado de coisas novas que dão sentido e significado à vida nos Assentamentos rurais. A terra os atrai como atrai um raio. Na terra permanecem para dela sugar a energia da vida e para a luta. As luzes das cidades não mais os atraem. Agora, os assentados sabem qual projeto modernizante outrora os atraía para as cidades e como está a situação daqueles que tal projeto abocanhou e abandonou nas periferias das grandes cidades. Na terra querem contribuir, a seu modo, para a edificação de uma nova sociedade.

Num esforço de contribuir na investigação sociológica e analisar as famílias em Assentamentos, este estudo traz aspectos do cotidiano das famílias assentadas na região Sul do Estado do Rio Grande do Sul, nos municípios de Capão do Leão e Piratini. O poder, a democratização nas relações, a partilha das atividades e a tomada de decisões no dia-a-dia das famílias de assentados constituem este estudo. A trajetória das famílias assentadas, com suas ambigüidades e paradoxos, também está contemplada, ainda que de forma sucinta.

1. TEMÁTICA

Os estudos sociológicos da família, tanto nas regiões subdesenvolvidas como nas desenvolvidas da sociedade brasileira, de um modo geral, não tiveram impulso na academia nas últimas décadas. As resistências foram grandes devido ao caráter linear e evolucionista do enfoque da família brasileira. Segundo Carvalho Filho (2000):

As razões da resistência eram políticas e ideológicas da própria sociologia na escolha de seus objetos de estudo. O viés vinha daquelas áreas de estudo marcadas e influenciadas pela visão marxista. A família era um assunto menor e marginal, pois o que é essa instituição senão um resquício do tradicionalismo, um 'cadáver' (Adorno) (p. 11).

O predomínio do viés marcado e influenciado pela visão marxista tornou outros temas relevantes sociologicamente - como o trabalho, a escola, etc, - e foram mais investigados no decorrer do século XX do que o tema da família.

Nas Ciências Sociais a Antropologia é quem mais se ocupa com estudos da família através de pesquisas e de investigações etnográficas. Nem por isso a família deixa de ser um tema interessante e passível de investigações sociológicas, pois o que se passa na sociedade tem reflexos dentro da família e vice versa, tornando-a um tema relevante à Sociologia.

A família ocidental sofreu profundas transformações durante o século XX. O modo de constituição de uma nova família já não é 'encomendado' pelos pais, como era antes, que envolvia mais o patrimônio familiar que as relações amorosas dos nubentes. Também o modo de se reportar teve significativas transformações. Novos aspectos sociais, culturais e educacionais passaram a fazer parte do dia-a-dia das famílias, tanto urbanas como rurais. Esses aspectos ocasionaram mudanças no modo de ser e de agir de cada membro familiar. Estes aspectos carecem de estudos sociológicos principalmente referentes ao poder e suas implicações nas relações intrafamiliares.

Segundo Beltrão (1973), as mudanças nas famílias no século XX decorrem fundamentalmente dos seguintes processos sociais: a industrialização, a urbanização, a mobilidade, a diminuição da mortalidade, o trabalho profissional da mulher e a transferência para o Estado de funções antes da família - como educação, recreação, etc. Os dois primeiros processos - industrialização e urbanização - entrelaçam-se intimamente não só entre si como também nos efeitos que exercem sobre a família. Estão imbricados também com a globalização, fenômeno em expansão que afeta todos os setores da sociedade, inclusive a família e o relacionamento entre seus membros. Quanto ao processo de transferência para o Estado de funções antes da família é importante frisar que esse processo é eminentemente moderno. No período pré-moderno não se concebia o Estado como esteio da família e sim a religião e a tradição, como atesta Montesquieu: "a família virtuosa é um navio que durante a tempestade está segura por duas âncoras: a religião e os costumes". Embora Montesquieu situe-se num período de transição para a Modernidade o Estado ainda não está contemplado em seu pensamento no que se refere à família.

Tradicionalmente a família camponesa tem sido considerada pela antropologia e sociologia uma unidade de produção e de consumo. A antropóloga

Ellen Woortmann (1997) considera a família uma “importante instituição para a regulamentação de comportamentos e de preservação de valores culturais” (p. 9). Ela enfatiza as relações que interligam os grupos domésticos, ou melhor dizendo, as famílias, “levando em consideração a dimensão do parentesco como princípio organizatório e como elemento central na reprodução social do campesinato” (idem p. 29). Dimensão que ficou alhures de estudos sociológicos da família, talvez pela diminuição de sua influência no mundo atual.

Estudiosos da família camponesa geralmente centralizam suas análises no trabalho familiar e não nas relações familiares e de parentesco, estas permanecendo em segundo plano. Para Giacobbo (1994):

A família, as relações familiares, tem sido analisada pelos estudos sobre o campesinato, de modo geral, como associada às relações de produção interna ao grupo familiar. Esse tipo de abordagem deve-se à importância atribuída ao trabalho familiar nesse grupo social (p. 11).

Este tipo de estudo não focaliza a análise nas relações intrafamiliares e dá ênfase às relações de trabalho, centralizando nelas o foco de análise. Do tripé, terra, família e trabalho, apontado por Tedesco (1999), ligado à racionalidade produtiva e ao *ethos* camponês, o tema trabalho se ressalta em detrimento aos outros dois.

A família agricultora é parte do espaço rural brasileiro. Este não é mais visto como “oposto” ao citadino, mas como espaço “*pluri e multi*”, onde se recria uma sociedade agrícola familiar que ao mesmo tempo re-conceitua sua cidadania e reafirma suas identidades específicas (Gehlen, 1998). No espaço rural também ocorre uma progressiva e reiterada urbanização que transforma radicalmente o modo de vida, o pensar, o sentir, o agir e o imaginar dos que se dedicam a atividades rurais. Isso decorre também do processo de globalização presente inclusive no meio rural através da inovação tecnológica e de instrumentos de Meios de Comunicação Social acessíveis, como o telefone, o rádio e a televisão que transmitem informações do mundo todo para, praticamente, todos os locais, até aqueles que há pouco tempo encontravam-se isolados e longe das informações.

“A família não é mais a mesma, está mudada”. Esta frase faz parte do repertório de familiares e estudiosos que vêem diferenças entre o modo tradicional e o moderno de cultivar relações familiares. Expressa, também, o pensamento de vários agricultores entrevistados para este estudo que sentiram a mudança dentro

de casa. Mesmo em famílias rurais, onde prevaleciam aspectos tradicionais de reprodução familiar, esta frase denota a presença de transformações significativas no modo de ser delas. Aspectos da modernidade – e da pós-modernidade – foram introduzidos no dia-a-dia das famílias, tanto do meio urbano e como do meio rural.

Os aspectos pós-modernos³, juntamente com os aspectos tradicionais e modernos, geram transformações, ambiguidades e paradoxos nas famílias. As novas situações os membros familiares enfrentam no seu cotidiano.

Estas transformações e paradoxos também estão nas famílias entrevistadas que formam a unidade de análise deste estudo. Os membros de famílias assentadas constituídas antes dos acampamentos revelam um modo de ser diferente ao atual modo de vivência familiar, principalmente nos aspectos educativo e econômico. O ‘modo antigo’ de educar os filhos continha certa dose de violência (gritos, surras, cobranças enérgicas, etc.) dos pais sobre os filhos. Hoje, nos Assentamentos, não mais ocorre a violência; a incidência de atos violentos é baixa entre os assentados. Os pais não querem que seus filhos sofram o que eles sofreram em relação aos seus pais; para isso, preferem dialogar.

No aspecto econômico das famílias assentadas não se sobressai o gerenciamento dos “bens conquistados” através da luta pela terra e Reforma Agrária. Os assentados tinham poucos bens, quando viviam sem a terra, e quase tudo o que faziam era determinado pelo dono das terras. A experiência administrativa acumulada pelos sem-terra é inexpressiva devido à total dependência dos negócios executados pelo dono das terras. O fato dos assentados gerenciarem seus próprios bens e negócios é inédito, por isso tende a ser compartilhado no intuito de Ter mais segurança nas transações que realizam. A articulação com os mediadores e com as instituições e entidades sociais contribui para a redefinição das relações familiares e dá novos elementos e novo significado à convivência familiar no espaço doméstico, privilegiando a afetividade entre os membros.

³ Heloisa SZYMANSKI, *Viver em família como experiência de cuidado mútuo*, p. 18-19. Ao analisar a situação atual da família a autora trata da transformação da instituição familiar observando o surgimento de novos modos de ser entre homens, mulheres e seus filhos. A monoparentalidade, os re-casamentos e a união homossexual caracterizam a família contemporânea com aspectos pós-modernos. Não há recusa do viver em família, pois o lar oferece abrigo, proteção e calor humano. O contemporâneos “desejam conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual”.

2. A PROBLEMÁTICA

A experiência de trabalho do autor deste estudo em Assentamentos como agente de pastoral possibilitou perceber vários conflitos em famílias dos agricultores assentados, inclusive nas famílias que compõem a unidade de análise desta pesquisa. Os conflitos pareciam de geração, entre pais e filhos ou de gênero, entre homem e mulher. A origem de tais conflitos é diversa. Conforme Maria da Glória Gohn, os conflitos podem ter raízes profundas nas tradições e nas culturas:

O movimento [MST] busca construir uma identidade cultural nova para os sem-terra, baseada no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm suas raízes e tradições, que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos (1999, p.161).

Essas raízes e tradições não são oriundas de experiências familiares passadas de geração em geração. Por isso, nos Assentamentos geram conflitos na tomada de decisões e nas escolhas de prioridades para as famílias, como o que plantar, onde plantar, o que comprar, etc. A raiz dos conflitos é estranha aos próprios assentados, aos coordenadores do MST e até aos mediadores porque se situa no espaço familiar e acerca dele ainda não há estudos sociológicos que dêem conta da explicação das origens de tais conflitos. O que acontece nos acampamentos e no conjunto dos Assentamentos é, de certa forma, visível, mas o que ocorre no espaço familiar é quase imperceptível e, para ser apreendido, necessita de técnicas adequadas e da aproximação do investigador.

O MST não enfoca a família somente como uma unidade de produção e de consumo. Também se atém às relações que se dão no espaço familiar dos assentados. Promove encontros anuais com lideranças dos Assentamentos ou do próprio MST, a fim de trabalhar questões ligadas à família, como as de relação de gênero, por exemplo. Os encontros são uma oportunidade de partilhar experiências vividas pelas famílias, principalmente das que têm liderança, e de buscar uma explicação a fim de superar certos conflitos existentes no cotidiano familiar.

Os estudos sociológicos e antropológicos sobre as familiares de assentados são poucos e pouco divulgados e distantes da realidade dos Assentamentos. As famílias buscam, então, orientações de diversas entidades sociais que estão próximas (igrejas, escolas, prefeituras) e de profissionais voluntários. Cada família

constitui-se uma fonte da qual jorra água cristalina, mas é preciso precauções ao ir à fonte para não turvar a água límpida.

Problemas específicos das mulheres, como os referentes à saúde, à sexualidade, ao controle de natalidade, às relações familiares, à divisão do trabalho doméstico, aos direitos da mulher trabalhadora rural, etc, já são enfocados por diversas entidades. As mulheres, participando de movimentos e de lutas sociais, estão perdendo a vergonha e o medo de falar e estão reivindicando seus direitos. Por outro lado, dentro de casa, em muitas famílias, por diversas razões, a mulher ainda tem medo de falar e de participar do processo decisório e da administração dos bens familiares. Um estudo desta problemática é relevante sociologicamente para compreender valores e práticas de assentados num espaço de difícil acesso: a família. Nela ocorrem práticas de dominação e existem discursos de igualdade e de participação em constante conflito, mas há também práticas de democratização. Há tradições, paradoxos e contradições nas transformações e demandam investigações sociológicas.

As famílias de agricultores sem terra, independente da origem sócio-cultural, étnica e religiosa, como quaisquer famílias, tiveram significativas transformações estruturais nessas últimas décadas. Acompanhando as mudanças que ocorrem na sociedade global entraram num processo de socialização e na luta por melhores condições de vida. Os acampamentos e os assentamentos, no processo de socialização, interferem nas relações familiares. Em que medida foram afetadas as relações que se referem à tomada de decisões e à partilha das atividades domésticas? Como se portam o homem, a mulher e os filhos nas famílias em Assentamentos? Como é definida a divisão de trabalho? Como ocorrem as articulações sócio-políticas nas relações entre vizinhos e parentes na comunidade de assentados? O processo de assentamento representa apenas uma mudança externa, de local e de posição social, ou ocasiona também alterações na reorganização social, econômica e de relações intrafamiliares?

A tentativa deste estudo é identificar e analisar a família assentada no processo global, além do aspecto produtivo, e percebê-la em contínua construção. O processo de transformação dos tempos, das relações familiares, da divisão de tarefas domésticas, nem sempre percebida na ótica da simples ruptura é analisados

neste estudo. O propósito é identificar os membros familiares e a organização de suas vidas nos aspectos da produção agrícola, da qualificação técnica e da administração dos bens familiares. Isso implica perceber como a condição de assentados contribui para os membros familiares assumirem relações democráticas e participativas nos espaço doméstico.

O problema de pesquisa colocado está em saber quais as características das famílias assentadas e as atribuições de seus membros na tomada de decisões e na partilha das atividades domésticas. Para buscar explicações ao problema fez-se um recorte temporal identificando as famílias constituídas antes e depois do acampamento.

Nas famílias tomam-se decisões, das mais simples às mais complexas, que exigem mais tempo e cuidado. Em que aspectos as famílias constituídas antes dos acampamentos, que viveram um tempo sem envolvimento com os acampamentos e Assentamentos, diferem das famílias constituídas depois dos acampamentos? As famílias há mais tempo constituídas têm adolescentes ou jovens. Estes se encontram desafiados a estudar, a acampar ou continuar no Assentamento. Para cursar o ensino médio e talvez um curso superior precisam sair de casa e morar na cidade perto da escola ou da universidade. Para acampar também precisam, necessariamente, sair de casa e se deslocar até um acampamento. Se permanecerem nos Assentamentos, trabalham para a família ou para o coletivo – cooperativa – aperfeiçoando-se com alguns cursos esporádicos e com o acompanhamento de técnicos que atuam como mediadores. Diante dessas perspectivas, como são tomadas as decisões no interior dessas famílias e qual o envolvimento dos jovens na tomada de decisão? Que fatores mais significativos são considerados na tomada de decisões? O futuro dos filhos é pensado a partir do mercado, da própria família ou de tradições culturais?

De outro lado, os membros das famílias recentemente constituídas, nos acampamentos ou Assentamentos, participam mais em manifestações públicas, nos movimentos sociais e políticos que as famílias mais velhas?. São os homens ou as mulheres que mais participam? Como organizam a participação nas atividades públicas e a execução dos trabalhos domésticos? Como são tomadas as decisões de participar ou não dos eventos sociais mais significativos? Quais conflitos

decorrem desse processo de tomada de decisão? Estas são questões em torno das famílias assentadas investigadas neste estudo.

A luta pela terra não pára, 'enquanto tiver um sem-terra a luta continua', revelou um agricultor assentado. Mesmo depois de assentados os agricultores lutam para que aqueles que ainda não têm terra conquistem-na para nela viver e trabalhar. Apesar das profundas transformações que a família vem sofrendo nas últimas décadas, ela busca superar as dificuldades advindas concomitantemente. Se para alguns autores a família está com seus dias contados, "é uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais comum do termo" como escreveu Bourdieu (1997, p. 135), parece que nos Assentamentos ela ganha novo fôlego e espaços de trocas e de convivência. O desafio está em perceber as mudanças significativas e como são assimiladas pelas famílias nos Assentamentos. A presença e a atuação de técnicos e profissionais mediadores entre os membros familiares atuam ao mesmo tempo na produção agrícola e nos relacionamentos familiares. Este estudo, sem deixar de conter aspectos da produção agrícola, investiga as transformações nas relações familiares observando a democratização, suas ambigüidades e seus paradoxos.

3. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Este estudo tem como objetivo demonstrar transformações nas relações de poder no espaço domésticos de famílias que aderiram à luta pela terra no MST, desde a origem até o assentamento. Também tem o objetivo de identificar as diferentes concepções que os agricultores assentados têm de família, observando a prática de discursos de igualdade e de democracia e a realidade de suas famílias. A abordagem é a partir de dois pontos: o da tomada de decisões e o da partilha das atividades domésticas. O objetivo não é comparar uma família com outra e sim o de analisar as transformações e verificar as incidências das mesmas na perspectiva de uma gestão familiar democrático-participativa e suas ambigüidades.

Também argumenta que os assentamentos constituem-se campo (Bourdieu) privilegiado de observação das mudanças de relações familiares. Eles tornam-se uma forma de expressão de novas relações familiares que podem tender a uma gestão democrático-participativa de seus membros, superando relações tradicionais,

autoritárias e machistas sem, no entanto, extirpá-las por completo. As famílias de assentados constituem-se campos tensos de disputas de poder e de posição entre o homem, a mulher e os filhos. Ao mesmo tempo elas contêm um fascinante processo de socialização e de construção de novas relações.

Portanto, as famílias assentadas que aderiram à luta pela terra, conviveram em acampamentos e vivem nos Assentamentos estão entornadas de aspectos democrático-participativos e na perspectiva da gestão familiar participativa e equilibrada. Esse pressuposto se fundamenta em princípios do MST e de outras entidades atuantes nos acampamentos e nos Assentamentos, que orientam as famílias para uma atuação equilibrada de homens e mulheres. A participação da mulher nas organizações sociais lhe confere acesso a um processo de 'empoderamento' que gera alterações nas posições e conflitos familiares.

Um dos objetivos deste estudo é identificar as diferentes concepções de família que os agricultores assentados têm, observando nelas a presença de discursos de igualdade e de democracia. Esses discursos serão confrontados com a observação de facetas do cotidiano das famílias assentadas. Assim, é possível identificar as aproximações e os distanciamentos entre eles.

Outro objetivo é analisar os impactos acerca de valores e práticas familiares de assentados decorrentes das transformações ocorridas na trajetória das famílias, desde a condição de sem-terra até a de assentada. O decorrer do tempo e a ocupação de diversos espaços sociais e em novos locais ocasionaram alterações significativas nos membros familiares que se refletem nas relações familiares. O processo de tomada de decisões nas famílias em Assentamentos e a atuação dos membros familiares no compartilhamento das atividades na unidade doméstica também serão focalizados com o objetivo de perceber a atuação de cada membro familiar em tal processo.

Para atingir estes objetivos, duas hipóteses orientam a análise. A primeira: a experiência vivenciada na luta pela terra e Reforma Agrária nos acampamentos e nos Assentamentos produziu maior equilíbrio nas relações intrafamiliares e proporciona maior participação da mulher e dos filhos no processo decisório da família. Esse processo tende à produção de uma gestão familiar democrático-

participativa. A segunda hipótese: a experiência vivenciada nos acampamentos e nos Assentamentos produz um processo de reconstrução social da família. Quanto mais a família estiver articulada na luta pela terra, mesmo depois de assentada, mais se reconstrói socialmente, assumindo elementos identitários de família assentada, e amplia seu leque de relações.

4. JUSTIFICATIVA

As famílias assentadas já alcançaram um de seus objetivos: a terra. Mas elas fazem parte de um universo maior de famílias que querem condições dignas de vida, conforto, segurança e dignidade no meio rural. No Brasil, o número de famílias sem terra ultrapassa a cifra de quatro milhões e meio e, em vinte anos, apenas meio milhão de famílias foi assentada. Isso denota que a demanda por terra continua e mais, os filhos de assentados estão alcançando a maioridade, constituindo família e carecem de um pedaço de terra; são, portanto, sem-terra.

A motivação deste estudo se encontra naquelas famílias que faziam parte dos índices de famílias sem terra e hoje compõem o universo das famílias assentadas. A trajetória de luta pela terra produziu alterações no *modus vivendi* dessas famílias e fez surgir uma nova categoria social: a da família assentada. As relações intrafamiliares foram redefinidas, a partir do novo espaço social de lutas e de vivências, e investigadas sociologicamente no intuito de buscar elementos que possam explicar tais redefinições.

Acerca do processo de reconstrução social das famílias assentadas é pertinente uma investigação sociológica. O processo de democratização das relações intrafamiliares de assentados, com suas ambigüidades, constitui um dos fatores que auxiliam a explicação e a compreensão dessa nova categoria sócia, a família assentada, num novo contexto sócio-cultural constituído pelo assentamento.

Este estudo sociológico da família assentada vem somar-se aos estudos existentes nas ciências sociais referentes à família. Pretende ser um contributo à produção de conhecimento sobre a temática da família. É pertinente, portanto, este estudo sociológico acerca da família em Assentamentos focalizando questões relacionadas ao poder e à democratização nas relações familiares. Diversos estudos

sociológicos e econômicos demonstram as grandes transformações ocorridas nos aspectos da produção e do consumo nas famílias camponesas no século XX. O mesmo não ocorre com estudos referentes às relações familiares de assentados. Este estudo aborda a temática da família num campo específico, os Assentamentos de agricultores que aderiram à luta pela terra e Reforma Agrária no MST, que é um marco referencial da sociedade brasileira e com repercussões além das fronteiras nacionais.

Por fim, este estudo quer ser uma tentativa de reincorporar a temática da família às discussões da sociologia, em seus debates atuais, e contribuir nos debates sobre família nos Assentamentos e no MST, sendo estes já de grande relevância social, cultural e econômica para o RS e para o Brasil. Na ANPOCS existe um Grupo de Trabalho (GT) que estuda especificamente a família. Passando pelos textos produzidos percebe-se que os estudos voltados para a família no meio rural e em Assentamentos são escassos se comparados com outros estudos que focalizam outros temas do meio rural.

5. METODOLOGIA

O presente estudo circunscreve quatorze famílias vinculadas aos três Assentamentos (Conquista da Liberdade, Vinte e Quatro de Novembro e Vinte e Cinco de Outubro) que compõem a unidade de análise da pesquisa de campo. No conjunto, foram setenta e nove famílias inquiridas a partir do levantamento prévio junto às lideranças dos Assentamentos e do MST no período de maio de 2000 a setembro de 2001. As quatorze famílias selecionadas para as entrevistas foram divididas em dois grupos a partir de um recorte temporal: o primeiro grupo de famílias constituídas antes dos acampamentos e o segundo grupo de famílias constituídas a partir dos acampamentos. Nos dois grupos as famílias foram classificadas a partir da origem sócio-cultural, - incluindo a etnia - religiosa e de posições de liderança dentro e fora dos Assentamentos.

Para este estudo são utilizados conceitos como os de Modernidade, de família, de socialização e de trabalho. Eles são um aporte na tentativa de explicar sociologicamente o que ocorre nas famílias assentadas em suas trajetórias de reconstrução social e de democratização das relações entre seus membros, com

suas ambigüidades, das relações intrafamiliares redefinidas. O fato de este estudo ter focalizado e se referenciar nas atividades domésticas relatadas pelos próprios atores entrevistados apresenta fragilidade no seu referencial teórico. Não há um autor ou corrente sociológica como referência básica. Diversos autores e correntes do pensamento sociológicos entraram no debate da temática das transformações na família enriquecendo-o, desta forma, sua abordagem.

No primeiro capítulo, diversos conceitos de Modernidade e de família. Nenhum conceito consegue agrupar a vastidão dos elementos que agregam a Modernidade, mas os aspectos considerados auxiliam na contextualização da família em meio às transformações sociais ocorridas nos últimos dois séculos.

Existe uma gama enorme de definições de Modernidade. Este estudo prima pela concepção histórica da Modernidade, exclusivamente ocidental, portadora da idéia de mudança contínua e supervalorização do futuro e da racionalidade. Modernidade é um modo de ser com certa visão de mundo voltada para o futuro. Os dois marcos históricos mais expoentes da modernidade foram a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. Com elas houve uma ruptura e separação do passado. O antigo regime, centralizado na fé religiosa, teve que ser interrompido e a sociedade (ocidental) toda teve que se reorganizar a partir de novas doutrinas políticas e do Direito e em novos espaços sociais. As coordenadas do espaço e do tempo foram redefinidas e o homem, voltado para o futuro, permanece no centro da Modernidade redefinindo sua racionalidade e apostando no científico. Nunca, em tão pouco tempo, na história, ocorreram tantas transformações como na Modernidade.

É pertinente discorrer sobre o que escreveu Frei Betto (1996) na crônica *Ritmo da Modernidade* e perceber algumas conseqüências da Modernidade.

Nada parece resistir ao império da razão despida de mitos e utopias. O único eixo é a economia, e a pessoa só importa enquanto ser produtivo. O resto – ilusões, fantasias, valores, espiritualidade – fica relegado à esfera privada. Lá no recôndito do lar ou do coração podemos nos imaginar super-homens ou encarar a nossa mesquinhez (p. 30).

O homem moderno se sente grande em sua razão e mesquinho também. Há na Modernidade a presença instigante de contradições espalhadas por toda parte, também nas famílias agricultoras assentadas.

Neste estudo existem diversos conceitos de família. Nenhum comporta a amplitude do que seja família. Todos abordam aspectos relevantes da complexa realidade escondida na família. O conceito que norteia o presente estudo é aquele que compreende família como um grupo social reunido por laços de sangue e de parentesco, que tem com objetivo primordial a convivência de seus membros e a descendência. O foco de análise se volta para a convivência por ser ela que dá sentido da existência ou não de uma família.

Embora a palavra “socialização” seja de uso relativamente recente, ela remete a uma questão fundamental na sociologia: como o indivíduo se torna membro de sua sociedade e como é produzida sua identificação com esta sociedade. Para este estudo interessa a socialização como processo pelo qual os membros familiares aderem ao ingressar na luta pela terra no MST. Alguns autores chamam de “segunda socialização” como continuidade à “socialização primária” na qual o indivíduo está exposto na infância.

Ao aderirem à luta pela terra, as famílias de agricultores sem terra ingressam num processo intenso de re-socialização, processo que continua nos Assentamentos. Antes de conquistarem a terra, as famílias viviam um modo social - e familiar - característico de relacionamento entre seus membros e com os proprietários das terras, sendo estes parentes ou não. Depois de aderirem à luta pela terra, inserindo-se num acampamento, as famílias cultivam novos relacionamentos, com pessoas e entidades que, direta ou indiretamente, interferem na vida familiar.

Conforme Johnson (1997), socialização é o processo através do qual indivíduos preparam-se, ou são preparados, para participarem da sociedade e instituições sociais, onde necessariamente há alguma compreensão de símbolos, de idéias, de linguagem e das relações que constituem a sociedade e as instituições. Embora seja mais comumente associada ao desenvolvimento da criança, a socialização é “um processo de vida inteira que ocorre à medida que pessoas adquirem novos papéis e se ajustam à perda de outros papéis mais antigos” (p. 212).

No processo de socialização os indivíduos criam um senso de apego às instituições nas quais participam. O poder da socialização, de moldar sentimentos, pensamentos, aparências e comportamentos de pessoas, já gerou controvérsias dentro da sociologia. Isso se deve, em parte, conforme Johnson (1997):

[...] à variedade de experiências que as pessoas encontram em família, escolas, ocupações e comunidades e também ao fato de que os indivíduos não são passivos e desempenham um papel importante em sua própria socialização (Idem, p. 212).

O processo de socialização de algumas lideranças do Movimento⁴ e dos Assentamentos às vezes gera conflitos na convivência familiar. A demanda de reuniões, viagens, encontros de capacitação, manifestações públicas, etc, requer presença quase que contínua de alguns líderes. Em vista da terra e de melhores condições de vida, as lideranças se ausentam em muitos momentos da convivência familiar e dedicando-se ao Movimento; “mas a família é prioridade” (homem, 35, entrevista n. 6), como revelou esta liderança, porque é para ela que labutam. Geralmente são as crianças que reclamam maior presença e participação dos pais em casa. A mulher que acampou e ocupou e também passa por um processo de socialização, compreende mais facilmente a situação, sem deixar de sentir a falta do companheiro. “Fazer o quê! A gente entende” (mulher, 35, entrevista n. 6). Além de compreender a situação do companheiro a mulher procura explicar para os filhos o porquê do pai não parar tanto em casa.

A palavra “trabalho” contém múltiplas concepções e diversos significados. Nesse estudo “trabalho” não se refere somente ao “trabalho produtivo” – o trabalho da lavoura, refere-se a toda ação, no sentido amplo⁵. Portanto, a produção e o ordenamento de idéias também são trabalhos e há autores que sobrevivem produzindo e vendendo idéias.

Numa entrevista intitulada *O Olho do Poder*⁶, Michel Foucault (1996) manifesta três funções básicas do trabalho: a função produtiva, a função simbólica e a função de adestramento, ou função disciplinar. Enquanto que nas categorias de

⁴ O termo Movimento, com letra maiúscula, refere-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

⁵ Annah ARENDT, *A Condição Humana*, p. 149. A autora designa trabalho uma das três atividades humanas fundamentais: 1ª. Labor, atividade que corresponde ao processo biológico do corpo humano; 2ª. Ação, atividade que se exerce entre os homens e 3ª. Trabalho, atividade correspondente ao artificialismo, produz um mundo “artificial” de coisas. Trabalho é o fazer coisas (*facere*), fabricar com durabilidade do *homo faber*.

que ele se ocupava – doentes, presos, loucos, crianças - as funções simbólica e disciplinar do trabalho eram muito importantes, para nós, que nos ocupamos com a categoria família agricultora, é a função produtiva do trabalho a mais importante, embora as três funções coabitem (p. 224).

A função produtiva de trabalho sem dúvida é a mais importante nas famílias agricultoras assentadas. Não menos importante é a função simbólica, embora seja mais imperceptível. A função simbólica do trabalho se expressa fortemente entre os membros familiares quando estes conceberem o trabalho como uma terapia, um remédio. O trabalho representa a vida do trabalhador rural, não podemos imaginar uma família agricultora sem percebê-la no trabalho. Família e trabalho andam juntos. A função de adestramento está correlacionada ao poder e à dominação, geralmente do homem sobre a mulher e os filhos.

O processo de conhecimento empírico e de aproximação das famílias dos agricultores assentados do autor deste estudo iniciou através de contatos informais e de visitas aos Assentamentos em 1992, quando as primeiras famílias foram assentadas na região Sul do Estado. Até 1996 os contatos eram de atividade pastoral e religiosa, que além do acompanhamento catequético e litúrgico incentivava relações comunitárias entre os assentados e a participação em manifestações apoiadas ou organizadas pelas Pastorais Sociais da CNBB, como a Romaria da Terra, Romaria do Trabalhador, Grito dos Excluídos, Semana Social Brasileira, etc.

O levantamento dos dados gerais dos Assentamentos e das famílias assentadas para este estudo deu-se através de contatos com lideranças dos Assentamentos e do MST, que informaram dados sobre o tempo de constituição familiar, a origem sócio-cultural, a religião e o local de procedência de cada uma das 79 famílias assentadas. Com estes dados tabulados procedeu-se então à seleção das quatorze famílias que compõe a amostra intencional para este estudo. As famílias foram escolhidas observando-se os seguintes critérios: tempo de constituição familiar, origem sócio-cultural, religião, local de procedência e posição que ocupa no assentamento.

⁶ Michel FOUCAULT, *Micro-física do Poder*, p. 209.

A amostra intencional, observada a proporcionalidade, é composta de cinco famílias constituídas nos acampamentos e nos Assentamentos e nove famílias constituídas antes dos acampamentos, no local de procedência. Entre as famílias constituídas antes dos acampamentos foram selecionadas três famílias constituídas até vinte e cinco anos e seis com mais de vinte e cinco anos de constituição familiar. Respeitada a proporcionalidade foram selecionadas oito famílias de origem sócio-cultural cabocla⁷, quatro descendentes de imigrantes e duas de outras origens sócio-culturais; oito famílias da igreja católicas e seis de outras igrejas.

No mês de maio de 2001 foi realizado levantamento das famílias dos Assentamentos a partir de informações da secretaria regional do MST e de lideranças da COCEARGS, do MST e dos Assentamentos. A secretaria do Assentamento Conquista da Liberdade está junto à sede da COOPAVA de onde se obteve os dados do levantamento. Os Assentamentos Vinte e Cinco de Outubro e Vinte e Quatro de Novembro não possuem sede que reúne os dados e os documentos de secretaria. “Os papéis ficam nas casas das lideranças”, como foi informado.

A pesquisa de campo foi realizada entre julho de 2000 a setembro de 2001 nos Assentamentos Vinte e Quatro de Novembro, Vinte e Cinco de Outubro (Capão do Leão) e Conquista da Liberdade (Piratini). Em julho de 2000 realizou-se a pesquisa-piloto (exploratória). Primeiramente, a pesquisa-piloto, com a técnica de entrevista semi-estruturada, realizada com a um agente de pastoral que durante anos assessorou a comunidade religiosa Nossa Senhora de Lourdes, do Assentamento Conquista da Liberdade, e visitava as famílias assentadas prestando serviços religiosos e comunitários e orientando-as à saúde preventiva através da Pastoral da Saúde.⁸ Depois, três famílias assentadas foram entrevistadas: uma em Piratini e duas no Município de Capão do Leão. Nesta experiência piloto foi seguido um roteiro que serviu de base para o questionário aberto aplicado às famílias selecionadas para a amostra intencional.

⁷ Origem resultante da mestiçagem do branco com índio, também chamada de bugre. Ivaldo GEHLEN. *Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla*, p. 123-141. Neste artigo o autor afirma que no Brasil “o caboclo é o único tipo social resultante étnico, social, econômico e cultural do processo colonizatório. A identidade cabocla constrói-se pela sua experiência histórica e plasma um *modo de vida* particular.”

⁸ A Pastoral da Saúde é um órgão da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) presente nas paróquias da igreja católica de todo o Brasil.

A partir dessas informações efetuou-se o levantamento de dados, a partir das lideranças, e a seleção das quatorze famílias para a amostra intencional. Em seguida as famílias selecionadas foram previamente contatadas para marcar o dia e horário das entrevistas. Quase todas as entrevistas foram realizadas aos sábados, tendo em vista que aos sábados os membros familiares, em sua maioria, estariam em casa e objetivo era de entrevistar todos eles. Cada entrevista durou cerca de 45 minutos, com exceção de duas que duraram uma hora e meia. Eram convocados todos os membros familiares, o homem, a mulher e seus filhos. Na maioria das entrevistas participou o casal, acompanhado de filhos menores, que por vezes disputavam a atenção dos pais com o entrevistador. Os jovens de duas famílias permaneceram juntos no momento das entrevistas e quase não falaram. Os jovens, filhos de assentados, dadas sua trajetória e sua situação, mereceriam um estudo específico, que não é objetivo desta investigação.

A técnica da entrevista semi-estruturada foi considerada a mais adequada para este estudo por dois motivos: um, para evitar a inibição e o constrangimento que a técnica da observação participante, por exemplo, poderia ocasionar visto ocorrer no espaço doméstico, de intimidade familiar, e o outro, porque pela entrevista obtém-se as informações suficientes a respeito das transformações ocorridas nas famílias a partir dos relatos dos informantes.

Nos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2001, realizou-se o trabalho de campo para a coleta de dados através das entrevistas gravadas com as famílias selecionadas para a amostra intencional. Algumas famílias previamente selecionadas não puderam conceder as entrevistas no dia e horário marcados. Em seus lugares foram escolhidas outras famílias que preenchiam os critérios estabelecidos.

No primeiro momento das entrevistas havia conversas descontraídas, 'para quebrar o gelo'. Em seguida, explicação do procedimento da entrevista, inclusive tendo autorização de cada um para a gravação. Num terceiro momento, com o auxílio da ficha de coleta para o banco de dados (anexo 01), foram obtidas as informações referentes à origem e à identificação e à trajetória familiar, com informes dos pais e avós, tudo registrado na ficha. Somente num quarto momento procedeu-se a gravação, com o auxílio de um roteiro previamente elaborado (anexo 02). As

perguntas eram intercaladas entre o homem e a mulher, permitindo à mulher responder algumas perguntas antes do homem e outras o homem responder antes da mulher evitando, assim, que sempre a mulher respondesse depois do homem.

O esquema explicativo (anexo 09) pretende ser uma síntese deste estudo, centralizado nas transformações da família e nas relações de seus membros. Nele pode se observar os impactos da luta pela terra sobre as famílias, as ambigüidades e os paradoxos deles decorrentes.

Por vezes, o relato dos entrevistados se apresenta um tanto triunfalista. Por ser os próprios entrevistados os protagonistas da história relatada, facilmente depreciam a vida que levavam antes de entrar no Movimento, quando viviam sem a terra, e, como heróis, relatam as conquistas alcançadas. Há, portanto, a presença de um discurso triunfalista e vencedor, mas nele estão as informações que denotam as principais alterações ocorridas nas famílias ao longo da luta pela terra.

A estrutura deste estudo apresenta-se em quatro capítulos.

O primeiro capítulo consta de análise teórica da família frente ao processo de transformações sociais ocorrido na sociedade nos dois últimos séculos. A Modernidade está implicada nessa análise pois dela decorrem as transformações nas famílias agricultoras e no mundo rural. Uma breve análise dos impactos do processo de luta pela terra sobre a família é feita observando o processo de socialização e o 'empoderamento' desde a condição da família sem a terra até a condição de assentada. E, por fim, uma visão das relações no novo espaço social constituído pelo Assentamento.

O segundo capítulo discorre sobre a reconstrução social da família assentada, analisa a articulação das famílias sem terra na luta pela terra e a trajetória das famílias assentadas, desde a origem até os Assentamentos situados nos municípios de Capão do Leão e Piratini – que compõem a unidade de análise. No final do capítulo, há uma análise de alguns aspectos sociais das famílias em estudo que residem nos referidos Assentamentos.

O terceiro capítulo descreve facetas do cotidiano, o dia-a-dia das famílias assentadas. Traz, num primeiro momento, uma descrição do cotidiano sob a faceta

da partilha das atividades, considerando a partilha dos trabalhos da casa e da lavoura, e o gerenciamento dos bens culturais e patrimoniais. Na descrição é observado o recorte temporal das famílias constituídas antes e a partir do acampamento. Num segundo momento descreve o cotidiano das famílias observando a tomada de decisões. Na descrição são observadas as famílias constituídas antes dos acampamentos e aquelas constituídas a partir dos acampamentos. O acampamento cria uma ruptura no cotidiano e neste recorte temporal são observados o planejamento dos trabalhos da casa e da lavoura e o gerenciamento dos bens culturais e patrimoniais.

Por fim, o quarto capítulo lança um olhar sobre algumas ambigüidades e paradoxos decorrentes das transformações nas relações familiares. O olhar é a partir dos dados coletados no campo primário, desde a pesquisa-piloto (exploratória), e da contribuição bibliográfica de autores que inquiriram a família e a agricultura. Neste capítulo, a articulação sócio-política dos assentados detém um destaque privilegiado. Nela, identifica-se a prática dos mediadores que atuam, nos Assentamentos, como aliados estratégicos e colaboradores na edificação das relações sócio-políticas dos assentados; entre eles e com a sociedade.

CAPÍTULO I

MODERNIDADE, FAMÍLIA E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO RURAL

A família e a Modernidade contêm significados múltiplos que a elas são atribuídos por um número sem fim de autores. As significações dependem, fundamentalmente, da ótica, da posição social e do meio cultural de quem as aborda. A multiplicidade, por sua vez, depende da criatividade dos autores no momento das observações dos elementos nelas contidos. As observações, quando são registradas e consultadas, propiciam outras abordagens e, sucessivamente, se manifestam infinitamente. Entretanto, as abordagens convergem em determinados pontos comuns.

A transformação é um dos pontos comuns que família e Modernidade carregam. A família é portadora de mudanças estruturais, referentes à sua constituição. Tais transformações disponibilizam aos seus membros novas posições, proporcionando redefinição nos relacionamentos intra e interfamiliares. A Modernidade, por sua vez, porta transformações sociais, históricas e materiais que afetam os indivíduos e os setores da sociedade, principalmente a ocidental, colocando o ser humano em novas posições frente à história, à natureza, à família e a si próprio.

O processo de transformação ocorrido na sociedade ocidental caracterizado pela Modernidade também acarretou transformações no meio rural e, nele, às famílias agricultoras, inclusive às sem-terra, em menor grau que às assentadas. Esta é a abordagem deste primeiro capítulo. O enfoque é dado, primeiramente à Modernidade, depois à família, em seguida às transformações do mundo Rural para, enfim, abordar os impactos da luta pela terra e as relações familiares dos assentados.

1.1. Modernidade

Antes de qualquer abordagem da família convém dissertar sobre alguns aspectos da Modernidade, concebida aqui como um sintoma da sociedade⁹ com características contextualizadoras da família moderna. A seguir discorre-se acerca de manifestações da Modernidade que revelam suas características e conseqüências. Considerando a vastidão e a complexidade da Modernidade, sua abordagem não deixa de conter controvérsias.

O século XX foi marcado por um debate crítico acerca da Modernidade, seus resultados e suas perspectivas. A Modernidade contém em seu interior o debate sobre o desenvolvimento das sociedades, as diferenças históricas nacionais, regionais, sociais, econômicas, culturais e religiosas; ela está diretamente relacionada às suas promessas.

Muitos autores têm responsabilizado a modernidade, não obstante o considerável desenvolvimento da humanidade, pelo desencantamento das sociedades (morte das utopias, onipotência da razão, exclusão, opressão e pelo privilégio de minorias). Tanto as sociedades onde ela se originou e se desenvolveu plenamente, quanto as que não participaram diretamente dos eventos que a precipitaram na Europa consideram-na responsável pelos processos econômicos e políticos que produziram as desumanas condições de vida em que vive uma parte da população mundial (Paze, 2001, p. 49).

A Modernidade contém em si grandes descobertas e contradições. Ao mesmo tempo encanta o ser humano, pelos seus magníficos eventos de alcance mundial, e desencanta por excluir¹⁰ grande parcela da população mundial de seus magníficos resultados. Há autores, como Boaventura de Souza Santos, e outros, que investem em investigações das hesitações modernas e nas contradições da Modernidade.

No final do século XIX o filósofo Nietzsche, crítico da Modernidade, apontava as contradições entre as promessas e as realizações da Modernidade, além do preço que a humanidade pagaria pela utopia moderna. Nesta mesma perspectiva, Boaventura de Souza Santos (1995) afirma existir um processo de superação e obsolescência em torno da Modernidade:

⁹ Maria S. A. SOARES, *Repensando a Modernidade Latino-americana*, p. 24. “A modernidade, diz Jean Baudrillard, não é nem um conceito sociológico, nem um conceito político, nem propriamente um conceito histórico. É um modo de civilização característico, que se opõe ao tradicional, irradiante mundialmente a partir do Ocidente. Ligada a uma crise histórica e de estrutura, a modernidade é o sintoma”.

¹⁰ A exclusão social no mundo envolto pela Modernidade é um tema caro à Sociologia. Vários autores se debruçam sobre esse tema que contém em si elementos da controversa realidade social.

O colapso do paradigma constituído pela modernidade se deve a um processo de superação e obsolescência da mesma. Superação porque cumpriu algumas de suas promessas e cumpriu-as excessivamente, e obsolescência por não ter conseguido cumprir uma parte significativa daquelas promessas. São inegáveis as conquistas sociais, políticas, culturais e econômicas engendradas pela modernidade, apesar dos limites e dificuldades que permanecem até o presente (p. 76-77).

É difícil, se não impossível, querer identificar o início da Modernidade, pois ela se originou de um processo histórico ligado ao Iluminismo (Descartes, Copérnico, Tomas Moro), à Reforma Religiosa do século XVI e às revoluções Francesa (1789) e Industrial (desde o século XVIII) acontecidos na Europa. A Modernidade desenvolve-se concomitantemente, e de forma intimamente relacionada, ao capitalismo. Um de seus momentos históricos de consolidação foi a ‘descoberta’ do continente americano no final do século XV que afetou todos os setores sociais nos séculos posteriores até os dias de hoje.

A Modernidade passou por um longo processo de consolidação na Europa. Seu projeto sócio-cultural constituiu-se entre o século XVI e finais do século XVIII. Suas bases políticas e os fundamentos filosóficos foram alcançados no decorrer dos séculos XVII e XVIII superando o feudalismo. “Só a partir daí se inicia verdadeiramente o teste do seu cumprimento histórico” (Santos, 1995, p. 78).

A primeira revolução da Modernidade foi substituir a primazia da religião (fé) pela primazia da razão. A crença do indivíduo no progresso ilimitado da razão e na liberdade passa à ordem do dia. De acordo com Quijano (1993), “a primogênita modernidade constitui em verdade, uma promessa de libertação, uma associação entre razão e liberdade” (p. 11). A razão e seus corolários passam a ter a supremacia.

Conforme Paze (2001), Modernidade é:

[...] um modo de civilização que se opõe ao modo tradicional. As mudanças econômicas, sociais, culturais, políticas que marcaram esse processo queriam produzir o colapso do antigo (p. 55).

Após o século XVIII a Modernidade deixa de ser uma idéia e passa a ser uma concepção de sociedade a determinar a maneira de viver daqueles que nela viviam. “A mudança como valor supremo, a crença no progresso ilimitado da humanidade e a fé na razão eram os elementos fundamentais da utopia moderna” (Soares, 1993, p. 28). A sociedade deixa de ser fundamentada pelo passado, pela eternidade

religiosa e pelas estruturas sociais, econômicas e políticas imutáveis e passa a ser norteada pelo futuro, pelo progresso, pelo que há de novo, pelo '*devenir*' (Heidegger). Essa revolução no pensamento e nas práticas dos homens modernos a partir do ocidente aos poucos afeta todas as sociedades, interferindo no dia-a-dia dos indivíduos desde seu *habitat* até alcançar uma escala mundial.

Todos os setores sociais foram afetados pela Modernidade, principalmente a organização espacial e a arquitetura. Com as novas demandas, no final do século XVIII a arquitetura começa a se especializar e se articular com os novos problemas das populações, da saúde, do urbanismo. A organização do espaço passa a ser utilizada para alcançar objetivos econômicos e políticos, diferentemente do período anterior com objetivos religiosos. Michel Foucault (1996), em seus estudos sobre o poder em hospitais, presídios, manicômios e escolas, assim se manifesta a respeito da nova organização espacial:

Outrora, a arte de construir respondia sobretudo à necessidade de manifestar o poder, a divindade, a força. O palácio e a igreja constituíam as grandes formas, às quais é preciso acrescentar as fortalezas, onde manifestava-se (sic) a força, manifestava-se o soberano, manifestava-se Deus. A arquitetura durante muito tempo se desenvolveu em torno destas exigências. Ora, no final do século XVIII, novos problemas aparecem: trata-se de utilizar a organização do espaço para alcançar objetivos econômico-políticos (p. 211).

As casas passam a ter cômodos (quarto das crianças, dos pais), deixando de ser um espaço indiferenciado como nas casas pré-modernas. Exemplo disto está nas edificações das cidades de operários do século XIX, na Europa onde, segundo Foucault (1996), “a família operária será fixada; será prescrito para ela um tipo de moralidade, através da determinação de seu espaço de vida” (p. 212). Ainda conforme Foucault, necessitaria de se fazer uma ‘história dos espaços’ que seria o mesmo que uma ‘história dos poderes’ (idem, p. 212). Na Modernidade a ocupação dos espaços revela o poder do capital sobre o trabalho; também revela o capitalismo que, conforme Boaventura de Souza Santos, cresceu concomitantemente com a Modernidade e é sua maior expressão.

Para Harvey (1999) Modernidade é “essa conjugação entre o efêmero e fugidio e o eterno e imutável”. É experiência vital – experiência do espaço e do tempo, do eu e dos outros, das possibilidades e perigos da vida – que é partilhada por homens e mulheres em todo o mundo atual. Ser moderno é encontrar-se num

ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, transformação de si e do mundo e, ao mesmo tempo, que ameaça destruir tudo, os saberes e a própria existência. Um sintoma moderno, por exemplo, é o medo constante da destruição do planeta terra por bombas nucleares que num toque de mão jogaria pelos ares tudo o que foi construído.

Diz Harvey:

A modernidade não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes, envolve também um 'projeto' (Habermas) que equivale a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas para desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e as leis universais e a arte autônoma nos termos da própria lógica interna destas (p. 21-23).

Modernidade, segundo o pensamento de Harvey, é essa “experiência vital” em que as pessoas, usando o acúmulo de conhecimentos, trabalham livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. Entre tudo o que é transitório, efêmero, fugidio, há um projeto envolto de mudanças mediante os quais se produzem fenômenos sociais e culturais atingidos pela fragmentação. Ser moderno, portanto, é fazer parte de um universo onde “tudo o que é sólido se desmancha no ar”¹¹. Ser moderno é construir a vida olhando para frente, projetando-se num mundo desconhecido e creditando à força da razão a possibilidade de realizá-lo.

No projeto da Modernidade continua Harvey (1999):

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana (p. 23).

Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade serem reveladas. Nos inícios da Modernidade houve visões otimistas. Desfizeram-se com os acontecimentos do século XX como as guerras, os campos de concentração, a bomba atômica sobre Yroshima e Nagazaky e tantos seres humanos relegados à sua própria sorte e excluídos de uma sociedade que se globaliza. No entanto, prevalece a fé na inteligência humana e a

¹¹ Com esta expressão, usada no *Manifesto Comunista* de 1848, Marx e Engels pretendiam caracterizar o caráter revolucionário das transformações operadas pela revolução moderna e pelo capitalismo nos mais diferentes setores da vida social. A intensidade de tais transformações abalava a tal ponto que a sociedade do século XIX parecia perder toda sua solidez.

busca da excelência individual em nome do progresso humano, da justiça das instituições e da felicidade dos seres humanos. São as contradições da Modernidade que não se desfazem no ar.

A Modernidade é incrementada por diversas definições. Há traços que podem ser considerados centrais com relação à concepção de Modernidade. O agrupamento de diversas definições de Modernidade traduz a “alma da Modernidade” transcrita pelo sociólogo Elimar Pinheiro do Nascimento (2001):

A sociedade moderna é uma sociedade revestida de mobilidade social, portanto, aberta. A igualdade perante a lei é um imperativo essencial. O poder político é concebido como impessoal. O Estado nacional é a forma de organização, implicando noções de territorialidade e soberania. O conflito é parte integrante e constituinte da sociedade. O indivíduo é o suporte básico da sociedade moderna e a racionalidade sua forma superior de conhecimento (p. 104).

Com essas características estruturantes a sociedade moderna é atravessada por tensões e contradições de toda ordem e reveladas nos fenômenos da desigualdade social, da globalização e da exclusão social, entre outros. Na Modernidade há uma centralidade no indivíduo concebido como “suporte básico”. Basta saber como ele se situa nas instituições, como por exemplo na família, objeto deste estudo.

1. 2. Família

Ao se pensar na família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem na sociedade moderna, como estão se construindo as novas relações humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas pessoal e familiar. As relações intrafamiliares não podem ser vistas isoladamente do contexto social moderno. As mudanças que ocorrem no mundo afetam: a dinâmica familiar; cada família, conforme sua composição, sua história (trajetória) e pertencimento social, e cada membro familiar conforme sua posição e desempenho no espaço familiar.

No verbete ‘família’ do Dicionário de Ciências Sociais (1986), lê-se:

A família é uma instituição social básica, que aparece sob as formas mais diversas em todas as sociedades humanas. Descartadas as diferenças societais e culturais, dá-se o nome de família a um grupo caracterizado pela

residência em comum e pelo convívio de pais e filhos, isolados dos demais parentes (p. 457).

O dicionário, por sua definição, remete à família nuclear consangüínea, isolada dos demais parentes e não menciona a adoção que numa concepção moderna está contemplada na família. Como “instituição social básica” esse grupo chamado família solidifica todas as sociedades.

A definição de Szymanski (2002), revela-se mais ampla e moderna, compreendendo família como:

[...] uma associação de pessoas que escolhem conviver por razões afetivas e assumem um compromisso de cuidado mútuo, se houver, com crianças, adolescentes e adultos [...] (p. 9).

Essa definição abrange um grande número de possibilidades que, há séculos, vêm sendo vividas pela humanidade a despeito das definições de grupo familiar. Por essa definição a família se constitui por associação de pessoas, não necessariamente pais e filhos consangüíneos que escolhem conviver por razões afetivas e de cuidado mútuos (‘solicitude’), que se manifestam nas práticas do cotidiano familiar. Na família, as pessoas desejam conciliar as vantagens da solidariedade familiar e as da liberdade individual.¹² A solicitude, a opção (escolha) e o afeto centralizam a vivência familiar.¹³

Através dos tempos a família desempenhou diversas funções – econômica, de *status* social, lúdica, recreativa, de solidariedade, de assistência – ora perdendo algumas, ora acrescentando outras. Destas as mais importantes, segundo o mesmo dicionário, parecem ser: “a reprodução da espécie, a criação e a socialização dos filhos, a transmissão essencial do patrimônio cultural” (FGV, Dicionário de Ciências Sociais, p. 457). Dentre todas as variações históricas de família persistem as características reprodutivas e socializantes de seus membros.

A família, dentro do contexto de Modernidade, pode ser considerada como uma instituição em constante processo de transformações, sujeita a múltiplas

¹² F. W. KASLOW *apud* Heloisa SZYMANSKI, *Viver em família como experiência de cuidado mútuo*, p. 10. Enumera nove tipos de composição familiar que podem ser consideradas ‘família’: “1) família nuclear; 2) famílias extensas; 3) famílias adotivas temporárias; 4) famílias adotivas multiculturais; 5) casais; 6) famílias monoparentais; 7) casais homossexuais; 8) famílias reconstituídas e 9) várias pessoas vivendo juntas com forte compromisso mútuo.

¹³ William GOODE, *Família, passim*. O autor vê na família um significado estratégico com função *mediadora*, que liga o *indivíduo* à estrutura social ampla.

mudanças e adaptações às transformações da sociedade, principalmente da sociedade Ocidental. A família, pensada a partir da Modernidade, 'desnaturaliza-se' (Bourdieu) e descola-se da tradição e da ancestralidade recriando-se continuamente na sociedade. Não se apega mais única e exclusivamente ao passado, à fé, à religiosidade e ao tradicional organizado verticalmente, mas projeta-se no racional, no *devoir* e na horizontalidade.

As instituições sociais atendendo ao apelo da Modernidade, aderiram rapidamente à supremacia da razão. A ciência, o controle técnico-científico, as regras racionais tomaram conta das ações humanas. Nem todas as instituições entraram decididamente no projeto da Modernidade. A família, por exemplo, apesar de todas as transformações modernas, conserva aspectos tradicionais sob o controle de alguns princípios religiosos e culturais, transmitidos de geração em geração. Ao mesmo tempo em que ela abre-se ao moderno, também retém aspectos tradicionais pré-modernos. As transformações ocorrem mais lentamente no espaço familiar do que em outros espaços sociais. Muito mais lento na família do meio rural que, no ritmo das estações do ano e das colheitas, seguem a trilha das explicações religiosas, mitológicas e dos costumes tradicionais. As famílias rurais aderem mais lentamente aos avanços tecnológicos da Modernidade, mais por necessidade que por bel prazer.

A sociedade ocidental vive atualmente um período intensivo de transformações técnico-científicas e sociais das quais engendram-se desequilíbrios de toda ordem que afetam os modos de vida individual e coletivo, bem como a vida familiar. Segundo Guattari (2001), há uma progressiva deterioração nos modos de vida humanos:

As redes de parentesco tendem a se reduzir ao mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra freqüentemente 'ossificada' por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão [...] (p. 7).

Segundo esse pensamento de Guattari, o vizinho, de 'parente mais próximo' passa a ser estranho e distante, uma ameaça e um competidor dos mesmos espaços geográficos e sociais e a rede de parentesco se reduz ao mínimo devido ao somatório de informações da mídia.

Diante destas constatações não seria difícil aderir à idéia de que “a família vai mal” e que depende cada vez mais de profissionais de diversas áreas (medicina, pedagogia, psicologia, etc.) para solucionar problemas domésticos até então inexistente ou inexpressivos e passíveis de solução caseira. Primeiro deve-se perguntar qual família vai mal. O que significa uma família ir mal. Jurandir Costa (1999) em seu livro *Ordem Médica e Ordem Familiar*, demonstrou que a maioria das famílias brasileiras se desestruturou por ter seguido à risca as normas de saúde e equilíbrio que lhes foram impostos como manipulação político-econômica por uma determinada classe social: a burguesia, que é expressão prenhe de Modernidade.

A desestruturação da família é sucessivamente imputada ao afrouxamento dos laços conjugais; ao enfraquecimento da autoridade dos pais; à emancipação da mulher; ao conservadorismo do homem; à rebeldia da adolescência; à repressão da infância; ao excesso de proteção aos filhos; à ausência de amor para com eles, etc. (p. 11).

A estrutura existente por trás desta "desestruturação" é a da família nuclear, característica da sociedade burguesa e por muitos tida como “natural” ou, numa linguagem durkheimneana, "normal". As famílias de estrutura distinta nem famílias eram consideradas, ou consideradas pela sociedade como famílias anormais e incompletas.

Esta constatação de Costa manifesta que os indivíduos estariam desaprendendo as regras de convivência que mantinham a família coesa e os membros familiares aprendendo outras regras advindas de diversas fontes extrafamiliares. Os membros familiares, em vez de aliados, estariam se tornando cada vez mais independentes, competidores e até “inimigos”, como cita o autor em outra parte do texto.

Em suma, o lar moderno deixou de cumprir antigas funções e se depara com novas situações e questões desafiadoras. “Ao invés de propiciar carinho e proteção, estaria fomentando a guerra entre sexos e gerações” (Idem, p. 11). Desta forma, a família estaria vivendo um rude impasse: a perda de antigos valores sem conseguir criar nada que pudesse substituí-los. Sem auxílio e cuidados especializados ela estaria perdida, sem saída para os conflitos em que se debate. Os problemas familiares modernos não mais se resolvem na família e sim com meios e profissionais especializados, principalmente ligados às áreas da saúde, da psicologia e da educação. Este é um fenômeno característico da Modernidade. Na

linguagem durkheimiana estas famílias estariam em estado de "anomia", sem se guiar por uma regra definida.

A família em Durkheim é concebida positivamente como uma instituição, um fato social dado que pode ser tratado como 'coisa', ser observada e analisada segundo os mesmos critérios aplicados às ciências naturais. Conforme o pensamento durkheimiano existe, na sociedade, a "família normal" – a 'conjugal' – com normas que a regulam de acordo com os aspectos culturais e locais, famílias que fogem das normas pré-estabelecidas, entram num estado de 'anomia'. Segundo Durkheim, até determinado índice é 'normal' existir na sociedade famílias 'anormais'; na ultrapassagem, não só as famílias, a sociedade também entra num estado de 'anomia'.

Ao analisar a família, Durkheim estava interessado em analisar o funcionamento da sociedade francesa no final do século XIX. Para alcançar seu intento ele foi estudar outras sociedades, como a indiana, e fez análises dando suas explicações. Durkheim não centrou seu estudo na família. A família aparece para exemplificar a metodologia de análise das instituições, o debate sobre as relações entre a sociologia e a história ou ainda em debates sobre a moralidade, como em *O Suicídio* (Souto-Maior, 1998, p. 3-4).

Souto-Maior (1998), em seu texto *Durkheim e a Família* mostra que Durkheim faz apenas uma introdução ao estudo da família. Focalizando dois textos durkheimianos *Introdução ao Estudo da Família* e *A Família* anuncia que o primeiro constitui uma aula de abertura do Curso Público de Sociologia (1888) intitulado 'A família, origens, tipos principais'. E o segundo texto foi a última aula do curso intitulado 'A família: a partir da família patriarcal'. Para Durkheim, a família é uma "espécie social particular, o mais simples de todos os grupos cuja história é a mais antiga" (p. 4-5).

Weber, no intuito de compreender a sociedade alemã de sua época, lança-se no mundo da subjetividade da ação social dos indivíduos para saber os motivos que os levam a agir. Para Weber, todos os indivíduos e instituições agem motivados por algum fim específico, por tradição ou por um valor e com racionalidade. A família como instituição social, conforme o pensamento weberiano, age mais motivada pela

ação tradicional. A ação do pai na família é reveladora da ação tradicional típica e com grau baixo de racionalidade. A família estudada por Weber age conforme o espírito do capitalismo e segundo a vocação que lhe dá determinada posição social.

Para alcançar seus objetivos investigativos Weber encontra no imaginário, nos 'tipos ideais', os elementos para a compreensão da sociedade. Os 'tipos ideais' auxiliam o entendimento da diversidade social e das ações individuais. Quanto mais o indivíduo ou a instituição se aproximar do tipo ideal, mais responde à sua vocação. Em outras palavras, pode-se dizer que a família nuclear é a que mais se aproxima do tipo ideal de família ocidental numa visão weberiana, e mais corresponde à sua vocação familiar, segundo a mesma visão.

Ainda quanto a Weber, Souto-Maior traz presente um texto de Collins, autor norte americano que afirma:

Weber também tem uma teoria da família, baseada em evidência comparativa, que põe fatores tanto políticos como econômicos por trás da análise daquela instituição. Ele oferece uma perspectiva muito iluminadora da família através da história mundial (Idem, p. 2).

Mas é em *Economia e Sociedade* que Weber se dedica à análise sociológica da família de seu tempo e para compreender a sociedade alemã de sua época.

Noutra perspectiva se encontra o pensamento social de Marx. Ele analisa historicamente a sociedade dividida em classes e as regras do capital sobre o trabalho na sociedade capitalista. A busca insaciável de lucro – dinheiro – faz com que haja exploração de uma classe sobre outra. A força do trabalhador torna-se mercadoria alienada pelo trabalho ao detentor do capital que recebe em troca um salário.

No que se refere à família, conforme Engels (1985), "Marx dispunha-se a expor os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões de sua (nossa) análise materialista da história" (p. 1). Com a morte de Marx coube a Engels escrever algo sobre a família a partir do pensamento marxista. E isso ele fez em *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Nesse estudo, Engels concebe a família como uma instituição social controladora da propriedade privada.

De acordo com a concepção materialista o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. A produção e

reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção dos meios de existência, de outro, a produção do homem, a continuação da espécie. A ordem social em que vive os homens em determinada época ou determinado país está condicionada para essas duas espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, de um lado, e da família, de outro [...] No marco dessa estrutura da sociedade baseada nos laços de parentesco, a produtividade do trabalho aumenta sem cessar, e, com ela, desenvolvem-se a propriedade privada e as trocas, base dos antagonismos de classe (Idem, p. 2-3).

Segundo Engels (1984), a palavra família não significa mistura de sentimentalismo e dissensões domésticas e sim conjunto de escravos (*famulus*) e, segundo Marx, a família moderna contém em germe a escravidão e a servidão:

A família moderna contém, em germe, não apenas a escravidão (*servitus*) como também a servidão, pois, desde o começo, está relacionada com os serviços da agricultura. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, nas sociedades (p. 61-62).

Conforme o pensamento de Marx e Engels, a monogamia foi a primeira forma de família que não se baseava em condições naturais, mas nas econômicas e, concretamente, no triunfo na propriedade privada sobre a propriedade comum primitiva, originada espontaneamente (Idem, p. 70).

A análise marxista da família está profundamente marcada pela obra de Engels, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Engels argumenta que a família burguesa tem seu fundamento material “na desigualdade entre o marido e a mulher produzindo, com esta, legítimos herdeiros para a transmissão da propriedade em troca de cama e mesa” (Bottomore, 1988, p.146).

De acordo com os pensadores da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, Adorno e Horkheimer (1984):

[...] historicamente, a família aparece inicialmente como relação espontâneo-natural, que vai posteriormente se diferenciando até chegar à figura moderna da monogamia, criando – em virtude desse processo de diferenciação – uma esfera separada, a esfera das relações privadas (p. 213).

Nesta perspectiva a família, na esfera das relações privadas, está submetida a uma dupla dinâmica social. Por um lado, a “crescente socialização” tende a cumprir e negar o ordenamento familiar e, por outro lado, o “desequilíbrio entre o indivíduo e as potências totalitárias da sociedade se aguça” e o indivíduo busca uma espécie de repouso na família.

Ainda na perspectiva histórica, continua Horkheimer:

A família desenvolve em seu interior as relações autoritárias que se articulam dialeticamente com o autoritarismo social, além de ser reprodutora do consenso acrítico (Idem, p. 211).

Neste sentido registra-se que historicamente sob regimes totalitários os pais tendem a atitudes totalitárias dentro de casa em relação à mulher e aos filhos, como ocorreu na Itália e Alemanha no século passado. Na mesma perspectiva também está a fala de um agricultor entrevistado para este estudo que justifica suas atitudes machistas e autoritárias dentro de casa, no período anterior ao acampamento, ao Regime Militar autoritário ocorrido no Brasil nas décadas de 60 e 70 do século passado. “Na época era assim, os poderosos eram assim, a estrutura do país era assim, a família, na época, também era assim” (entrevista n. 02), revelou este agricultor assentado que não quer que seus filhos ajam assim.

Adorno e Horkheimer (1984), da Escola de Frankfurt, analisam a sociedade a partir de duas esferas: a esfera das relações públicas e a esfera das relações privadas. Sugere uma separação entre as duas esferas. No mesmo sentido está Habermas.¹⁴ A família estaria restrita à esfera do privado, desenvolvendo em seu interior as relações que se articulam dialeticamente na sociedade, enquanto que as outras instituições sociais predominam na esfera pública. Este estudo pretere o termo esfera, que impõe limites, separação e isolamento da família, e utiliza o termo espaço para designar a situação das famílias assentadas em suas relações intrafamiliares, onde prevalece o espaço privado, e interfamiliares, onde prevalece o espaço das articulações sócio-políticas. Espaço entendido aqui em seu sentido geográfico, psico-social e cultural ao mesmo tempo.

Conforme Matos (2000), para os frankfurtianos, com o advento da sociedade moderna e de classes, a família se constituiu no veículo fundamental da socialização. A função socializadora básica da família, baseada na leitura psicanalítica, é:

[...] intervir para que o conflito edipiano chegue à dissolução normal através da introjeção da violência – via constituição do superego. Esta seria a função desempenhada pela família nuclear patriarcal (unidade ao mesmo tempo tradicional e patrimonial): caberia a ela ainda a tarefa de produzir indivíduos

¹⁴ Jurgen HABERMAS, *Mudança estrutural da esfera pública*, p. 180. Habermas fala também em “polarização da esfera social e da esfera íntima”. Investigando a sociedade burguesa ele percebe que a família “se recolhe a si mesma”, “perde as funções de comunidade produtiva”, deixa de assegurar a si própria e passa a ser segura da pela esfera pública.

suficientemente submissos na aceitação dos imperativos da realidade seguindo pacificamente as 'regras do jogo' (p. 95).

A submissão não se deu somente ao nível individual, mas também ao nível coletivo. Por exemplo, não é difícil perceber valores da classe burguesa introjetados nos indivíduos que compõem a classe trabalhadora e pobre. A aceitação dos imperativos de realidade gera a submissão da outra.

Família e Modernidade são como dois rios. Às vezes o rio da Modernidade absorve plenamente as águas do veio familiar, outras vezes as diferenças de um e de outro saltam aos olhos. Fatores econômicos, políticos, culturais e de localização geográfica contribuem para a maior ou menor aproximação entre família e Modernidade. Como a família não é uma instituição que nasce com a Modernidade, ela carrega o peso de sua ancestralidade. Na complexa Modernidade, repleta de contrariedades, a família se manifesta multifacetada e portadora das mesmas contrariedades contidas na sociedade. É a Modernidade manifestando-se com todo seu vigor numa pequena parcela da sociedade: a família, e é a família manifestando-se multifacetada na sociedade moderna. Neste contexto há indícios de uma ultrapassagem para a pós-modernidade, tanto nas famílias do meio urbano como nas do meio rural em transformação.

1.3 Transformações do mundo rural

Para estudar a família em meio às transformações do mundo rural é importante que se faça primeiramente uma distinção entre família agricultora e família camponesa. Uma das razões do uso do termo 'agricultora', e não camponesa, para adjetivar a família neste estudo é porque o Brasil não tem tradição camponesa como em outros países¹⁵.

O camponês, segundo Wolf (1984):

[...] é essencialmente dedicado ao cultivo da terra e toma decisões autônomas quanto ao processo de cultivo [...] Para assegurar sua continuidade na terra e manutenção da família, o camponês, quase sempre, se afasta do mercado, pois um envolvimento ilimitado neste ameaçaria sua fonte de sustento. Ele se

¹⁵ Eric WOLF, *Guerras Camponesas do século XXI, passim*. Nesta obra Wolf relata lutas camponesas de seis países e faz uma distinção entre os diversos tipos de camponeses destacando a importância dos grupos mediadores que se situam entre o camponês e a sociedade mais ampla da qual ele faz parte.

apega aos esquemas tradicionais que lhe garantem acesso à terra e ao trabalho dos parentes e vizinhos. Além disso, dá preferência à produção destinada à venda somente se estiver garantida a produção de subsistência (p. 15).

Esta não é a característica sobressalente no meio rural brasileiro e nem do meio das famílias estudadas. Segundo Abingem (1996), no Brasil o termo camponês “é usado mais em áreas intelectuais restritas, que refletem a literatura sócio-jurídica européia” (p. 52).¹⁶ O longo período de colonização imperial no Brasil, a divisão das terras em capitâneas hereditárias, as sesmarias e a escravização do negro por mais de três séculos, marcaram de um modo específico a estrutura agrária brasileira e o *modus vivendi* da família rural brasileira.

A vinda dos imigrantes europeus, a partir do segundo quartel do século XIX, modificou a estrutura agrária brasileira e multiplicou o número das pequenas propriedades que eram liberadas pelo governo para famílias que se domiciliavam nas diversas ‘linhas’ espalhadas pelo Brasil, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Aí os agricultores iniciaram um processo autônomo de produção, cultivavam o *ethos* camponês¹⁷ nas próprias terras. Eram os agricultores, que viviam nas colônias, *Os Colonos do Vinho*, como frisou Tavares dos Santos (1978), que centralizavam a vida familiar no trabalho e sabiam cultivar os elementos culturais e religiosos, a festa e degustar um bom vinho feito por eles próprios e na própria propriedade. Ao mesmo tempo em que florescia o campesinato no Brasil também florescia a industrialização capitalista que absorveu as terras de muitos agricultores e hibernou o *ethos* camponês.

Na primeira metade do século XX ocorreram algumas lutas isoladas de camponeses, foi a partir da década de 50 que se iniciou um processo amplo de organização e de lutas ‘camponesas’ no Brasil. Este processo, encabeçado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) organizou as Ligas Camponesas. Depois vieram os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR) organizados pelos partidos políticos de esquerda e por alguns setores das igrejas. O processo de organização

¹⁶ Alfredo ABINAGEM, *A Família no Direito Agrário*, p. 52. O autor ainda define camponês: a) *lato sensu*, “aquele que tem uma relação de trabalho, vida e cultura com a terra, englobando todos os que trabalham a terra” e b) *stricto sensu*, “o agricultor direto e pessoal, utilizando-se do trabalho de seus familiares e eventualmente de outros, estes assalariados, mas produzindo principalmente para a subsistência da própria família”.

¹⁷ João C. TEDESCO, *Terra, Trabalho e Família*, p. 51. Nesta obra Tedesco desenvolve a temática relacionada à racionalidade produtiva e ao *ethos* camponês.

das Ligas Camponesas foi abafado pelo Golpe Militar de 1964. Os Sindicatos foram cooptados pelo regime militar e a eles atribuídos atividades que caberiam ao Estado.

Devido à peculiar história do mundo rural brasileiro convém que se fale aqui em família de agricultores, ou família agricultora, que amplia o leque daqueles que trabalham na agricultura brasileira, com ou sem a terra, e destinam sua produção para o mercado, diferentemente do camponês que resiste ao sistema capitalista diversificando sua produção, garantindo sua subsistência e culturas para depois recorrer ao mercado.

A retomada da luta pela terra, no final da década de 70 com a formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), fortifica a organização dos agricultores sem terra. Na década de 90, com a multiplicação de organizações de lutas específicas no campo (MAB, MPA, MMTR, etc.) o movimento social rural ganha força, vitalidade e expressão, inclusive internacional, tendo o reforço significativo da Via Campesina.¹⁸ A partir dessa organização internacional presente no Brasil pode-se falar em camponeses e de identidade camponesa, como aponta Fernandes em seu texto *Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar* (Fernandes, s/d, p. 2 – 9).¹⁹

Para a abordagem da família agricultora assentada parte-se do pressuposto de que a família agricultora sofreu transformações nas últimas décadas, transformações decorrentes da modernização tecnológica, implantada no meio rural, e da industrialização urbana que atraiu milhões de famílias para as cidades. Quem permaneceu no meio rural transformou seu modo de ser e de produzir.²⁰

A modernização tecnológica, com os novos implementos agrícolas, tirou o trabalho das mãos dos trabalhadores rurais deixando-os à margem, se não excluídos, do modelo produtivo implantado. A industrialização urbana atraiu os

¹⁸ A *Via Campesina* é um “movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de uma articulação de movimentos autônomos, pluralistas, sem ligações políticas, econômicas ou de qualquer outro tipo. Originou-se em 1992, em Manágua, Nicarágua” (Via Campesina, pág. 3). A Via Campesina tem como prioridade a soberania alimentar dos povos.

¹⁹ O texto, produzido a partir do I Fórum Social Mundial (2001) contém uma análise das projeções da agricultura familiar, da FETRAF-SUL, e dos agricultores organizados na Via Campesina no Brasil.

²⁰ Maria R. G. LAUREIRO, *Terra, Família e Capital*, p. 98. A autora mostra que a industrialização na agricultura engendrou uma nova classe social: a pequena burguesia rural. A autora dedica um capítulo sobre o controle do trabalho na agricultura familiar e sua relação com o capital.

trabalhadores sobrantes do meio rural para as cidades. Nelas, uma parcela de famílias foi absorvida pelas indústrias, pela construção civil e pelo comércio. Outra parcela aumentou o exército de reserva de mão de obra e continua marginalizada e/ou excluída, sem trabalho e sem as condições dignas de vida.

Nesse processo de transformação as relações intrafamiliares da família agricultora sofreram mudanças significativas. Seus membros buscaram outros trabalhos, qualificação (uma minoria) e lutam pela sobrevivência, abraçando qualquer trabalho, inclusive semi-escravo.²¹ A situação dos agricultores se degradou, principalmente nas áreas da saúde pública, na educação, assistência social e lazer.

Conforme Moura (2000):

[...] antigos colonos, camponeses moradores nas fazendas, foram substituídos pelos 'bóias frias', trabalhadores alugados sem nenhuma garantia trabalhista, contratados na periferia gangrenada das grandes cidades, criando-se uma categoria nova de trabalhadores lumpenizados ainda vivendo em condições sub-humanas [...] O aparelhamento tecnológico modernizante atingiu apenas algumas camadas não significativas do trabalhador rural (p. 126).

A maioria das famílias entrou na sina migratória e foi obrigada a trabalhar em parceria com algum dono de terras. Nessas condições trabalhavam como arrendatários, posseiros e sem-terra. Outras famílias se firmaram como pequenos agricultores com uma parcela muito pequena de terra, menos de cinco hectares, sem conseguir sustentar satisfatoriamente seus membros. Todas tiveram relações conflitantes com latifundiários e capitalistas agrários. Somando essas categorias o Brasil tem mais de 4,5 milhões de famílias nessa situação e precisam de terra para trabalhar. Mais de meio milhão de famílias brasileiras sem terra aderiram à luta por terra no último quartel do século XX e início do século XXI. A maioria conseguiu terra e está em assentamentos de Reforma Agrária. Ainda resta uma grande parcela de famílias agricultora em acampamentos em busca de terra.²²

Outro pressuposto: as famílias agricultoras assentadas tendem a uma gestão democrática diferentemente das famílias que não passaram por acampamentos e nem aderiram à luta pela terra. Estas, por razões históricas e culturais, reproduzem

²¹ *CPT, 20 anos depois, passim.* A CPT denunciou várias fazendas que impunham regime de escravidão aos seus trabalhadores. Na luta pela sobrevivência várias crianças são submetidas pelos pais a trabalhos forçados.

mais facilmente relações de dominação sem que haja um grupo, uma organização que questione ou faça refletir sua situação. A mulher permanece mais facilmente subjugada à dominação masculina. Enquanto as famílias assentadas buscam combater todas as formas de discriminação e dominação e buscam a participação igualitária de todos na organização coletiva e na produção agrícola. As famílias assentadas procuram desencadear relações mais democráticas nos Assentamentos a partir dos grupos coletivos, núcleos e cooperativas e da experiência vivida nos acampamentos. Se homens e mulheres participam nos trabalhos organizativos e produtivos não pode ser diferente nas atividades domésticas. Os anos de lutas, os acampamentos e os assentamentos ensinam práticas coletivas e democráticas que vivenciadas nas relações familiares também são repassadas aos filhos no cotidiano familiar. O MST, como organização social, interfere na organização da produção e nas relações intrafamiliares dos membros das famílias assentadas. O fato das famílias assentadas trabalharem para si e não mais para os outros, para o dono da terra, para algum patrão, abre espaço para que a família amplie suas condições de vida, tenha uma casa digna, livrando-se do aluguel ou da dependência de favores de terceiros. A família passa a ter segurança e, com seus integrantes mais politizados tende a práticas democráticas e participativas nas relações entre seus membros.

Assim como a medicina social interferiu no interior das famílias brasileiras urbanas a partir do século XIX, principalmente no Rio de Janeiro, orientando para o cultivo da higiene e de outros cuidados familiares, como revelou Costa (1999), o MST, os acampamentos e os assentamentos interferem marcadamente o interior das famílias rurais orientando certas práticas tanto aos homens como às mulheres. A convivência nos acampamentos revela-se “escola de vida”. Mas o processo é lento e avança com muito sacrifício. Não restam dúvidas que a luta pela terra nas duas últimas décadas do século XX alterou profundamente as condições de vida de muitas famílias agricultoras brasileiras, inclusive as relações intrafamiliares de seus membros, estas em menores proporções e visibilidade.

1.3.1. O trabalho rural

²² No ano de 2002, conforme dados do MST-RS, mais de oitenta mil famílias se encontram acampadas no Brasil a espera de um pedaço de chão.

No século XX ocorreram inúmeras transformações no trabalho rural a nível mundial. A revolução tecnológica implantou um novo modo de cultivar a terra. O trator, a colheitadeira e outros implementos agrícolas e insumos transformaram as relações do agricultor com a terra e o modo de produção agrícola. O uso da tecnologia micro-eletrônica e da informática no meio rural também alterou o trabalho no meio rural. O uso de produtos químicos em larga escala (defensivos agrícolas, adubos, etc.) e de implementos agrícolas ampliou rapidamente a área agricultável e intensificou a produção agrícola. Por outro lado, trouxe problemas à saúde do homem e degradou o meio ambiente. Também ocasionou a migração em massa das populações rurais para os centros urbanos. Em todos os países houve uma brusca diminuição demográfica no meio rural e um acréscimo surpreendente das populações urbanas. As sociedades, até meados do século XX, eram eminentemente rurais e passaram a ser majoritariamente urbanas (Hobsbawm, 1995) a partir da década de 1960. Essas mudanças ocasionaram também alterações nas relações entre os membros familiares do meio rural.

No Brasil não foi diferente. A revolução tecnológica, impulsionada pela sede de lucro nos moldes capitalistas, expulsou os trabalhadores rurais para a cidade, ocasionando o êxodo rural e a criação de bolsões de pobreza ao redor dos grandes centros urbanos. Quem permaneceu no meio rural e se qualificou teve condições e investiu na produção agrícola mecanizada, geralmente em médias e grandes propriedades e com créditos do governo e conseguiu se integrar ao modelo tecnológico e produtivo. Quem não teve as mesmas condições foi excluído do modelo. Os sem-terra foram obrigados a trabalhar em terras alheias, como arrendatário, parceiro, meeiro ou bóia-fria, e os pequenos agricultores se descapitalizaram, muitos, inclusive, tendo que vender a própria propriedade.

Essas transformações no mundo rural penetraram nas famílias rurais. Os braços humanos deixaram de ser o principal instrumento de trabalho tornando-se extensão das máquinas que substituíram grande número de trabalhadores. Pequena parte dos trabalhadores que permaneceu no meio rural se especializou em certas habilidades rurais e se individualizaram, descaracterizando a unidade familiar nos trabalhos rurais. Outros foram obrigados a vender sua força de trabalho a empreendedores rurais, muitos sem amparo e benefícios sociais legais. Houve uma ruptura no trabalho familiar que vinha sendo cultivado de geração em geração. A

nova ordem passou a ser trabalhar para a sobrevivência em quaisquer condições, até em trabalho semi-escravo.

O Rio Grande do Sul, caracterizado pela produção agrícola familiar, principalmente na metade Norte onde se concentra a maior parte das famílias de descendentes de imigrantes europeus, foi profundamente afetado pela modernização agrícola. Na metade Norte do Estado multiplicou-se o número de pequenas propriedades com alta aplicabilidade de instrumentos modernos de produção e insumos agrícolas numa diversidade de cultivos impressionante. Por outro lado, na metade Sul permanece grandes propriedades de campos, com pouca presença da revolução tecnológica, ou grandes lavouras de arroz com mais recursos tecnológicos e mão de obra disponível que também seguiam para as cidades.

O assentamento de famílias sem terra na metade Sul do Estado ocasiona uma nova maneira de ter terra e de produção agrícola. Em pequenas unidades de produção familiar e em alguns casos em organizações coletivas – em associações e cooperativas – as famílias assentadas impõem uma nova estrutura agrária. A produção agrícola pode ser caracterizada de dois modos: de famílias atomizadas, nos casos em que cada família trabalha em sua própria gleba, e o de famílias associadas, organizadas em Cooperativas de Produção Agrícola (CPA). Esses modos de produção agrícola carregam em si as transformações do trabalho no meio rural e indicam mudanças também nas relações intrafamiliares, pois está pressuposta a centralidade do trabalho na organização da vida familiar.

1. 3. 2. A educação dos filhos

A educação dos filhos compreende-se aqui em dois sentidos: um o convencional, das escolas, e o outro o da educação dos pais em relação aos filhos no relacionamento intrafamiliar. A Modernidade trouxe profundas transformações na educação nestes dois sentidos.

As transformações sociais da Modernidade também ocorreram no meio rural ainda que em proporções menores do que no meio urbano. Talvez um dos setores expressivo de tais transformações é o da educação. Em épocas pré-modernas poucos tinham acesso à educação. A maioria da população permanecia longe dos estudos que se limitavam aos conventos, faculdades e escolas particulares ou nas

famílias com seus próprios pedagogos. No Brasil, somente no século XX houve uma expansão do ensino na rede pública. Até então a educação era um privilégio de poucos.

Conforme dados do IBGE – Contagem da População de 1996 – a média de anos de estudo no Rio Grande do Sul é de 4,5 anos, um pouco acima da média nacional. Essa média é menor entre a população do meio rural e se repete nos Assentamentos.²³ O que se percebe, no entanto, é um aumento significativo no número de alunos nas escolas procedentes do meio rural. Aumento facilitado por dois fatores principais: o transporte escolar oferecido pelas prefeituras e as escolas agrícolas que dispõem de cursos técnicos voltados para a agropecuária.

Também houve transformações no pensamento dos pais em relação aos filhos nos últimos anos quanto ao aspecto educativo. Até pouco tempo os filhos de agricultores geralmente eram orientados pelos pais para trabalhar na lavoura. Essa realidade aparece fortemente nas famílias estudadas. As condições econômicas e a necessidade de mão de obra familiar se impunham, ‘tinha que trabalhar’, como revelaram alguns entrevistados, mesmo se o querer fosse o de estudar. Ultimamente os pais querem, antes de tudo, que os filhos estudem, não um ou dois anos, mas que se formem como técnicos ou como profissionais. Essa perspectiva aparece nas famílias estudadas e entrevistadas para este estudo. O que os pais não tiveram querem que os filhos tenham: o estudo. O Setor da Educação do MST, as escolas itinerantes e profissionais da área da educação contribuem nesse processo educativo.²⁴

Um outro aspecto na transformação da família agricultora é o comportamento dos pais na educação dos filhos dentro de casa, na família, no espaço privado. O rigor, a intransigência e em muitos casos a violência física, o grito – principalmente do pai – deram lugar ao diálogo e à compreensão dos pais em relação às necessidades dos filhos. Nesse aspecto houve significativas mudanças influenciadas

²³ Benício V. SCHMIDT; Danilo MARINHO e Sueli ROSA, *Terra dos Assentados*, p. 475. Conforme o estudo destes autores, verifica-se uma grande variabilidade no nível escolar dos assentados entre as grandes regiões brasileiras. Com relação ao analfabetismo, enquanto o Ceará, com maior índice, 49,83% são analfabetos o Rio Grande do Sul na outra ponta possui apenas 7,16% nessa situação.

²⁴ O processo educativo está cada vez mais abrangente no campo. Hoje, no Brasil, existem diretrizes da Educação Básica no Campo que foram aprovadas pelo Congresso Nacional. Os movimentos sociais, como o MST, podem influenciar decisivamente para que as Diretrizes aconteçam na prática e no meio rural brasileiro.

pela absorção de novas informações através da escola, dos meios de comunicação e de entidades presentes no meio rural na atuação dos mediadores. Ainda longe de uma posição ideal é interessante observar que as famílias estão mais abertas e acolhedoras para novas questões. Os membros familiares estão mais respeitosos com as vontades dos outros e tratando certas questões com mais diplomacia e entendimento. É o que expressa Hobsbawm (2000) em sua análise da situação mundial nesse novo século.

O século XX permitiu um considerável aumento da mobilidade social e profissional, e creio que o próximo século só irá intensificar esse processo. E não apenas no âmbito de uma única geração. Os filhos são mais educados, preparados e prósperos que seus pais. A principal causa desse desenvolvimento foi o enorme incremento dos padrões educacionais, desde a alfabetização até os cursos secundários e superiores. Na escala em que vem se dando, este é um fenômeno muito recente, restrito às três últimas décadas (p. 127-8).

Ainda que esses aspectos apontados por Hobsbawm se façam sentir mais nos países desenvolvidos e nas famílias de posição social mais elevada nos países em desenvolvimento, também estão presentes nas famílias populares do meio urbano e nas famílias agricultoras. Embora muitos estejam fora da escola, a revolução da educação nessas últimas décadas afetou a todos.

1. 3. 3. O espaço doméstico

A passagem para a Modernidade trouxe transformações em todos os aspectos da vida humana, inclusive na organização espacial. O interesse aqui é perceber que as transformações ocorridas no espaço doméstico são determinadas pelos aspectos econômico-produtivos em detrimento daquela organização em torno do *ethos* camponês, que seria em vista da convivência e do bem-estar numa moradia conjugada com o meio ambiente. Isso se percebe tanto nas unidades domésticas dos trabalhadores rurais como na dos urbanos. As famílias tendem a adaptar seus espaços às exigências do trabalho produtivo, ainda mais que é o mercado que determina a luta pela sobrevivência.

A maioria das famílias entrevistadas neste estudo falou com certo menosprezo dos locais onde moravam e das casas em que viviam antes de aderirem à luta pela terra. A precariedade das casas, a instabilidade e as dificuldades econômicas contribuíram para tal sentimento. O isolamento, a distância

das cidades, a dificuldade de acesso, devido às más condições de uso e conservação das estradas também são fatores de menosprezo. As terras eram não muito férteis e “dobradas”, nas encostas de serras, dificultando a mecanização e produção agrícola, ficava difícil para o sem-terra dominar o espaço físico. Isso porque as terras planas e mais férteis os proprietários nelas plantavam. As piores terras, “os restos de terra” – como disse um agricultor entrevistado –, estavam disponíveis para arrendamento aos sem-terra. Agora, no Assentamento, os agricultores estão em cima de terra fértil, dentro da própria casa e de fácil acesso. Podem organizar suas vidas e casas como melhor lhes convém, com segurança e estabilidade pensando no seu futuro e no futuro de seus filhos..

Expressões como: “lá fora era difícil”; “a pior coisa que tinha era trabalhar as meia” (de meeiro); “trabalhei na área indígena, da qual fui expulso”; “lá onde nós morava nós ficava meio por fora do mundo”; “hoje me considero proprietário e já não tenho aquele medo de não ficar na terra”, manifestam a superação daquela realidade em que os agricultores sem terra não tinham as condições para ter domínio sobre o espaço.

Os Assentamentos trouxeram uma nova maneira de viver na unidade doméstica e de organizar o espaço doméstico. Hoje, os medos de ficar sem a terra para trabalhar, sem casa para morar e o isolamento do mundo já não existem. As benesses resultantes da luta pela terra e da revolução tecnológica da Modernidade tornaram a vida na unidade doméstica mais fácil e “tranqüila”, como revelaram alguns assentados. Longe de qualquer luxo os agricultores assentados sentem-se bem na própria casa. Cultivam o *ethos* camponês (Tedesco, 1995) e a auto-estima alta.

Quase todas as famílias assentadas moram em casa de alvenaria e todas com banheiro de material em seu interior. Das quatorze famílias entrevistadas doze têm casa de alvenaria. Antes do assentamento não era assim. As famílias viviam em casas com precárias condições de moradia, “caindo aos pedaços”. Algumas viviam de aluguel, outras em casas cedidas pelos donos das terras ou em casas de parentes ou morando em área de reserva indígena, área verde ou área do Estado, mas ‘sempre em terra alheia’. Não podiam melhorar a casa e as condições de moradia porque a permanência era instável e transitória. Estavam em um “não-lugar”

(Augè)²⁵ prestes numa iminente retirada. Agora no Assentamento eles têm um “lugar” e mais oportunidades de melhorar as condições de moradia e investir no seu espaço, como relatou um agricultor assentado:

Hoje eu tenho uma casa, não tá pronta ainda, mas tá melhor, porque lá fora não tínhamos condições de melhorar a casa (homem, 47, entrevista n. 11).

A expressão “eu tenho uma casa” revela que o agricultor assentado, com sua família, tem um espaço que é seu e tem domínio sobre este espaço. Neste espaço constituem-se sua identidade, suas relações e sua história. Este espaço é um lugar sociológico e antropológico definido primeiramente como o lugar do “estar em casa”, o lugar da identidade partilhada que revela traços culturais, caracteres da etnia e caracteres das pessoas que nele habitam.

Apesar das dificuldades as famílias assentadas podem desfrutar mais dos instrumentos da revolução tecnológica, pois estão mais ao seu alcance. Apesar de algumas famílias ainda não terem energia elétrica (no momento da pesquisa, junho de 2000, a CEEE estava estendendo a rede elétrica até as casas que ainda não tinham energia) quase a metade das famílias entrevistadas tem máquina de lavar roupas e aquelas que não a têm estão por adquirir. Todas as famílias com energia elétrica têm televisão, ainda que preto e branco, algumas colorida. Das quatorze famílias entrevistadas dez (71,4%) têm freezer. Quatro famílias possuem telefone celular. Todos esses aparelhos domésticos estavam longe de serem alcançados quando as famílias viviam sem a terra. Mais da metade das famílias possuem carro ou moto adquiridos depois de estarem assentadas.

Os aparelhos domésticos e os veículos introduzidos na família também interferem no relacionamento entre os membros familiares ocasionando certas mudanças no comportamento individual e redefinem as relações intrafamiliares. São elementos que interferem no dia-a-dia das famílias. Conforme Saul (1998), a inovação tecnológica é instrumento que altera a relação social e corresponde às necessidades da vida social moderna.

²⁵ Marc AUGÈ, *O Sentido dos Outros, passim*. Nesta obra o autor faz uma distinção sob o ponto de vista antropológico de “lugar” e “não-lugar”. “A totalidade do lugar, um lugar que denominarei lugar antropológico porque a identidade, as relações e a história daqueles que o habitam estão inscritas no espaço; a totalidade do não-lugar, entendendo-se por isso os espaços da circulação, da distribuição e da comunicação, onde nem a identidade, nem a relação e nem a história se deixam apreender” (p. 134).

A aplicação da tecnologia em produtos domésticos, desde o automóvel, passando pela televisão e chegando à telefonia celular, que envolve o nosso dia-a-dia, é apresentada como respondendo às necessidades da vida social moderna (p. 51).

Como estes, existem outros instrumentos da revolução tecnológica moderna que despertam desejos e necessidades impostos pelo mercado e aceitos pelos membros familiares. A aceitação é como uma resposta das famílias às exigências da vida social moderna.

1. 4. Impactos da luta pela terra sobre a família

O termo luta aqui expressa o confronto de ideologias, de grupos e de interesses com relação à terra. De um lado se encontram os sem-terra – ou assentados – e suas organizações, e, de outro, os grandes proprietários de terra – latifundiários – também respaldados por suas organizações e *lobbies*. Entre esses dois grupos, geralmente frente ao Governo, se trava a luta de interesses e de idéias para abocanhar uma parcela de terra ou recursos do Estado para garantir a reprodução em cima da terra.

Existem diferentes concepções de terra que se contrastam. Segundo Gehlen (1998):

[...] tais diferenças complexificam o debate e as decisões sobre a reforma agrária. Constata-se que sob as categorias terra e trabalho, elaboram-se significações éticas, políticas e econômicas diferentes segundo a matriz sócio-cultural dos atores sociais concernidos (p. 241).²⁶

São essas significações diferentes de terra que complexificam o debate e fazem com que se trave a luta pela terra, às vezes ocasionando confronto direto entre os grupos, causando impactos às famílias e aos seus membros. Todos os membros familiares são envolvidos na luta pela terra, desde as crianças e as mulheres e os homens. A luta pela terra para um sem-terra também é por liberdade e nesse sentido causa impactos sobre os membros familiares. A seguir alguns impactos expressivos da luta pela terra sobre a família assentada.

²⁶ A terra, por exemplo, para um latifundiário é reserva de mercado; para uma família burguesa é fonte de riqueza e poder, para um sem terra é vida e algo do desejo que precisa ser alcançado.

1.4.1. De família sem-terra a família assentada

Talvez o maior impacto sobre a família agricultora assentada foi o da mudança da condição de sem terra para a de assentada. Sem a terra a família trabalhava em terras alheias e pouco percebia o resultado de seu trabalho. Tudo o que produzia era dividido com o dono da terra, em forma de produtos ou em valor previamente estipulado. A vida dos membros familiares era voltada para a terra e seus proprietários e, nessa condição, ficava difícil viver dignamente. A família toda ficava envolvida com o trabalho e sem condições de gerir seus próprios negócios. Agia tutelada pelos proprietários das terras que impunham as condições de vida às famílias. Os membros familiares não viviam para si mesmos e para suas famílias, viviam para outrem sem obterem os merecidos tributos e cultivando uma visão de mundo decorrente deste cotidiano.

Com a terra conquistada com luta e persistência a família sente-se dona do próprio negócio e tem de administrar seus bens buscando novas benfeitorias para o lote de terra. Os membros familiares das famílias assentadas já não trabalham para outros. Trabalham para si e sua família e são sujeitos de seu próprio caminhar, “donos do próprio nariz”. Muitas novidades apareceram, tanto no relacionamento intrafamiliar como no interfamiliar. Nas novas condições de vida foram aprimorando um modo de ser família, de trabalhar a terra e de administrar os bens familiares. Em vez de cultivarem relações de patronagem como geralmente mantinham com os donos das terras numa relação diática – como forma de resistência e de sobrevivência – cultivam agora relações de cooperação e de solidariedade. A seguir algumas dessas relações e suas transformações.

1.4.2. Da patronagem à solidariedade

Segundo Woortmann (1995), a patronagem está bem próxima ao compadrio. “São dimensões que privilegiam relações ‘verticais’ do campesinato” (p. 63). São dimensões características das relações existentes entre famílias populares e famílias mais elevadas na escala social, por isso verticais. Entre os membros familiares dos agricultores sem terra e os donos das terras também ocorrem relações verticais diádicas de patronagem e compadrio. Na relação vertical, onde em cima se posicionam os donos das terras, com maior poder e mando, e embaixo os sem-terra,

trabalhadores resignados e subjugados a uma situação. Os de cima sempre levam maior vantagem na relação com os de baixo. Nessa situação o compadrio pode ser entendido como estratégia que estreita os laços entre os membros de duas posições opostas e uma forma específica de se estabelecer redes sociais. Toda a família é envolvida no compadrio e reforça a dimensão vertical da patronagem.

Depois de passar por experiências coletivas nos acampamentos e nos Assentamentos os membros familiares das famílias sem terra, agora assentados, deixam de lado a relação vertical de patronagem e cultivam, em seu lugar, a dimensão solidária entre iguais. A solidariedade entre as famílias e entre os membros familiares produz dignidade humana. Por outro lado, as relações de compadrio permanecem e fortalecem, não mais a dimensão vertical, mas a dimensão horizontal entre os pares numa mesma situação: a de assentados. Se antes os membros familiares viviam a patronagem e o compadrio como estratégias de resistência e de sobrevivência, agora, assentados privilegiam a solidariedade e o compadrio como formas alternativas para viver os valores éticos que primam pelo ser humano. O compadrio permanece numa nova dimensão, nem tão referida ao parentesco como assinalaram alguns antropólogos (Redfield e Wolf, entre outros), mas:

[...] como uma forma de ampliar relações de solidariedade para além da rede de parentesco, vizinhança e amizade, ou como uma forma de reforçar os laços já estabelecidos por essas relações (Idem, p.63).²⁷

A solidariedade não é entendida aqui como solidarismo, altruísmo voluntário a outrem. A solidariedade²⁸ que se estabelece entre as famílias assentadas vai além dos traços da “solidariedade da linhagem” existente na Idade Média. “Solidariedade que se estendia a todos os descendentes de um mesmo ancestral” (Ariès, 1981, p. 211). Nos Assentamentos a consangüinidade permanece limitada à família nuclear e a solidariedade abarca os membros familiares dos grupos de trabalho, os sócios da cooperativa ou o conjunto de assentados. A experiência coletiva em grupos e núcleos de trabalho nos acampamentos e nos assentamentos é um elemento

²⁷ Ellen WOORTMANN, *Herdeiros, parentes e compadres*, p. 63-64. A antropóloga Ellen Woortmann identifica duas formas de compadrio: “extensivo” e “intensivo”. Também pode ser “vertical” e “horizontal”. Alguns autores entendem o compadrio como contrato diático, percebendo aí uma matriz de relações sociais de patronagem.

²⁸ Entenda-se solidariedade no sentido durkheimiano que gera coesão resultante da socialização e de experiências comuns. Prima pela horizontalidade nas relações e quebra a relação vertical da patronagem.

propulsor da solidariedade que se incorpora e extingue de vez a patronagem de outrora.

1.4.3. A socialização

A percepção de que na luta pela terra os agricultores sem terra estão num processo de socialização fascinante e intenso despertou interesse em verificar uma relação entre a socialização e a família assentada. Considerando que a socialização, conforme Johnson (1997) é “um processo de vida inteira e ocorre à medida que as pessoas vão assumindo novos papéis e status na sociedade” (p. 212), os membros familiares das famílias assentadas também vão adentrando ao processo de socialização de um modo singular. O que interessa aqui é a relação do processo de socialização dos assentados em seu espaço familiar.

O processo de socialização dos indivíduos tem início na família. Nela, geralmente, a criança assume posições e faz com que seus pais redefinam seus papéis de esposos, de pais, de educadores, assim por diante, na família e na sociedade. O processo de socialização, portanto, se dá dentro da família e interfere também nas relações dos indivíduos na sociedade e com as instituições sociais. No processo de socialização o indivíduo não aceita com passividade o que existe na sociedade, ele se dá conta do lugar onde está e qual é o papel específico que está desempenhando. Do mesmo modo que ele interfere no meio em que está socializado, também sofre as conseqüências da socialização desse meio.

A socialização é um tema complexo e investigado sob diversas correntes de pensamento dentro das ciências sociais. Weber, ao focar a socialização, enfatizou o contexto valorativo dos mercados. O pano de fundo de suas análises é o cultural e o da autoridade. Sua teoria da burocracia insistiu demais na hierarquia, negligenciando a socialização (cf. Alexander, 1999, p. 60). Parsons, por sua vez, em *O Sistema Social*, enfatizou a relevância da socialização, mas a tratou como um fenômeno à luz da psicanálise” (Idem, p. 60). Independente da matriz sociológica a socialização se encontra em voga e por ela ocorrem determinadas relações que refletem no berço da socialização, na família. A partir da família é que se dão as relações extrafamiliares e nela intensificam as relações intrafamiliares, caracterizadas pela intimidade e afetividade.

1. 5. As relações inter e intrafamiliares

A trajetória da família sem terra na luta pela terra produz alterações nas relações entre os membros familiares. As relações intrafamiliares são redefinidas a partir do espaço geográfico, social e cultural constituído pelo assentamento. Existem pelo menos dois grupos de famílias assentadas que podem manifestar tal redefinição. O grupo das famílias em que seus membros se envolvem com algum serviço de coordenação e de liderança, dentro ou fora dos Assentamentos onde a redefinição das relações se torna mais visível, e o grupo das famílias sem nenhum exercício de coordenação e liderança, onde seus membros vivem seu cotidiano sem tanta visibilidade. Esse grupo corre o risco do isolamento. O empenho das lideranças do MST e dos Assentamentos é de que todos exercitam alguma prática de liderança e de coordenação.

As novas relações sociais, interfamiliares, decorrentes da luta pela terra no MST alteraram as relações intrafamiliares. Os pais redefiniram suas relações entre si e com os filhos devido às demandas da luta pela terra e os compromissos assumidos coletivamente. No assentamento o vizinho é quase um membro da família, é o “parente mais próximo” que ganha mais expressão e significado entre os assentados mediante a organização coletiva de grupos e núcleos. Cada família esforça-se em retomar aspectos da localidade de onde procedem, tenta reviver aspectos vivenciados anteriormente. Considerando que as famílias são oriundas de diversas localidades há uma diversidade de experiências a serem compartilhadas no espaço social do Assentamento. A tentativa de todos exporem suas experiências gera conflitos pois é impossível contemplar todas as antigas experiências vividas em localidades diferentes e distantes, mesmo que sejam de uma mesma região do Estado.

A mulher no Assentamento, não sem dificuldades e resistências, ocupa mais espaços de coordenação e de liderança dentro e fora de casa. Sua consciência crítica é ampliada e ela passa a discutir questões relacionadas à sua vida e à vida do Assentamento. Como mulher, mãe e trabalhadora perde o medo de falar e de reivindicar. As mulheres que assumem algum serviço de coordenação (de grupo, de um setor ou núcleo ou da comunidade religiosa) integram-se num processo de

‘empoderamento’²⁹. Este processo interfere significativamente nas relações intrafamiliares, principalmente entre os esposais. Diversos fatores advindos das responsabilidades de tal serviço, que mereceriam um estudo à parte, fazem com que a mulher se interesse por questões até então restritas aos homens.

No estudo das comunidades de periferia de Florianópolis, Lisboa (2000) analisa alguns aspectos que contribuem às mulheres o ingresso no processo de ‘empoderamento’, sem deixar de apontar as dificuldades por elas sentidas dentro e fora de casa. O primeiro aspecto é o “engajamento político” numa luta concreta a partir de uma necessidade sentida. Em seu estudo a necessidade concreta era moradia. O engajamento político advindo de uma necessidade concreta faz com que a mulher se insira no processo de ‘empoderamento’. Um segundo aspecto é o da divisão de “papéis de gênero”, que muda de uma cultura para outra. Citando Friedmann, argumenta que a luta para estabelecer uma

[...] divisão de trabalho mais eqüitativa na unidade doméstica é constante deixando claro que as unidades domésticas apresentam, ao mesmo tempo, um comportamento cooperativo e outro conflitivo (p. 130).

O terceiro aspecto é o “despertar da consciência política” – ou consciência crítica – que faz ver criticamente como a sociedade está organizada e as dificuldades de as mulheres ingressarem no espaço público. E o quarto aspecto, não menos relevante, é o da “dimensão da subjetividade”. Lisboa (2000) tem a dimensão subjetiva como determinante no processo de ‘empoderamento’ das mulheres.

Uma das maneiras de cada mulher dar-se conta de sua subjetividade é relatando suas histórias. Os mediadores, agentes externos, pesquisadores, etc. são fundamentais para ressaltar esse aspecto determinante do processo de ‘empoderamento’ (Idem, p. 125-146). Com poder a mulher torna-se sujeito da própria história e partícipe da democratização nas relações intrafamiliares mesmo com as ambigüidades.

Estes são alguns aspectos relevantes de contextualização para relacionar família e Modernidade com as transformações que vêm ocorrendo no mundo rural e nas famílias de agricultores assentados, especificamente as estudadas. O próximo

²⁹ Empoderamento é todo processo de participação em lutas que confere poder de discussão e de decisão a quem dele participa, principalmente à mulher (Lisboa, 2000).

capítulo trata especificamente da família assentada e do processo da reconstrução social dessas famílias no engajamento da luta pela terra e na ação dos mediadores de entidades sociais presentes e atuantes nos Assentamentos.

É importante ressaltar a presença e a atuação de entidades sociais e religiosas e dos mediadores junto às famílias assentadas. Eles são aliados que auxiliam no processo de afirmação dos Assentamentos, na sustentação de suas organizações e na articulação sócio-política; sem deixar de intervir, quando solicitados, em conflitos que, inevitavelmente, ocorrem nos Assentamentos.

CAPÍTULO II

RECONSTRUÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA ASSENTADA

Neste capítulo o enfoque está na reconstrução social da família assentada. O escopo é chamar a atenção para a reconstrução histórica da família num processo de redefinição das relações intrafamiliares na trajetória de luta pela terra. A família reconstrói sua história redefinindo a rede de relações interfamiliares que, por sua vez, influenciam as relações intrafamiliares.

A família assentada aqui é aquela que vivia sem a terra, se engajou num movimento social – MST – na retomada da luta pela terra e conquistou uma gleba de terra para morar e trabalhar mediante o assentamento de Reforma Agrária. Por trás dessa trajetória há um pressuposto: as famílias agricultoras que aderiram à luta pela terra e foram assentadas vivenciaram um processo de reconstrução social assumindo, inclusive, um conjunto de elementos identitários que as qualificam de família assentada, uma categoria social que ganha expressão à medida que cresce o número de assentamentos. Sobre isso se atém o presente capítulo dissertando sobre a articulação das famílias na luta pela terra.

2.1. A articulação na luta pela terra

Por articulação entenda-se o ato de adesão individual e voluntária de membros de famílias sem terra nas ações e organização do MST. Cada membro familiar empenha-se na luta pela terra e Reforma Agrária e alia-se à ação coletiva do Movimento. A articulação com o Movimento é o primeiro passo na reconstrução social das famílias assentadas. Ao serem inscritas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as famílias sem terra deixam o anonimato,

de serem 'atomizadas'³⁰ e se articulam com outras famílias num novo espaço social. O tempo de acampamento e o assentamento dão características às famílias na luta pela terra. O contato dos membros familiares com lideranças de movimentos sociais, partidos políticos, igrejas e pessoas identificadas ideologicamente com a luta pela terra, marca decisivamente seu modo de ser e de agir. O elevado nível de politização e a ampliação do aspecto cultural das famílias assentadas advêm do acesso que elas têm a outras informações, a outras esferas da sociedade, do poder, do Estado, da imprensa que jamais teriam se não estivessem lutando por terra num movimento social.

A articulação na luta pela terra não só fez com que milhares de famílias adquirissem seu pedaço de chão para morar e trabalhar como deu início à reconstrução social da família assentada mediante um processo de socialização vivido pelos membros familiares. Processo que tem continuidade nos Assentamentos na medida em que cria novas redes de relações sociais e compromissos coletivos.

No meio rural de pequenos municípios do interior do Estado as famílias sem terra viviam isoladas, desorganizadas, individualizadas e sem informações, com pouco conhecimento dos acontecimentos da sociedade. Reproduziam-se centradas no trabalho que era absorvido pelos donos das terras. Os membros familiares trabalhavam de dia, de noite descansavam para de novo trabalhar no outro dia, numa constante luta pela sobrevivência. O trabalho era o centro da cotidianidade familiar. Os agricultores, em sua maioria, não se davam conta das precárias condições de vida em que viviam. Expressão disto é a fala de um assentado entrevistado:

Lá fora onde nós morava a gente ficava meio por fora do mundo, não tinha TV para assistir as notícias. A gente ficava por fora das questões. Era só trabalhar e de noite dormir. Lá fora a gente achava que era só a gente que era pobre, mas tinha muito mais pobre que a gente nas periferias das cidades (homem, 30, entrevista n. 4).

Esse assentado descobriu outra realidade a partir da sua articulação com o Movimento de luta pela terra e Reforma Agrária. Se não tivesse aderido à luta pela

³⁰ Ilse SCHERER-WARREN, *Rede de Movimentos sociais*, p. 112. Nesta obra a autora concebe a atomização um "crescente processo de individualização alienada a partir das condições de modernização".

terra tudo permanecia velado e obscuro. A articulação o politizou mediante o conhecimento e o exercício de seus direitos e elevou o seu nível cultural.

A articulação das famílias na luta pela terra despertou a consciência política de seus membros e qualificou líderes – alguns carismáticos – que se destacam na história dos movimentos sociais do Rio Grande do Sul e do Brasil na retomada da luta pela terra. A luta pela terra, portando, não só resultou em famílias com terra mas também gerou consciência políticas e conquistas sociais oriundas deste meio.

Alicerçado no que foi genericamente intitulado de “revolução verde”, o desenvolvimento no meio rural brasileiro materializou-se de fato sob um padrão tecnológico que rompeu radicalmente com o passado, pois integrou fortemente as famílias rurais às novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social (Navarro, 2002). No decorrer do século XX, com a modernização na agricultura, a vida das famílias agricultoras entrou num processo de degradação. Muitas se descapitalizaram e perderam a terra. No último quartel do século XX as condições de vida das famílias sem terra se tornaram ainda mais degradantes, social, cultural e economicamente. Os sem-terra trabalhavam como meeiros em “restos de terra” (homem, 42, entrevista n. 1), onde os donos não plantavam e arrendavam ou dispunham-nas para serem trabalhadas por agricultores sem terra que aceitassem a condição de meeiro e repartir a produção com o dono das terras. Os sem-terra estavam, portanto, à margem da sociedade agrícola e industrial da então chamada “revolução verde” e resistiam no campo não passivamente mas numa iminente organização.

As ocupações de terra, os acampamentos e as manifestações em vias públicas a partir de 1979, no Rio Grande do Sul, deram visibilidade às famílias sem terra que foram percebidas e identificadas como tais pela sociedade. Os sem-terra não eram os únicos desconhecedores da situação do meio rural, também os trabalhadores das cidades desconheciam tal realidade tornada visível mediante a organização do MST. Na luta pela terra não participaram somente os homens. As mulheres e as crianças também puseram o pé na estrada e acamparam juntamente com seus companheiros. No acampamento estava toda a família reunida debaixo de lonas preta e disposta a lutar por terra e Reforma Agrária. Foi o que afirmou Lechat (1993) em seu estudo sobre as relações de gênero no MST.

Marginalizados em glebas não mecanizadas ou alheias, os Sem Terra saíam à luz do dia para serem lembrados. Eles se expõem publicamente, com sua família, numa atitude de solicitação paciente mas firme à espera dos favores públicos (p. 109).

Nesse estudo Lechat ressalta ainda a importância da mulher na decisão da família ir acampar. A mulher faz a ligação entre a casa, os parentes, vizinhos e o acampamento, participa de todas as atividades domésticas, políticas, e até nos serviços pesados. Quando a mulher decide acampar é a família que acampa, e assume todas as adversidades e as precárias condições que um acampamento impõe. Foi o que constatou Lechat:

As mulheres, em sua grande maioria, participaram dos acampamentos, mesmo grávidas e com filhos recém-nascidos. Muitas vezes a mulher foi o elemento determinante na decisão (Idem, p. 111).

A presença da mulher anima o homem a enfrentar as dificuldades decorrentes da luta pela terra. Não tendo onde deixar as crianças toda a família acampava. A presença da mulher e dos filhos nos acampamentos fez o Movimento tratar de questões que vão além da reivindicação por terra. Isso facultou ao Movimento demandas ligadas à área da saúde, escolarização, creches, etc, demandas essas que continuam presentes nos Assentamentos.

Quando surgiram as primeiras manifestações dos sem-terra no Norte do Rio Grande do Sul, em 1979 – desencadeando-se em seguida por todo o Brasil e originando mais tarde o MST – diversas pessoas e entidades sociais se mobilizaram e apoiaram as famílias sem terra em suas reivindicações. Jornalistas, profissionais liberais, professores e alunos, funcionários públicos, membros de partidos políticos de esquerda e de sindicatos combativos, religiosos identificados com a Teologia da Libertação, reconheceram que aí estava nascendo algo novo e uma chance de mudar as condições de vida das famílias de agricultores e quem sabe transformar a estrutura agrária do país.³¹ Eles contribuíram decisivamente na reconstrução social da família assentada. As famílias sem terra, engajadas no Movimento, ganharam visibilidade e nos Assentamentos se estabilizaram (ainda que em condições precárias). Assumiram uma nova posição social como resultado da luta pela terra e da articulação sócio-política no Movimento e do apoio de pessoas e de entidades sociais e religiosas.

³¹ Carlos WAGNER, *A saga do João Sem Terra, passim*. Em narração jornalística o autor relata a origem e a organização do MST e de como militantes e apoiadores se articularam à luta pela Reforma Agrária.

A atuação de algumas entidades sociais e religiosas na luta pela terra é o tema abordado a seguir. Os mediadores junto aos sem-terra acampados e assentados exercem significativa influência no processo de reconstrução social das famílias. A análise segue os seguintes passos: primeiro, o da mediação religiosa, em que ressalta a atuação da igreja católica e das pastorais sociais, como a CPT; segundo, a mediação sócio-política, onde ressalta a atuação do Partido dos Trabalhadores e de alguns Sindicatos combativos;³² e terceiro, a mística do MST em que o simbólico atua como importante elemento constitutivo do engajamento político e da reconstrução social da família assentada.

2.1.1. A mediação religiosa

A postura da igreja frente à luta pela terra no Brasil, longe de ser unânime e pacífica, sempre foi polêmica e geradora de diversas posições, desde as favoráveis até as contrárias, tanto por parte de seus líderes, membros da hierarquia eclesiástica, como da parte dos leigos. A mediação da igreja enquanto instituição na luta pela terra no Brasil se dá basicamente por três distintas entidades: Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e paróquias.

A CPT, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) criado em 1975 para intermediar os conflitos entre posseiros e fazendeiros ocupantes da Amazônia Legal, além de exercer essa atividade junto aos posseiros do Norte do país, sempre esteve ao lado dos agricultores sem terra, inclusive sendo uma entidade decisiva no surgimento do MST em diversos Estados do Brasil.³³ Sua missão é de anunciar a Justiça e denunciar as injustiças sociais. Sua atuação sempre foi de subsidiariedade e de execução de seu serviço específico – pastoral e religioso – nos acampamentos e nos Assentamentos. Na atuação da CPT não participam somente religiosos consagrados, também leigos e membros de outras igrejas cristãs e não somente da igreja católica. Uma das atuações da CPT é o acompanhamento das famílias acampadas e assentadas. As visitas domiciliares, a pregação catequética e a liturgia visam manter coesa a família animando-a na busca de seus direitos, da justiça e da liberdade. Já são expressivas as atuações da CPT

³² O termo combativo se opõe ao termo “pelego” adjetivado aos Sindicatos que atuam como um instrumento suavizador entre os patrões e os trabalhadores.

³³ Mais detalhes da atuação da CPT nos conflitos de terras do Brasil pode-se encontrar em: CPT. *A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*.

na organização e execução das Romarias da Terra e na organização do Dia do Agricultor juntamente com outras entidades de trabalhadores rurais. Esses eventos anuais de cunho social e religioso são momentos de estudo e de análise dos problemas sociais. Eles envolvem os trabalhadores rurais desde os grupos de base para estudo e reflexão até as grandes manifestações, Romarias, Marchas. As grandes manifestações, conforme CPT (1997),

[...] são encontros de uma prática arraigada na tradição religiosa do povo do campo – as peregrinações e romarias aos Santuários e lugares sagrados – com o conteúdo da luta da terra (p. 198).

A atuação da igreja, por meio da CPT, dá força e incentivo às famílias agricultoras para reivindicarem seus direitos, não somente pelo fato da maioria das famílias professarem a fé cristã, mas por participarem de uma causa justa.

Ao longo dos 25 anos de atuação da CPT muitos de seus líderes foram perseguidos e mortos, aumentando a fileira dos ‘mártires da terra’ (expressão do bispo Pedro Casaldáliga) na longa caminhada rumo à “terra sem males” (Pedro Tierra) da mitologia indígena. Reconhecida internacionalmente pela sua atuação junto aos trabalhadores rurais, a CPT se renova constantemente mantendo sua missão de anunciar e de denunciar.

Ao longo de sua história a CPT, segundo o sociólogo Herbert de Souza, destaca-se em três esferas de atuação:

A primeira diz respeito à própria Igreja, ao lado dos ‘deserdados da terra’ e na ‘opção preferencial pelos pobres’; a segunda, as denúncias de trabalho escravo, das condições de trabalho a que são submetidas as crianças no campo, de assassinatos de lideranças e de grilagem de terras, e a terceira esfera de atuação da CPT é a presença e acompanhamento das lutas concretas pela terra, pela cidadania, pelo respeito ao trabalho e à vida (Idem, p. 12).

Recente estudo de Ruscheinski (2000) comprova a importante e decisiva participação da igreja, por intermédio da CPT, na luta pela terra mediante sua atuação de assessoria e de promoção humana.

A emergência e a estruturação [da luta pela terra] estão ancoradas na orientação de entidades de assessoria e de instituições, tais como o sindicato e a Igreja, e que se voltam com nova perspectiva política para incentivar a participação dos trabalhadores no destino de sua sorte. A contribuição da Igreja no processo define-se tanto pelos espaços físico, intelectual e político oferecidos, quanto pelos agentes políticos ligados à CPT inteiramente voltados à organização popular (p. 255).

A presença e a atuação da igreja na luta pela terra não se restringem ao direito de ter terra e à situação presente, volta-se para questões mais profundas como o da subjetividade e da auto-gestão dos próprios atores envolvidos. Por isso, como sugere o sociólogo José de Souza Martins (1997):

Os caminhos abertos pela CPT ainda não estão plenamente decifrados. Nós ainda não conhecemos todas as implicações que a fundação da CPT teve, tem e ainda terá na história social de nosso país. Não só na história das classes trabalhadores rurais, mas também no conjunto da história social (p. 78).

Nos caminhos abertos pela CPT outras entidades construíram suas histórias pautadas na trilha da Justiça e dos direitos dos trabalhadores rurais. A mediação religiosa na luta pela terra no Brasil tem um relevante significado. Por um lado, porque a maioria do povo brasileiro é cristã e, por outro, porque os trabalhadores clamam por Justiça num país rico e marcado por tantas desigualdades e contradições sociais.

Outra entidade religiosa de interferência na luta pela terra é a Comunidade Eclesial de Base – CEB. Os membros das CEBs também tiveram participação decisiva junto aos acampamentos dos sem-terra, apoiando e animando os lutadores por terra. Os embriões das CEBs estão no Brasil da década de 50. O Movimento de Educação de Base (MEB) no Nordeste, o chamado “Movimento de Natal”, em Nísia Floresta (Natal – RN) e os catequistas populares no Rio de Janeiro (Volta Redonda) foram os embriões da nova igreja nascente na base da sociedade empobrecida. É o que afirma Baldissera (1987) definindo o nascimento das CEBs:

[...] era um movimento de promoção humana e de conscientização político-religiosa que, entre outras atividades, se dedicava à alfabetização de adultos por meio de escolas radiofônicas, à sindicalização rural e à formação de líderes comunitários (p. 44).³⁴

Os membros das CEBs, guiados pela nascente Teologia da Libertação, criam um ‘novo jeito de ser igreja’ identificado com os pobres e excluídos da sociedade. Sem os rigores institucionais os pobres aderiram à igreja por meio das CEBs solidários com os sem-terra.

No Rio Grande do Sul, líderes das CEBs sempre estiveram ao lado dos agricultores sem terra e junto ao MST, desde seu surgimento. Incentivaram a luta

³⁴ Detalhes do surgimento e atuação das CEBs pode-se encontrar em: Martins, 1980; Baldissera, 1987; Richard, 1982.

pela terra como uma luta justa e de direito dos trabalhadores rurais. Padre Arnildo Fritzen, da Paróquia de Ronda Alta, um dos esteios das CEBs no RS, foi uma liderança religiosa decisiva junto as agricultores sem terra na primeira fase do MST.³⁵ Tocando sua gaita e cantando músicas religiosas com conotações de fundo social ele animava os trabalhadores para se organizarem e lutar por seus direitos. Sua posição ao lado dos trabalhadores incomodou muitos proprietários e mesmo lideranças religiosas e bispos. Foi perseguido e sofreu ameaças, mas não se calou. A maioria dos membros das CEBs assumiu semelhante postura e também sofreu perseguições, mas sem deixar de lutar e de participar.

Outra entidade religiosa participe da luta pela terra foi a paróquia. Desde o século IV d.C. as Paróquias constituem a base institucional e hierárquica da igreja católica,. Nelas, muitos padres, religiosos, religiosos e leigos ‘optam pelos pobres’ – conforme opção preferencial da igreja católica latino-americana na IIIª Conferência dos Bispos da América Latina, em Puebla, México, 1979, unindo fé e vida numa mesma realidade social. Identificando os sem-terra como os ‘pobres’ prestaram-lhes apoio de diversas formas: cedendo o espaço físico (igrejas, salões, salas) para encontros e reuniões, fazendo campanhas de donativos para os acampados ou participando nas negociações junto às lideranças políticas governamentais. A participação das paróquias na luta pela terra sempre foi complexa e de formas diversas. Por meio do acompanhamento pastoral (missas, catequese, encontros de famílias, etc.) a paróquia atende às famílias em suas necessidades religiosas em sua área territorial de abrangência. Os líderes religiosos das paróquias assumem diversas posturas nos atendimentos pastorais junto às comunidades religiosas nos Assentamentos, desde um atendimento voltado unicamente para a fé até o atendimento que atende às questões sociais unindo fé (religião) e vida (realidade). Disto resultou que, em alguns, a relação da paróquia com os Assentamentos ficou difícil. A participação ativa do agente religioso nos Assentamentos segue o carisma pessoal acompanhado por uma visão crítica da sociedade e da própria igreja. Por outro lado, líderes das paróquias por vezes criam resistência e se opõem em aceitar

³⁵ Zander NAVARRO, *Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul*, p. 19-68. O autor descreve a formação e desenvolvimento do MST ao longo de sua história e apresenta diversas fases no processo de constituição e organização dos assentamentos. A primeira fase: 1978 – 1984, “fase reativa”; a segunda fase: 1985 – 1988, “fase de ação”; a terceira: 1989 – 1997, “ações de pressão” e quarta fase: 1998 - ... em construção. Em cada fase há reações específicas dos governos frente às ações do MST.

assentados na base territorial. Isso ocorreu em um Assentamento que compõe nossa unidade de análise.³⁶

A igreja católica progressista³⁷ esteve presente no surgimento do MST em diversos Estados do Brasil, inclusive organizando acampamentos e acompanhando os sem-terra nas suas reivindicações, mesmo depois de receberem a terra. Conforme Stédile (2000):

Havia uma tradição histórica nos movimentos camponeses da Europa e também da América Latina, de terem sido criados pela igreja ou partidos políticos e deles dependerem, transformando-se em dependentes doutrinária, ideológica e politicamente (p. 25).

Com a caracterização autônoma, o MST, deste 1985, em sua própria índole, independe de doutrinas de outras entidades. Ele mobiliza milhares de famílias de trabalhadores rurais aplicando seus princípios organizativos, como: a direção coletiva; a divisão de tarefas entre toda a militância; a formação permanente dos militantes; o planejamento das atividades e o vínculo permanente com a base (Idem, p. 26). Outras entidades entram como colaboradores na luta pela terra ou como “amigos da Reforma Agrária”, nome atribuído aos colaboradores do MST. A igreja, pela intermediação das paróquias e em sua área territorial, atende às famílias assentadas. Além do atendimento religioso específico (missas, catequese) é comum existir grupos de mulheres, grupos de jovens, a Pastoral da Criança, da Pastoral da Saúde, da Cáritas, etc., nos Assentamentos tratando de questões sociais, políticas e educacionais. Ao lado da mediação religiosa e das entidades religiosas há a mediação sócio-política que prima pelo aspecto organizativo e político das famílias assentadas.

2.1.2. A mediação sócio-política

A igreja foi entidade decisiva no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Brasil. Ela, com seus líderes carismáticos e a Teologia da Libertação, fundamentou a luta pela terra biblicamente, na ‘teologia da terra’, e fez

³⁶ Em 1992, quando se efetivou o Assentamento *Conquista da Liberdade*, em Piratini – RS, líderes da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Município de Piratini, resistiram à presença dos assentados e publicamente, por meio de divulgação de um *panfleto*, manifestaram tal posição, que foi superada ao longo dos anos.

³⁷ Destaca-se aqui que não é toda Igreja católica que apóia e acompanha as ações do MST. A Igreja dividida em conservadores e progressistas, são esses últimos que apóiam e aderem à luta pela terra e Reforma Agrária, ligando a religiosidade com a realidade enquanto que os conservadores separam a fé da realidade social e não se envolvem com questões sociais.

com que os sem-terra, sendo majoritariamente cristãos, aderissem também pela fé à luta pela terra, ligando-os ao povo bíblico hebreu na busca da ‘terra prometida’ (livro sagrado Êxodo do Antigo Testamento). A igreja esteve à frente na organização dos primeiros acampamentos durante a primeira fase do MST (1979-1985). Mas ela não esteve só, a seu lado outras entidades políticas e sociais identificadas ideologicamente com a luta por terra também estavam presentes. Dentre elas destacam-se o Partido dos Trabalhadores (PT), sem esquecer outros partidos de esquerda de orientação marxista, e os Sindicatos combativos de trabalhadores rurais e de trabalhadores urbanos filiados à CUT.

O PT surge no mesmo ano das primeiras ocupações de terra no Rio Grande do Sul, em 1979. Nasce de mãos dadas com os sem-terra organizados. Alguns integrantes do PT compartilhavam sua liderança com o MST e muitos políticos de esquerda surgiram de sua articulação com o MST. No contexto latino-americano, segundo Petras (1997), “os ativistas camponeses se engajam na ação direta e alguns se associam a partidos políticos” (p. 273). Isso decorre da educação política e da autonomia dos líderes para agirem por eles mesmos sem depender de um “comitê central”. Embora o MST não seja uma correia de transmissão para o PT é inegável a aproximação ideológica entre as duas entidades, principalmente nas duas primeiras fases do MST. Nas fases posteriores a autonomia e o crescimento das duas entidades ao nível Nacional criaram alguns distanciamentos de princípios políticos e estratégicos.

Dentro dos princípios organizativos do PT a Reforma Agrária é prioridade e sob a ótica dos trabalhadores. Isso aproxima as duas entidades, PT e MST. Mas como entidade autônoma o MST não segue cartilha de nenhum partido político, nem do PT. Mobiliza as famílias sem terra conforme seus próprios princípios. Ressalta-se a importância da atuação dos partidos políticos de esquerda e de seus representantes nas reivindicações dos sem-terra.

Algumas posturas de políticos de esquerda, principalmente do PT, foram decisivas no rumo da luta pela terra no Brasil. No Rio Grande do Sul, por exemplo, foi notório, no episódio da ‘Praça da Matriz’ – Porto Alegre, 1990, o posicionamento do então prefeito Olívio Dutra, do PT, que abrigou os sem-terra na sede da Prefeitura Municipal sitiados por soldados da Brigada Militar que estavam revoltosos

devido à morte de um policial militar no confronto com os sem-terra. Ao lado dos trabalhadores rurais o Prefeito, nas negociações com o governo, impediu repressões violentas dos soldados, demonstrando determinação e coragem em sua posição política ao lado dos trabalhadores rurais.

O Partido dos Trabalhadores continua sendo esteira por onde a luta pela terra se politiza rumo a transformações mais profundas da sociedade. Os integrantes do MST têm consciência da necessidade e da importância da atuação política para alcançar o objetivo de “construir uma sociedade onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital” (MST, 1998, p. 28). Em suas ações o MST promove ações para uma nova subjetividade ou consciência que impulsiona os trabalhadores sem terra organizados para o centro da luta política, criando inclusive uma nova cultura político-popular.

Os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, apesar das diferentes posições ideológicas de suas coordenações, exerceram importante papel no processo da reconstrução social da família assentada. A maioria das famílias agricultoras sem terra teve no sindicato rural seu primeiro contato com uma organização social do meio rural que pudesse lidar com seus direitos e obrigações sociais. O levantamento feito nos Assentamentos da região Sul do Estado constatou que a maioria (66,66%) das famílias constituídas antes dos acampamentos era sindicalizada. Alguns membros participaram inclusive da direção do sindicato rural.³⁸ Desde 1963, quando foram criados os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no Brasil, os agricultores têm esse instrumento de luta e de reivindicações. A CPT (1997), em seu relatório de vinte anos de atuação, sempre incentivou a sindicalização dos agricultores. O sindicalismo, ao lado do associativismo e do cooperativismo, é um tema sempre pertinente, conforme segue:

A CPT continua a dedicar esforços no acompanhamento ao sindicalismo rural, busca desenvolver uma reflexão e ação a partir de ações articuladas em nível local, regional ou nacional (p. 233).

O movimento sindical urbano também tem relevância na história de luta dos agricultores e na reconstrução social da família assentada. Durante o período de retomada da luta pela terra, os sindicatos urbanos, filiados à CUT, estiveram ao lado

³⁸ Fonte: Pesquisa de campo realizada nos Assentamentos *25 de Outubro*, *24 de Novembro* (Capão do Leão) e *Conquista da Liberdade* (Piratini) em junho de 2001.

dos trabalhadores rurais. Juntamente com o MST organizaram manifestações públicas, caminhadas, “Grito da Terra”, “Grito dos Sem”, “Jornadas pela Reforma Agrária”, acampamentos, etc., para pressionar o governo a fim de agilizar desapropriações de terras e a condução da Reforma Agrária mediante o assentamento de famílias sem terra.

Com o passar do tempo sindicatos que se empenhavam na luta pela terra e Reforma Agrária, principalmente nas primeiras duas fases do Movimento, tomaram, aos poucos, um distanciamento do MST e da própria luta pela terra. As diretorias dos sindicatos passaram a atender às demandas internas de sua categoria em detrimento de lutas articuladas em conjunto com outras entidades sociais. A instabilidade dos empregos e as novas estratégias de negociações entre patrões e empregados com a globalização da economia contribuíram para tal distanciamento. A crise do movimento sindical e o retrocesso em alguns direitos sociais adquiridos pelos trabalhadores também contribuíram para o corporativismo no movimento sindical.

Na retomada da luta pela terra, nas duas últimas décadas do século XX, os sindicatos, filiados à CUT, tiveram papel fundamental ao lado da Igreja e de partidos políticos de esquerda, nas manifestações públicas e nas negociações dos sem-terra com o governo. Hoje, a presença continuada afetiva e solidária de sindicalistas urbanos nos Assentamentos indica por si só a relevância das entidades sindicais junto aos trabalhadores rurais na luta pela terra e no processo de reconstrução social da família assentada. A aliança dos trabalhadores urbanos organizados com os trabalhadores rurais favoreceu a aceitabilidade da luta pela terra por parte da população brasileira. A inércia do governo federal nas questões de Reforma Agrária e a morosidade da Justiça brasileira no trato das questões agrárias foram os principais motivos que contribuíram para a aceitabilidade das ações do MST pela da população brasileira; com repercussão internacional.

Todas as entidades sociais, políticas e religiosas, que se posicionaram ao lado do MST na luta pela terra e RA, se encontram numa posição de confronto com o Governo Federal e na luta em defesa dos interesses dos agricultores sem terra e dos assentados. A maioria dos Movimentos Sociais se encontra nesta mesma posição. A luta pela terra passou a ser fundamental no processo de reconstrução da

família assentada e na redefinição das relações sociais de seus membros. Através da mística a memória histórica se renova constantemente na condução organizativa do MST. Além da memória histórica, outros elementos simbólicos significativos são incorporados à mística do MST, nem sempre visíveis nos estudos já feitos sobre os Assentamentos. Esses elementos simbólicos agem decisivamente nos membros familiares, por isso merecem destaque.

2.1.3. A mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Trabalhamos a mística para manter a unidade entre nós! (J. P. Stédile).

Ao invés de relatar aqui a história do MST,³⁹ como mediação sócio-política das famílias assentadas, tratar-se-á da mística do MST. Por um lado, por existir diversos estudos sobre a história do MST que satisfazem o conhecimento deste importante movimento social. E, por outro, porque mística contém elementos simbólicos que envolvem o Movimento e as famílias assentadas e nem sempre são visíveis sob o ponto de vista histórico. Estes elementos simbólicos agem de um modo marcante e decisivo nos membros familiares das famílias assentadas. É a força e a expressão do “poder simbólico” (Bourdieu) que gera e alimenta a mística e dá unidade e faz com que as pessoas se sintam bem em participar da luta pela Reforma Agrária (Stédile, 1999: p. 129).

Em 1979, quando ocorreu a retomada da luta pela terra no sul do Brasil, não surgiu apenas os embriões de um movimento social genuíno – o MST. Também surgiu uma mística, na militância, que se tornou elemento central na condução da luta pela terra e Reforma Agrária. A mística do MST adveio de diversas fontes: da crença religiosa de fiéis de diversas igrejas comprometidos com a verdade e a justiça social; da militância de integrantes de partidos políticos de esquerda; de intelectuais de diferentes correntes de pensamento dispostos a unir teoria e prática numa *práxis* libertadora; da indignação de pessoas de diversas categorias profissionais e de classes sociais cansadas da apatia diante de tanta desigualdade social e, por fim, da própria história do MST entornada de elementos simbólicos representativos, como a cruz e a bandeira. Dessas fontes emergiram símbolos nos

³⁹ A história do MST já foi por muitos pesquisadores investigada. Para maiores detalhes e aprofundamento cita-se: GEHLEN, 1983; GÖERGEN, e STÉDILE, 1993 e 1997, MEDEIROS e LEITE, 1999, entre outras.

quais cada família assentada se identifica e alimenta a esperança de melhorar suas condições de vida.

Neste estudo a palavra mística tem dois sentidos básicos. O primeiro refere-se ao espaço de tempo utilizado pela equipe de mística no início das ações coletivas do Movimento e de reuniões ou de estudos. É um momento de parada reflexiva e de concentração n'algum tema. Geralmente esses momentos portam símbolos, falas, leituras de textos, cantos, etc, que refletem a história de mártires, de lutadores que tombaram por uma causa justa e da história do Movimento. Mística aqui é esse momento mágico de reflexão das práticas realizadas e é também motivação para novas práticas. Como orienta a cartilha do MST-RS (2001):

A mística está presente em momentos mais fortes, nas festas comemorativas como: dia das crianças, aniversário do acampamento, do assentamento, do MST, etc. (p. 55).

O segundo sentido de mística diz respeito à militância dos integrantes do MST, sejam eles acampados ou assentados. Refere-se à vivência cotidiana com uma força motriz que os anima. A militância com mística, ou mística na militância, não apenas produz uma adesão ideológica, traduz algo mais, a adesão com convicção, semelhante a uma devoção religiosa que envolve a razão e fé e as práticas cotidianas dos membros familiares. A mística do MST faz perceber a terra, a família, o trabalho, a sociedade, etc.. de um modo diferente e profundo. Ela resgata símbolos da unidade coletiva do Movimento, como a bandeira e a cruz dos sem-terra, bem como os momentos fortes de organização e realização dos acampamentos.

A história do MST é imbricação da mística e da militância que envolve homens e mulheres simples e dispostos a ter dignidade e justiça em cima de seu próprio chão. Antes de acampar o agricultor sem terra trabalhava com sua família como meeiro, posseiro, arrendatário. Agora, assentado, este mesmo agricultor continua trabalhando com sua família em cima de sua própria terra e com um diferencial: com mística na militância e nas práticas libertadoras de todo tipo de dominação.

Na reconstrução social da família assentada a mística é um fator determinante. Adornada de mistérios e de múltiplos significados ela se revela em,

pelo menos, dois aspectos fundamentais: o simbólico e o transformador. Esses dois aspectos penetram no interior das famílias assentadas e em cada um de seus membros qualificando-os em sua própria identidade. Talvez aí esteja um motivo por que as famílias mesmo assentadas continuam sendo chamadas de sem-terra e continuam a lutar pela terra e Reforma Agrária.

A seguir alguns rudimentos desses aspectos já consolidados na história de luta pela terra no Brasil. Alguns elementos foram obtidos nas entrevistas e nas visitas às famílias assentadas que compõem a unidade de análise deste estudo. Primeiro o aspecto simbólico, no qual destaca-se a bandeira do MST⁴⁰, os cantos da terra e a memória. Depois, o aspecto transformador da mística do MST nos Assentamentos.

A luta pela terra está envolta de símbolos. O simbólico é um aspecto determinante na formação da consciência crítica dos sem-terra e dos assentados. Sem símbolos fica muito difícil lutar. Os símbolos são sinais indicativos e dão segurança, apesar das dificuldades e dos sofrimentos inevitáveis. Dentre os símbolos o mais expressivo é a bandeira.

Bandeira do MST: Quando da realização das entrevistas, na chegadas aos Assentamentos sempre se deparava com uma bandeira do MST numa placa à beira da estrada. Em cada casa que se chegasse tinha uma bandeira, pintada na parede externa da casa, estendida na parede interna da casa. Algumas famílias mostravam com orgulho a bandeira surrada que acompanha desde o tempo de acampamento, caminhadas, marchas, ocupações, etc.

Ainda que os meios de comunicação social forcem o uso da foice como símbolo dos sem-terra, a bandeira do MST é o símbolo expressivo para os assentados. A foice não passa de um instrumento de trabalho. A entrada de um Assentamento sempre contém uma bandeira do MST hasteada, convidando a conferir uma amostra da Reforma Agrária. Implantada após muitos sofrimentos, lutas e conquistas, a bandeira traduz a vitória de um povo organizado e feliz. Na maioria das casas das famílias assentadas há uma bandeira do MST estendida na parede, estrategicamente visível. Em algumas casas a bandeira está pintada na própria

⁴⁰ A bandeira do MST encontra-se em anexo 03.

parede como sinal da solidez do Movimento de luta pela terra e orgulho da conquista. O apreço e respeito dispensados à bandeira traduzem o reconhecimento das famílias ao Movimento pela conquista da terra e da liberdade.

Como surgiu a bandeira do MST? Foi durante o IV Encontro Nacional do MST realizado em janeiro de 1987, em Piracicaba/SP, que aconteceu a escolha e aprovação oficial da Bandeira do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A bandeira é um símbolo do caráter nacional da luta pela Reforma Agrária. Cada elemento que compõe a bandeira tem um significado construído ao longo dos anos de luta pela terra e Reforma Agrária. A seguir alguns significados dos desenhos e de suas cores.

No centro está um trabalhador e uma trabalhadora. O casal representa a necessidade de a luta pela terra ser feita por homens e mulheres, pela família inteira. O mapa do Brasil representa que o MST é uma organização em nível nacional e quer levar a luta pela Reforma Agrária para todo o país. O facão representa as ferramentas de trabalho, de luta e de resistência do agricultor. A cor branca representa a paz que somente será conquistada quando houver justiça social para todos. A cor vermelha representa o sangue que corre nas veias e a disposição de lutar pela Reforma Agrária e pela transformação da sociedade. A cor preta representa o luto e a homenagem a todos os trabalhadores que tombaram na luta. A cor verde representa os grandes latifúndios que precisam produzir e a esperança que a luta seja vitoriosa em cada terra conquistada.⁴¹

Em todos os eventos organizados pelos acampados e assentados a bandeira do Movimento tem um lugar de destaque. Em volta dela ocorrem atividades sociais, festivas, religiosas e formativas. Sua presença é forte e marcante, nos momentos importantes da família, como em festas de aniversário; a bandeira, ano após ano, serve de fundo para embelezar e eternizar o momento das fotos⁴².

A bandeira presente no dia-a-dia dos assentados, constitui um símbolo característico na reconstrução social da família assentada. Facilmente a bandeira

⁴¹ Fonte: MST On Line, [<http://www.mst.org.br/histórico/bandeira.html>]

⁴² Uma família entrevistada para este estudo relatou – inclusive mostrando em fotos – que desde o primeiro aniversário da filha a bandeira do MST serve de fundo para as fotos como símbolo da conquista da terra.

chama a atenção de quem passa ou chega à casa de um assentado e incrementa o diálogo trazendo presente as lutas históricas do Movimento e da conquista da terra.

Os cantos da terra são aqueles em que as letras contenham elementos da luta pela terra sob a ótica dos trabalhadores rurais. A mística do MST é alimentada fundamentalmente pelos cantos da terra. As letras dos cantos da terra relatam poeticamente a história dos sem-terra nos acampamentos e a vida nos Assentamentos. Nas famílias assentadas não é difícil encontrar gaiteiros, violeiros e artistas da RA. Os festivais de música organizados pelo MST ajudam na divulgação da vida cotidiana dos assentados, favorecem o surgimento de novos artistas populares e alimentam a mística que envolve cada família assentada.

Memória: Outro elemento importante da mística do MST é o da memória. A memória retoma fatos e a vida de pessoas que lutaram e tomaram por uma causa justa e libertária, na luta pela terra e Reforma Agrária. Os mártires, lutadores mortos violentamente na luta pela terra, são os mais lembrados (Pe. Josimo Tavares, Roseli Nunes, entre outros).⁴³ Recordar suas vidas constitui-se um ato pedagógico sobre a vida presente. Entre os diversos mártires da história de luta por libertação um tem destaque: Che Guevara.⁴⁴ Sua estampa e alguns de seus escritos estão inscritos em camisetas dos agricultores que carregam o mesmo ideal libertário de Che Guevara. Entre os mártires também são lembrados nas místicas: o negro Zumbi, o índio Sepé Tiarajú, a sindicalista Margarida Alves.⁴⁵ O mestre-pedagogo Paulo Freire⁴⁶ também é freqüentemente lembrado. A memória dos mártires na mística do MST tem sua origem na teologia cristã onde o 'sangue derramado é semente de libertação'. Uma das tantas formas de fazer a mística é invocar o nome dos mártires, por exemplo:

⁴³ Padre Josimo Tavares trabalhava na CPT na região do Araguaí e foi frio e covardemente assassinado pelas costas no dia 10 de Maio de 1986, quando subia os degraus da escada que dá acesso à sede da CPT. Roseli Nunes, agricultora sem terra, acampada no acampamento da Fazenda Anoni, foi morta violentamente, juntamente com mais dois companheiros, no dia 31 de Março de 1987, durante uma manifestação pública dos sem-terra num dos trevos de acesso à cidade de Sarandi.

⁴⁴ Ernesto Che Guevara, médico argentino, naturalizado mexicano. Conhecido guerrilheiro atuante nas décadas de 50 e 60 na América Latina e África. Foi morto pelo exército boliviano em 8 de outubro de 1967.

⁴⁵ Zumbi, símbolo da resistência negra durante a escravidão no Brasil, foi líder do Quilombo Palmares, Paraíba, onde os escravos fugitivos se refugiavam. Depois de várias investidas a guarda nacional do império exterminou o Quilombo matando Zumbi aos 20 dias de Novembro de 1797. Sepé Tiarajú foi cacique dos índios missioneiros do Rio Grande do Sul, foi morto em combate, em Caboatê, hoje Município de São Gabriel, RS, aos 07 dias de Fevereiro de 1756. Margarida Alves, mulher e mãe, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Lagoa Grande, PB. Foi assassinada por latifundiários no dia 12 de Agosto de 1983.

⁴⁶ O pedagogo Paulo Freire ensinava aos pobres e aos analfabetos a se libertarem. Foi exilado do Brasil durante o período da ditadura militar. Retornou com a anistia continuando sua *Pedagogia do Oprimido*. Faleceu aos dois dias de Maio de 1997.

um grito: - *Zumbi dos Palmares*, ao que toda a assembléia reunida responde: - *presente, presente, presente!* Depois se lê um comentário a seu respeito.

Esse pensamento presente na vida das famílias assentadas é um elemento que contribui na sua reconstrução social. As camisetas que os membros familiares vestem com estampas de mártires e seus dizeres, os cantos da terra e a bandeira do MST, traduzem simbolicamente o pensamento das famílias e revelam o ideal nelas contido.

A conquista da terra é um fato marcante na vida das famílias assentadas. Alguns Assentamentos são identificados pela data oficial da conquista da terra. Exemplo disto são dois Assentamentos que compõem a unidade de análise deste estudo – o 24 de Novembro e o 25 de Outubro. Anualmente é celebrada a data da conquista da terra com festa. É um espaço de apresentação dos resultados da Reforma Agrária e momento das famílias retomarem e alimentarem a mística do MST. É tempo de memória e de lançamento de novos desafios.

Ao longo do ano civil, outras datas, além da conquista da terra, são lembradas e refletidas nos Assentamentos. Entre elas o Dia Internacional da Luta Camponesa, dia 17 de abril⁴⁷ e o Dia do Agricultor, 25 de julho. Como consta na Cartilha intitulada *Fazendo Escola*, MST-RS (2001),

[...] na mística está presente a nossa luta, os nossos símbolos com os quais constituímos a identidade Sem Terra, fortalecemos a nossa cultura, a nossa organização [...] entoamos nosso hino e tantos outros versos que tratam a nossa história, gritamos palavras de ordem, silenciemos e reverenciamos nossos mártires, carregamos a bandeira do MST e outras, apresentamos nossos produtos produzidos na terra conquistada (p. 54-55).

Segundo aspecto da mística do MST: aspecto transformador. Este aspecto da mística está ligado diretamente com o aspecto simbólico e tem em si um caráter revolucionário. Não contém somente mudanças superficiais ou reformas que integrem os agricultores a um sistema já existente onde cada família se encaixe nele como peça no tabuleiro do jogo de xadrez. Como o simbólico, o aspecto transformador penetra nas pessoas desafiando-as a construir algo novo, com novos

⁴⁷ No dia 17 de abril de 1996 houve uma chacina no Pará, 19 agricultores sem-terra acampados foram mortos por policiais militares. O caso tomou repercussão internacional e está na memória história do Movimento e dos assentados e todos os anos é recordado com manifestações públicas.

significados e novas relações. A começar pelas relações intrafamiliares. Como expressou uma líder do Movimento citada por Lechat (1993):

Não teria sentido nenhum a gente querer mudar a nossa relação com o fazendeiro, com o empresário, com o governo, se a gente não mudar a relação com o companheiro, com nossos filhos (p. 3).

Essa fala, de uma integrante da direção estadual do MST-RS, projeta a construção de uma nova família alicerçada em novas relações entre seus membros. Propõe uma família com base em princípios democrático-participativos que respeita e acolhe as opiniões de cada membro familiar. Corolário das transformações intrafamiliares está a construção de novas relações interfamiliares e a edificação de uma sociedade alicerçada em princípios éticos e democráticos.

Nas reuniões mensais que ocorrem nos Assentamentos, as lideranças do MST não só tratam das questões econômicas ou repassam informações. Na pauta também está a mística que retoma constantemente o princípio básico do MST (1998): “lutar por terra, Reforma Agrária e Mudanças na Sociedade” e o objetivo de “construir uma sociedade sem exploradores” (p. 28). As falas das lideranças, as letras dos cantos e os textos, que são estudados nas reuniões e entregues para serem lidos e discutidos nas casas, estão repletos do aspecto transformador da mística do MST.

Os gritos de ordem, desde “Reforma Agrária, na lei ou na marra” – oriundo do MASTER, dos anos 60 – ao atual “Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio” contém a mística do MST de caráter transformador⁴⁸. Querer um Brasil sem latifúndio é o mesmo que propor à Nação brasileira uma profunda transformação da estrutura agrária. A expressão ‘Reforma da Reforma Agrária’, freqüentemente expressa por líderes do Movimento, também tem em si o aspecto transformador. Querer reforma da Reforma Agrária é propor uma transformação radical do moroso processo de reforma agrária existente e inoperante.

Em 1987 o MST elaborou, em conjunto com a CUT e a CPT, uma proposta de projeto popular para a Assembléia Nacional Constituinte sobre a Reforma Agrária. A

⁴⁸ Os gritos de ordem acompanharam as estratégias do MST. De *Reforma Agrária, Já!* passou para, *Reforma Agrária, essa luta é nossa*. Depois veio o refrão *ocupar, resistir, produzir* seguido de *Reforma Agrária, uma luta de todos*. Atualmente o grito é: *Reforma Agrária, por um Brasil sem latifúndio*. Uma análise dos gritos de ordem em: Binda, 1997, págs. 55-57.

proposta continha mais de um milhão e seiscentos mil assinaturas. Conforme Göergen (1993), o projeto sugeria a “desapropriação dos latifúndios, das terras de propriedades de multinacionais” e a “definição de um tamanho máximo para propriedade rural”, entre outras propostas (p. 39-47). Mas a proposta foi vencida pelo “poder do atraso” (Martins) que imperou na Assembléia Nacional Constituinte. E assim, a história continua à “marcha lenta” (Martins) e reproduzindo práticas do coronelismo, principalmente no Nordeste brasileiro.

O aspecto transformador da mística do MST, nas falas dos líderes nos textos estudados se estende aos membros familiares e é um elemento constitutivo da reconstrução social da família assentada. A família agricultora sofreu uma série de mudanças ao longo da trajetória de luta pela terra até chegar ao Assentamento onde se operacionalizam algumas das transformações.

2.2. Reconstruindo as relações

2.2.1. Os municípios de Capão do Leão e de Piratini

Antes de descrever alguns aspectos sociais correlacionados aos membros familiares constituintes da unidade de análise deste estudo convém apontar algumas características dos municípios de Capão do Leão e de Piratini. Neles estão os Assentamentos 24 de Novembro, 25 de Outubro e Conquista da Liberdade, base empírica deste estudo onde foram coletados os dados primários da pesquisa.

Conforme o Instituto Técnico de Pesquisa e Assessoria - ITEPA (2000), o município de Capão do Leão era o quarto distrito de Pelotas. Foi desmembrado e emancipado aos três dias do mês de maio de 1982 pela Lei n. 7.647. Possui uma área de 784 Km² e situa-se numa altitude de 21 metros. Distante 275 Km de Porto Alegre e com 23.714 habitantes. Nele encontra-se o campus da UFPel, uma unidade de pesquisas da EMBRAPA e grandes fazendas pecuárias e granjas de produção de arroz. Capão do Leão tem um diferencial em termos populacional, possui um bairro – Bairro Jardim América – que concentra a maior parte da população do município e se encontra mais próximo da cidade de Pelotas que da sua sede municipal. No município existem dois Assentamentos (p. 27).

O município de Piratini foi emancipado em 15 de dezembro de 1830. Conhecida como a primeira capital do Estado do RS, possui uma área de 3.562,50 Km² e situa-se numa altitude de 349 metros. Localiza-se a uma distante 330 Km de Porto Alegre com 19.039 habitantes. Tem nas atividades do setor primário sua maior fonte de renda. (Idem, p. 27). Na década de 90 o município de “Piratini registra o maior crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região Sul do Estado, 217,7%”⁴⁹. Esse índice foi alcançado também graças ao trabalho das famílias que integram os quatorze Assentamentos localizados no interior do município.

Dados do Censo 2000 revelam o número dos domicílios⁵⁰ existente nos dois municípios. Em Capão do Leão foram registrados 7.773 domicílios e em Piratini 7.869. O quadro que segue indica a população dos municípios comparando-a com dados de 1996 e identificar seu crescimento populacional.

Tabela 01: População total, urbana e rural, dos municípios de Capão do Leão e Piratini

Município	1996	2000	Homens	Mulheres	Urbana	Rural	Taxa de crescimento
Capão do Leão	20.978	23.714	11.822	11.892	21.350	2.364	3.11
Piratini	17.344	19.039	9.937	9.102	9.477	9.562	2.35

Fonte: IBGE, Censo 2000.

Observando os dados acima há uma diferença grande de população urbana e rural no município de Capão do Leão. Isso decorre ao fato do município ter um grande bairro – Jardim América – que foi desmembrado de Pelotas, como viu-se acima. Outro dado importante de se observar é o da diferença da altitude entre os dois municípios, Capão do Leão com 21 metros e Piratini com 349. Essa diferença é percebida no solo. O solo de Capão do Leão é de Terras Baixas, úmido, preto e arenoso, exige técnicas e cuidados apropriados e específicos para o cultivo de certos produtos agrícolas. Já Piratini possui solo seco, de cor avermelhada, semelhante ao da região Norte do Estado, facilita a produção agrícola e a diversidade de produtos.

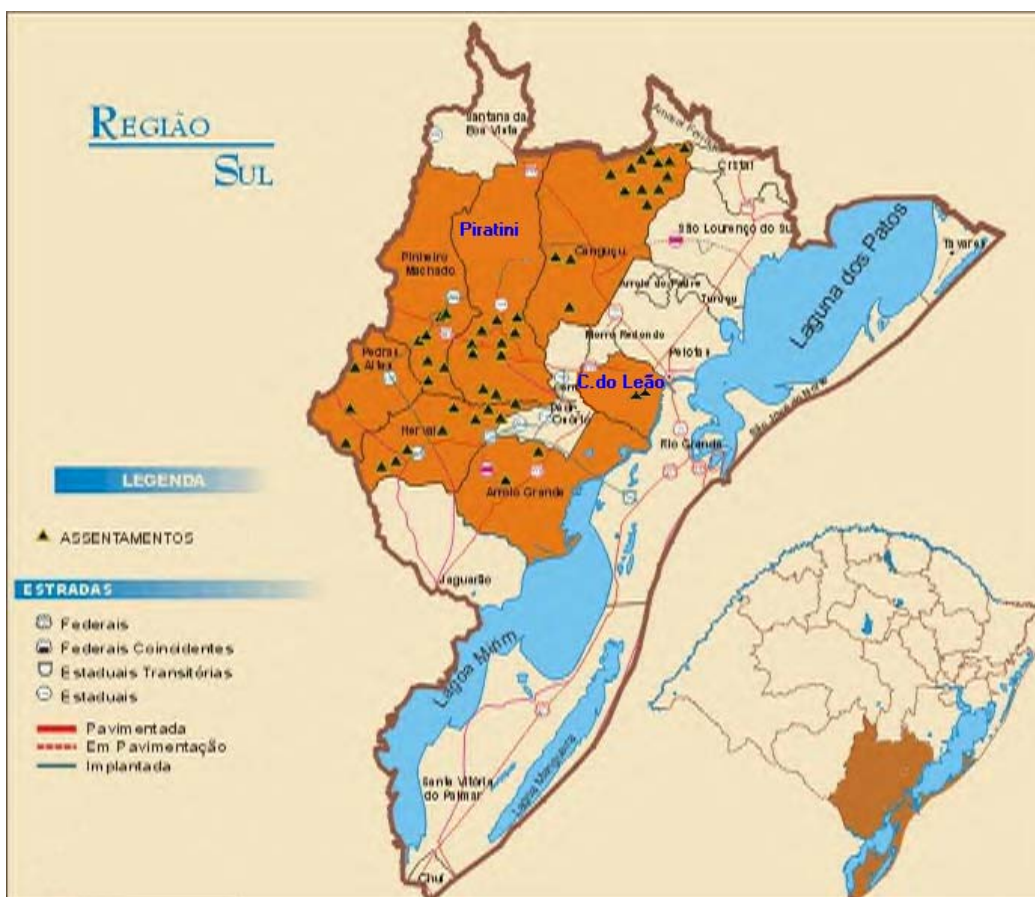
O tipo de solo, principalmente no município de Capão do Leão, foi um grande desafio a ser enfrentado pelos assentados. As dificuldades de se adaptarem ao clima e ao tipo de produção agrícola adequado à região Sul do Estado foram

⁴⁹ Fonte: ITEPA em matéria no jornal Diário Popular, número 87, do dia 08 de dezembro de 2002, p.22.

⁵⁰ No Censo considerou-se *Domicílio* a moradia estruturalmente independente constituída por um ou mais cômodos com entrada privada (IBGE, Censo 2000).

superadas pelo trabalho dos mediadores e, como relataram alguns agricultores, pela experiência adquirida safra após safra. Com auxílio de mediadores, técnicos do MST e do governo, e na tentativa e erro, os agricultores foram dominando novas técnicas e aperfeiçoando do plantio agrícola. Após anos de cultivo hoje tendem à produção de leite e gado de corte, atividades agrícolas propícias para a região Sul do Estado.

Mapa 01: Região Sul do Estado do Rio Grande do Sul.



Fonte: Gabinete de Reforma Agrária, Estado do Rio Grande do Sul.

2.2.2. Trajetórias dos assentados

A trajetória dos assentados, de reconstrução social das famílias dos três Assentamentos da unidade de análise deste estudo, é vasta e repleta de detalhes. Este estudo prima pelos dados considerados essenciais para uma compreensão da reconstrução social das famílias e da redefinição das relações intrafamiliares mediante as ambigüidades do processo de redemocratização nas relações familiares.

A trajetória das famílias do Assentamento Conquista da Liberdade (Piratini) e 24 de Novembro (Capão do Leão) foram praticamente a mesma e nos mesmos acampamentos. As famílias do Assentamento 25 de Outubro (Capão do Leão) têm uma trajetória distinta das anteriores.

A tabela que segue contém o número de casos e o local de procedência das 79 famílias dos três Assentamentos que compõem a unidade de análise.

Tabela 02: Procedência das famílias assentadas pesquisadas

n.	Região ⁵¹	n. de casos	Porcentagem
1	Alto Uruguai	66	83,55%
2	Missões	10	12,65%
3	Campanha	3	3,80%
4	Grande Porto Alegre	0	0,00%
5	Outros Estados	0	0,00%
	Total	79	100,00%

Fonte: pesquisa de campo, 2001.

Como se pode verificar, quase todas as famílias assentadas nesses municípios da região Sul do Estado são oriundas da região Norte, mais especificamente da região do Alto Uruguai. Algumas advêm da região missioneira e outras, em menor número, da região de Campanha. Nenhuma família é oriunda da região metropolitana de Grande Porto Alegre, embora algumas famílias relataram

⁵¹ A divisão destas *regiões típicas* do estado RS segue NAVARRO em seu artigo: Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento, In: MEDEIROS, Leonilde e Leite, Sérgio. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*, Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999 (p. 19 – 68). A regionalização acima referida, como afirma o autor, “não obedece a critérios ou delimitações ‘oficiais’, mas reflete principalmente o senso comum, tal como referido em matérias jornalísticas ou mesmo entre os agricultores” (p. 22).

que trabalharam em cidades da Grande Porto Alegre. Todas as setenta e nove famílias que compõem os três Assentamentos estudados são oriundas estado do Rio Grande do Sul. Algumas famílias migraram para outros Estados, em busca de trabalho e de melhores condições de vida, não encontrando, retornaram, acamparam e hoje estão assentadas na região Sul do estado.

Mapa 02: Rio Grande do Sul, Brasil, Regiões típicas do Estado.



Fonte: Zander NAVARRO, *Pequena história dos assentamentos rurais do RS*, p. 22.

2.2.2.1. Assentamento Conquista da Liberdade

A trajetória de luta pela terra das cinquenta e três famílias do Assentamento Conquista da Liberdade e relatada pelos entrevistados foi a seguinte.

Juntamente com centenas de outras famílias sem terra e atendendo ao chamamento do MST feito em 1989, as famílias organizaram-se em diversos grupos de base em municípios do Alto Uruguai. Juntaram o pouco que tinham e partiram para o acampamento do MST. Deixaram para trás parentes, pertences, amigos, plantações, produtos agrícolas, etc, determinados a conseguir um pedaço de terra. De diversos lugares do Estado se encontraram em setembro na ocupação da Fazenda Bacaraí, município de Cruz Alta. Aí permanecerem por três dias. Saíram da área após ação na Justiça impetrada pelo proprietário da terra reivindicando a posse da terra. De setembro de 1989 a dezembro de 1990 as famílias permaneceram no “Acampamento Boa Vista do INCRA”,⁵² numa área de 70 hectares, popularmente chamada “pinheirinhos” por ser uma reserva do Governo Federal coberta de *pinus* – pinheiro americano – também no município de Cruz Alta, RS. Ali as famílias de agricultores sem terra começaram a construir uma história de lutas e de conquistas, de dores e de sofrimentos, de ganhos e de perdas e de um aprendizado constante até alcançarem a tão almejada terra. Não foram poucas as famílias que relataram ser o acampamento uma escola de vida, em todos os sentidos. Conforme os relatos, o tempo de acampamento foi muito sofrido e instrutivo.

No período de “Acampamento Boa Vista do INCRA” os agricultores organizaram diversas manifestações públicas e ocupações de terra para chamar a atenção das autoridades públicas para a situação dos sem-terra e para a urgência da Reforma Agrária. Essas manifestações, e o próprio acampamento, serviram para unir os agricultores nas diversas situações em que se encontravam. Uma das manifestações foi a ocupação da Fazenda Santa Fé, no município de Fortaleza dos Valos. A ocupação durou quinze dias. Os agricultores voltaram ao Acampamento Boa Vista do INCRA e fizeram uma caminhada até o centro de Cruz Alta a fim de

⁵² Alceu FRONCHETI e Jurandir ZAMBERLAN, *Boa Vista do INCRA, passim*. A fazenda Boa Vista do INCRA foi comprada pelo governo federal na década de 70 para o re-assentamento das duas mil famílias desabrigadas de suas terras para a construção da barragem da Hidrelétrica de Passo Real. Em 1989 serviu de local para o Acampamento Boa Vista do INCRA.

conseguir alimentos e remédios aos acampados. Sensibilizaram a opinião pública para sua situação e para arrecadar donativos.

No dia 08 de agosto de 1990, os agricultores do Acampamento Boa Vista do INCRA se juntaram a outros agricultores sem terra do Estado RS e tentaram montar acampamento na Praça da Matriz, centro de Porto Alegre, em frente ao Palácio do governador. Houve confronto com os policiais militares. Essa manifestação resultou em um soldado morto e vários soldados e agricultores feridos⁵³. Dois agricultores do Assentamento Conquista da Liberdade foram acusados de participar de “alguma forma”, como reza os laudos judiciais, da morte do soldado da Brigada Militar. Responderam aos processos em liberdade, um foi absolvido e outro, após cumprir a pena de oito meses no Presídio Central de Porto Alegre em regime semi-aberto, retornou ao Assentamento. A manifestação de 08 de agosto de 1990 foi veemente para tentar mover a intransigência do governo do Estado que neste período não negociava com os sem-terra. Depois do episódio da ‘Praça da Matriz’, como ficou conhecido, os agricultores retornaram aos seus acampamentos acompanhando de perto as negociações com o governo do Estado.

Neste mesmo ano de 1990 os agricultores sem terra acampados ocupam a Fazenda São Francisco, em Hulha Negra, RS, e montam o “Acampamento 8 de Agosto” em memória ao ocorrido em Porto Alegre na Praça da Matriz. Também desta área foram obrigados a sair por ordem judicial.

Expulsos da Fazenda São Francisco os sem-terra acamparam na Estação Experimental da EMBRAPA, Bagé, RS. E, finalmente, no dia 11 de fevereiro de 1992 o grupo de 53 famílias foi assentado numa Fazenda abandonada de mil hectares da extinta empresa CICA-SUL (empresa de conservas) no município de Piratini, RS. Depois de três anos e meio acampados os agricultores sem terra constituíram o Assentamento Conquista da Liberdade.

Quando se constituiu o Assentamento parte da população do município de Piratini reagiu contrariamente ao assentamento dos sem-terra; a começar pelo Prefeito, como relatou Ir. Mariza (entrevista exploratória n. 02) . Alguns setores da

⁵³ Sérgio GÖERGEN e João P. STÉDILE, *Uma foice longe da terra, passim*. Além desta obra existem vários artigos de jornais e outras obras editadas que relatam o que ficou conhecido como o Episódio da Praça da Matriz de Porto Alegre.

sociedade manifestaram-se contra o assentamento distribuindo “panfletos” repudiando a presença dos sem-terra no Município. As dificuldades iniciais foram superadas e o assentamento regularizado. Se, por um lado, houve resistências de alguns setores, por outro, não faltou apoio de outros setores da sociedade e de quem, no início, era contrário ao assentamento.

Em cima da terra conquistada as famílias se depararam com uma série de desafios e demandas organizativas. Afoitos, começaram a vencê-los um por um. Vale a pena identificar os meandros de um desses desafios, o da escolha do nome do Assentamento. Pode parecer irrelevante a priori, mas levando em conta que o nome é um dos elementos simbólicos e identitários dos assentados, torna-se relevante.

A escolha do nome do Assentamento gerou longa discussão. Pelo fato de entrarem na terra no dia 11 de fevereiro, dia em que a igreja católica dedica à Nossa Senhora de Lourdes, parte dos assentados queria que o nome do Assentamento fosse Nossa Senhora de Lourdes em homenagem àquela santa. E outra parte queria o nome Conquista da Liberdade. A assembléia decidiu por Assentamento Conquista da Liberdade por dois motivos: pela absolvição dos acusados do episódio da Praça da Matriz e pela conquista da terra que é também conquista de liberdade.

2.2.2.2. Assentamento Vinte e Quatro de Novembro

A trajetória de luta por terra das vinte e duas famílias do Assentamento 24 de Novembro iniciou juntamente com as famílias do grupo anterior, do Assentamento Conquista da Liberdade. Em 1989 atenderam ao chamado do MST e decidiram participar dos grupos de base do Movimento. Organizadas nos Grupos de Base, nos municípios do Alto Uruguai, as vinte e duas famílias foram acampar, pela primeira vez, na Fazenda Bacaraí, no município de Cruz Alta, em setembro de 1989. Depois de três dias na Fazenda Bacaraí juntaram-se a outras famílias sem terra e montaram acampamento na Fazenda Boa Vista do INCRA, também em Cruz Alta. Aí permaneceram até dezembro de 1990. Durante a permanência no Acampamento Boa Vista do INCRA os agricultores participaram de diversas manifestações e caminhadas pela Reforma Agrária. Entre elas, algumas famílias participaram no Episódio da Praça da Matriz de Porto Alegre, no dia 08 de agosto de 1990.

Em dezembro de 1990 o grupo, acompanhando outros grupos de famílias sem terra, ocupou a Fazenda São Francisco, no município de Hulha Negra montando o acampamento '8 de agosto'. Obrigado a sair da Fazenda São Francisco o grupo acampou na Estação Experimental da EMBRAPA, em Bagé. Permaneceu neste acampamento até dia 12 de março de 1992, quando se deslocou para montar acampamento no município de Capão do Leão.

No dia 12 de março de 1992, na ocasião da abertura da safra de arroz feita pelo então presidente da república Fernando Collor de Melo, numa lavoura do município de Jaguarão, um grupo de oitenta famílias ocupou o Centro Agropecuário da Palma, também chamado de "Fazenda Palma", de 1.500 hectares. A terra pertence à União e era administrada pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) para "pesquisa científica" no município de Capão do Leão. O acampamento ficava ao lado da rodovia federal BR 116 por onde passaria a caravana do presidente da república. O grupo ficou acampado neste local até 24 de novembro, data em que o Conselho Deliberativo da UFPel liberou a área para o assentamento de vinte e duas famílias em regime de comodato por 15 anos.⁵⁴

Das oitenta famílias acampadas, vinte e duas, após quatro anos de acampamentos e muitas negociações com o Ministério da Educação (MEC) e com o INCRA, constituíram o Assentamento Vinte e Quatro de Novembro. As demais famílias se deslocaram para outros acampamentos do MST à espera de liberação da terra noutros locais.

2.2.2.3. Assentamento Vinte e Cinco de Outubro

A trajetória de luta pela terra das famílias do Assentamento 25 de outubro é distinta da trajetória das famílias dos dois Assentamentos anteriores. A partir do relato dos próprios agricultores assim se constitui a trajetória das famílias do Assentamento 25 de Outubro.

Em 24 de novembro de 1993 um grupo de trinta famílias de agricultores sem terra, vindo de diversas regiões do Estado RS, ocupou uma área da EMBRAPA, ao lado do Assentamento 24 de Novembro e distante 3 km da BR 116. O acampamento

⁵⁴ Armando CRUZ, *Sem-Escola, Sem-Terra, passim*. Nesta obra o autor traz mais detalhes sobre a ocupação do Centro Agropecuário da Palma onde hoje é o Assentamento Vinte e Quatro de Novembro.

destas famílias durou até 25 de outubro de 1995, dia em que saiu a liberação da terra feita pelo INCRA e o assentamento definitivo de quinze famílias. Como uma maneira de lembrar o dia da conquista da terra o Assentamento ficou denominado de 25 de Outubro. Como a área não comportava o assentamento das trinta famílias que aí estavam acampadas, e a política do MST é sorteio por grupos para o assentamento, as 30 famílias acampadas na área optaram pelo assentamento no município de Tapes, RS. Na área da EMBRAPA foram assentadas quinze famílias oriundas do acampamento de Julio de Castilhos, RS (Ribeiro, 1997, p. 20).

As quinze famílias do Assentamento 25 de Outubro, após chamamento e organização de base do MST, se encontraram no dia 04 de fevereiro de 1995 no acampamento de Julio de Castilhos. Aí permaneceram por oito meses e vinte dias até a liberação da terra da EMBRAPA, em Capão do Leão. A proposta inicial do Assentamento era trabalhar coletivamente numa Cooperativa, CPA, Mas as famílias optaram pela forma individual com alguns trabalhos coletivos em grupos de vizinhos.

A trajetória destas famílias, tanto das que permaneceram por mais de três anos ou apenas oito meses acampadas debaixo de lona preta à beira de estradas, é marcada pela dor, pelo sofrimento, pela organização coletiva em grupos, núcleos e pela solidariedade de muitas pessoas e entidades sociais. Na trajetória, as famílias sentiram a resistência e a oposição de pessoas e de entidades contrárias à Reforma Agrária e ao assentamento dos sem-terra. Entre esses dois pólos se encontram os membros das famílias de agricultores que, preocupados com seu futuro, e de seus filhos, não medem esforços e sacrifícios para melhorar as condições de vida e alcançar a dignidade humana sobre um pedaço de chão. A fala de um assentado, pai de quatro filhos, revela esta preocupação:

Não foi por mim que acampeei e passei anos debaixo de lona preta lutando por terra, enfrentando o frio, a chuva, correndo dos policiais e dos capangas dos fazendeiros, foi por causa dos meus filhos que estão crescendo e eu quero dar a eles um futuro melhor e que possam estudar e trabalhar com dignidade (homem, 38 anos, Assentamento 24 de Novembro).

2.2.2.4. As famílias estudadas

A pesquisa de campo inquiriu membros de quatorze famílias assentadas. Por meio de entrevistas foram coletados os dados primários deste estudo. As entrevistas retêm uma infinidade de dados e aspectos que podem ser investigados

sociologicamente em estudos posteriores. Este estudo, porém, se concentra em alguns dados significativos para uma explicação do que ocorre nas relações intrafamiliares redefinidas. Alguns dados vão além das famílias entrevistadas, abrangem as famílias dos pais e dos avós dos assentados. Todos os dados procedem dos membros familiares entrevistados.

Quanto ao número de filhos: enquanto os assentados têm em média 2,83 filhos por família, as famílias de seus pais tinham em média 7,4 e nas famílias de seus avós a média sobe para 8,1; com casos de famílias com quinze filhos, como revelou uma entrevistada. Esta regressão feita junto às famílias entrevistadas acompanha os dados pesquisados pelo IBGE que registra uma diminuição no número de filhos nas famílias brasileiras, geração após geração.

Quanto ao aspecto da escolaridade: neste aspecto houve uma inversão em relação ao número de filhos. As famílias dos avós tinham maior número de filhos e menos tempo de escolaridade e o analfabetismo rondava mais estas famílias. Já as famílias assentadas têm menor número de filhos e maior tempo de escolaridade, inclusive com todos os filhos em idade escolar estudando e com o incentivo dos pais de continuar os estudos numa Escola Técnica ou mesmo numa Universidade. A incidência do analfabetismo é baixa, ao menos nas famílias assentadas no RS.

Ao que se refere à constituição familiar dos avós os assentados não deram significativas informações por desconhecerem qual o tipo de constituição familiar de seus avós. Quanto à constituição familiar dos pais obteve-se o seguinte quadro: dos vinte e oito casos, quatorze ascendentes da mulher e quatorze ascendentes do homem, vinte e cinco foram formalizados no religioso e no civil; um formalizado somente no religioso; uma união livre; um não soube informar.

Quanto ao aspecto da propriedade de terra dos avós paternos obteve-se o seguinte resultado: de vinte e oito casos, dezesseis tinham terra própria, ainda que em pequena quantidade, oito não tinham terra e quatro não souberam informar. Com relação aos pais, dezesseis famílias tinham terra própria e doze não tinham terra. Quatro famílias, das doze que não tinham terra, aderiram ao MST, acamparam e hoje estão assentadas. Para estas a luta pela terra é como uma herança que passa de pai para filho.

Dois pontos auxiliam a explicação da redefinição das relações intrafamiliares: um, a vivência das famílias nos cinco anos antes do acampamento, e outro, a vivência atual das famílias nos Assentamentos. Não foram considerados os diferentes Assentamentos e nem o tempo de constituição familiar. As famílias foram consideradas no conjunto dos Assentamentos da região Sul do Estado.

Cinco anos antes dos acampamentos:. Este período possui significativa variação na constituição familiar, na história de ocupações – trabalho e emprego – e no itinerário migratório das famílias assentadas. A partir dos relatos dos entrevistados assim descreve-se os cinco anos antes dos acampamentos vividos pelas famílias assentadas entrevistadas. Considerando que uma família passou por mais de um tipo de ocupação no período, a soma ultrapassará aos quatorze casos estudados.

As ocupações das famílias nos cinco anos antes do acampamento estão localizadas: no meio rural basicamente na micro-região do Alto Uruguai e no meio urbano, na região metropolitana de Porto Alegre, principalmente nas cidades de Novo Hamburgo e Nova Hartz.

Nos cinco anos antes do acampamento membros de sete famílias, das quatorze entrevistadas, permaneceram no meio rural como agregado⁵⁵. Alguns membros familiares, mesmo casados, agregaram-se às terras arrendadas pelos pais e com eles trabalhavam em terras alheias. Outros membros familiares, solteiros no período anterior ao acampamento, trabalhavam em casa com os pais. Veja o que revela as falas que seguem:

Se não fosse o Movimento, eu não sei onde nós estaríamos, certamente de agregado, a gente tava de agregado e não dava mais, não tinha condições, a gente tinha que dar a metade da produção pro patrão. É muito melhor assim do que de agregado. A terra nós conseguimos por nós e pelo Movimento que nos ajudou e nos trouxe para cá (mulher, 46, entrevista n. 09).

Ou a fala desta outra mulher que vivencia uma nova realidade no Assentamento:

⁵⁵ MICHAELIS, *Moderno dicionário da língua portuguesa*, p. 81. *Agregado* é o agricultor adjunto que, sem terra ou com terra insuficiente para prover o sustento da família, mora e trabalha a terra de algum proprietário e divide com ele a produção ou trabalha para este em troca de produtos agrícolas. “Lavrador pobre que se estabelece nas terras alheias, com permissão dos proprietários, mediante condições que variam de um lugar para outro”.

A gente sempre morava de agregado de outras pessoas, daí o pai também tinha que obedecer às ordens dos patrões, daí que a gente seguia aquele mesmo ritmo. Tem que fazer isso porque o patrão quer. E agora a gente perdeu essa mania de ter que obedecer os patrões como se obedecia antes (mulher, 43, entrevista n. 2).

Dois aspectos interessantes merecem destaque. O primeiro é econômico contido em expressões como: “a gente tava de agregado e não dava mais, não tinha condições, a gente tinha que dar a metade da produção pro patrão”. A frase ‘tinha que dar a metade produção’ revela a angústia das famílias em produzir e não reter o resultado da produção que é delas e tem que dar para o dono da terra. O segundo aspecto é de ordem pessoal: ‘a gente sempre morava de agregado, tinha que obedecer, fazer o que o patrão queria’. Isso manifesta, de um lado, a falta de liberdade, a submissão e, de outro, a angústia de ter que estar nas mãos de outras pessoas para sobreviver e seguir sempre no mesmo ritmo e sem perspectivas de mudanças.

Membros de sete famílias relataram que trabalhavam de arrendatários,⁵⁶ como revela a fala que segue:

Eu trabalhei na área indígena de Nonoai, da qual tinha sido expulso em 1969. Comprei um terreninho na vila de Gramado Laureiro e plantava, arrendava dos índios novamente, porque eu não tinha terra pra plantar. Fiquei lá os últimos três anos (homem, 58, entrevista n. 2).

Ou o relato desta outra família que trabalhava agregada às terras dos pais da mulher – um caso de família matrilocal – e ainda arrendava terra de terceiros para trabalhar. Esse tipo de atividade já era praticado muito antes do acampamento e perdurou também durante os cinco anos antes do acampamento.

Nós trabalhávamos na agricultura, nas terras dos pais de minha esposa como meeiros e arrendava terras de terceiros (homem, 48, entrevista n. 7).

Membros de três famílias trabalhavam de meeiros, como relataram - repartindo com os donos das terras até metade da produção obtida. “A gente tinha que dar a metade da produção ao patrão”, como revelou a fala anteriormente citada. Três membros familiares relataram que trabalhavam de peões, como trabalhadores rurais diaristas, sem carteira de trabalho assinada. Trabalhavam para proprietários

⁵⁶ Nilson BINDA, *MST, caminho de libertação*, p. 49, *Arrendatário* é aquele agricultor que trabalha na terra temporariamente, ou não, e arrenda (aluga) a terra de algum proprietário por um preço fixado e previamente combinado. O arrendatário administra e produz como se dono fosse da terra. O lucro e/ou o prejuízo são do arrendatário. Na colheita o arrendatário paga ao proprietário o preço combinado.

de terras na região de origem. Um assentado relatou que durante determinado período em que trabalhou de peão como pagamento – salário – recebia ‘parte em dinheiro e parte em produtos’ (entrevista n. 3). Esse tipo de vínculo de trabalho revela as relações de patronagem e uma saída para sobreviver e permanecer na terra.

Essas são as formas mais expressivas de ocupação das famílias entrevistadas durante os cinco anos antes do acampamento. As ocupações das famílias se intercalavam entre arrendatário, meeiro e agregado. Nenhuma família relatou que no período imediatamente anterior ao acampamento só arrendava ou só vivia de agregado. As famílias buscavam as várias formas de trabalho para poder sobreviver e permanecer no meio rural.

A seguir, relato de ocupações das famílias entrevistadas que migraram para o meio urbano, em busca de trabalho e de melhores condições de vida na cidade e depois retornaram ao meio rural através dos acampamentos organizados pelo MST e foram assentadas na região Sul do Estado.

Das quatorze famílias entrevistadas, membros de cinco famílias trabalharam no setor calçadista na cidade de Novo Hamburgo, região metropolitana de Porto Alegre. Neste setor exerceram várias atividades: “colador”, “costurador”, “lixador”, “montador”, etc. de calçados. Dois agricultores trabalharam como autônomos – pedreiro, carpinteiro, prestador de serviço técnico “modelista de calçados”. Em cinco casos os membros familiares trabalharam nas mais diversas ocupações, como no serviço doméstico, em frigorífico, em açougue e um como “mineiro em minas de pedras de cristal”, no Paraná. Uma característica marcante das famílias que migraram para o meio urbano foi a instabilidade, acompanhada do medo e da insegurança no meio urbano. Com frequência se deslocavam de uma cidade para outra em busca de trabalho, emprego e segurança. A passagem pelo meio urbano não influenciou de maneira significativa as transformações ocorridas nas famílias e nem na democratização das relações entre os membros familiares.

Uma das famílias relatou um itinerário interessante na busca de melhores condições de vida e de trabalho. O relato vai além dos cinco anos antes do acampamento. A família, descendente de imigrantes italianos, saiu do município de

Sarandi, RS, em 1980, e foi para o município de São Miguel do Oeste, SC. Aí ficou por dez anos trabalhando na agricultura, como agregado e arrendatário. Em 1990, “motivada pela euforia do plano Collor”, como revelaram, a família migrou para a cidade de São Paulo. Ali o homem trabalhou em vários serviços, fixando-se como açougueiro. A mulher, grávida e depois com criança, não trabalhou fora de casa. Em 1991 a família retornou para Santa Catarina:

Nós sentimos falta da terra, estávamos acostumados a trabalhar na terra [...] e em 4 de fevereiro de 1995 entramos no acampamento, ficamos nove meses acampados perto de Cruz Alta [...] quando faltou comida fomos à Cruz Alta fazer uma manifestação em frente de um supermercado (mulher, 40, entrevista n. 5).

Em 25 de outubro de 1995 a família foi assentada em Capão do Leão, no Assentamento vinte e cinco de Outubro.

Nessas quatorze famílias percebe-se uma diversidade de serviços e ocupações dos membros familiares durante o período de cinco anos antes do acampamento. Essa diversidade de ocupações, individual e familiar, em meio a dificuldades e sofrimentos, contribuiu para a família se fixar no meio rural e num assentamento. Também trouxe conflitos e posições adversas com relação às concepções de trabalho e de organização no Assentamento. Os conflitos são trabalhados pelos próprios assentados, em reuniões e assembléias, ou com a intermediação dos grupos mediadores - técnicos, agentes de pastoral, etc, – que atuam nos Assentamentos.

Das famílias que permaneceram no meio rural, no período imediatamente anterior ao acampamento, destacam-se os arrendatários e os agregados. Dentre as famílias que migraram para o meio urbano, destacam-se os que se empregaram nas fábricas de calçados. Essas, por medo da violência ou por não aprender a conviver na cidade, retornaram ao meio rural integrando-se ao MST. Demonstram sentimentos, revelados ou não, em relação à terra e ao que ela produz, como este assentado revelou:

Eu voltei a trabalhar na agricultura porque senti falta da terra, estava acostumado a trabalhar na terra e daí voltei [...] na agricultura eu trabalhava na roça, carpia, lavrava, tirava o leite, fazia tudo dentro de casa e na volta da casa (homem, entrevista n. 5).

Esse sentimento contém o *ethos* camponês que aliado a uma racionalidade de produção agrícola envolve toda a família no cultivo das relações com a terra e com os frutos dela retirados por meio do trabalho. Terra, trabalho e família (como relacionou Tedesco, 1999) são elementos básicos que compõem o *ethos* camponês, mais saliente nos agricultores descendentes de imigrantes europeus.

A vivência familiar nos Assentamentos. Das quatorze famílias estudadas, nove estão no município do Capão do Leão e cinco no município de Piratini. Doze casas são de alvenaria e duas de madeira e seus ocupantes têm o propósito de construí-las de alvenaria.

Quanto ao tipo de organização produtiva, das quatorze famílias estudadas, três famílias são associadas a uma cooperativa – COOPAVA - que integra vinte e oito famílias no Assentamento Conquista da Liberdade. A cooperativa é concebida como uma grande família pelos seus integrantes. A fala de uma mulher associada expressa esse sentimento:

Quando eu falo família me vem muito em mente a unidade, a cooperativa. De fato, hoje a gente tem uma família pequena dentro de uma grande família, que é a cooperativa (mulher, 43, entrevista n. 7).

Na cooperativa são organizadas a produção e a comercialização agrícola e cada família tem seu terreno onde constrói sua casa, organiza sua horta, seu jardim e seu pomar, organiza seu espaço, lugar da moradia. Os almoços, de segunda a sexta-feira, são feitos numa cozinha coletiva e partilhados nas famílias. Nos dias de chuva, feriados e finais de semana cada família organiza seus almoços. A cozinha coletiva libera as pessoas para o trabalho organizado nos núcleos da cooperativa e rompe a prática milenar de que a mulher tem de ir para casa para fazer o almoço.

Onze famílias trabalham atomizadas – individualmente – dessas, três têm trabalho misto, trabalho individual e com alguma atividade em conjunto com outras famílias vizinhas. No Assentamento vinte e cinco de Outubro a ‘intenção’ inicial era de que todos os assentados fizessem parte de uma organização coletiva de produção e comercialização. Não foi assim como revela a fala que segue:

Logo que nós chegamos aqui tudo era coletivo, até a intenção de vir aqui era. Essa terra era pra ser coletivo, por problemas internos o coletivo não funcionou. Hoje estamos individuais, cada um com seu lote, a produção é individual e a forma de venda, estamos pensando em fazê-la coletivamente. No

caso do leite, estamos pensando num resfriador de leite em conjunto (mulher, 40, entrevista n. 5).

Quanto às ocupações na produção e comercialização, praticamente todas as famílias se ocupam com gado leiteiro. O leite ordenhado à mão⁵⁷ e seus derivados são colocados para o mercado ou vendidos diretamente aos consumidores, por meio de feiras ou nas próprias residências. O meio de transporte mais utilizado para a entregar o leite e seus derivados nas casas é a charrete com um cavalo tirante.

Os agricultores investem no leite basicamente por dois motivos: um, renda fixa mensal e outro, por ser mais rentável que a lavoura. Cabe assinalar ainda um terceiro motivo de investimento no gado leiteiro que é o envolvimento de toda a família no processo de cuidar das vacas, de tirar o leite e produzir os derivados do leite, principalmente o queijo. Vários entrevistados revelaram que as crianças ajudam no trabalho com os animais e a mulher na ordenha. “O leite dá retorno mensal sem muito custo e a lavoura empata quando dá bem”, relatou um assentado (entrevista n. 3). Cada região tem um tipo de cultura agrícola mais viável e o gado leiteiro parece ser uma alternativa viável para a região Sul, principalmente nas Terras Baixas.

Sete famílias produzem ecologicamente frutas (pêssego), verduras, legumes e o leite ecológico. Recebem acompanhamento técnico dos mediadores técnicos e profissionais em agro-pecuária. Três famílias integradas à cooperativa COOPAVA e quatro famílias individuais cultivam produtos ecológicos que são expostos em feiras ecológicas. No início do assentamento os assentados cooperados produziam no modelo convencional. Agora, fruto de aprofundamento técnico, a perspectiva é de que toda a produção da cooperativa seja ecológica, segundo relatou um membro familiar entrevistado e integrante da coordenação da cooperativa.

Nós, da cooperativa, estamos trabalhando cada vez mais com o pêssego agroecologicamente. Em pouco tempo queremos tornar toda a área da cooperativa em área de produção ecológica, pra gente se livrar do veneno e da exploração das multinacionais. Veneno a gente não usa mais, só adubo e uréia (homem, 34, entrevista n. 8).

A diversidade de produtos cultivados pelas famílias entrevistadas é grande. Percebe-se que além da produção agrícola de milho, feijão, arroz, e de gado leiteiro,

⁵⁷ A cooperativa COOPAVA do Assentamento *Conquista da Liberdade* estava construindo um tambo com ordenhadeira mecânica e com perspectivas de industrializar o leite no próprio Assentamento.

as famílias também criam animais de pequeno porte, como galinhas, porcos e ovelhas, patos, gansos que além de envolver toda a família no trato e cuidado, constituem um reforço mensal à renda familiar e incremento para a subsistência. Esses pequenos animais são vendidos ou consumidos na própria residência. Moradores dos bairros próximos aos Assentamentos com frequência compram diretamente das famílias assentadas. Na relação de compra e venda também ocorre a interação social. Ao mesmo tempo em que ocorre a interação social ocorre a reconstrução social da família assentada que assume novas relações sociais e novas relações familiares.

Hoje eu não vendo uma vaca velha, um leitão sem conversar com minha mulher. Se chegar alguém aqui pra comprar, e eu não estou, a mulher sabe o que tem pra vender (homem, 58, entrevista n. 2).

Quanto ao aspecto da educação formal, todas as crianças em idade escolar (7–14 anos) estão estudando, corroborando dados da PNAD de 1999 onde 96% das crianças brasileiras estão na escola. Dentro do Assentamento Conquista da Liberdade, por exemplo, há uma escola municipal de ensino fundamental, fruto da luta e conquista dos agricultores assentados. A direção da escola é exercida por uma professora do próprio assentamento. A educação, para os assentados, é uma prioridade como a produção agrícola. A meta é manter os filhos na escola e incentivá-los para que continuem estudando em cursos técnicos ou superior. Essa tendência tem o reforço do Setor de Educação do MST e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo⁵⁸ aprovadas pelo Congresso Nacional aos quatro dias do mês de dezembro de 2001.

Em meio a todos esses aspectos constitutivos da reconstrução social da família assentada vivenciada na trajetória de ocupações durante o período de acampamento e de reafirmação no Assentamento, cada membro familiar faz sua história pessoal redefinindo suas relações e suas práticas hodiernas no espaço doméstico e no espaço social constituído a partir do assentamento. Os impactos da luta pela terra recai sobre a família e em cada membro familiar.

⁵⁸ Detalhes das Diretrizes podem ser encontrados na Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, no Ministério da Educação.

2.3. O novo espaço constituído pelo assentamento

A observação de alguns aspectos sociais da constituição familiar, como o modo de vida, o relacionamento entre as famílias assentadas e dessas com pessoas e entidades sociais presentes e atuantes nos Assentamentos, pode auxiliar a compreensão das famílias e do processo de democratização nas relações intrafamiliares.

A soma das famílias dos três Assentamentos pesquisados é setenta e nove. Destas, 32% têm menos de quinze anos de constituição e 54% têm mais de quinze anos de constituição familiar. Existem onze solteiros, 14% do total. Entre os casados três casos de separação. Nesses casos o homem é quem permaneceu no lote de terra, um com os filhos e dois sem, pois os mesmos foram morar com a mãe. Os solteiros são considerados como famílias pelo INCRA, recebem o mesmo tratamento dispensado às famílias com mais de um membro. A média de filhos nessas 79 famílias é de 2,83 na época da realização do levantamento.⁵⁹

Quanto à participação religiosa, das 79 famílias assentadas 74,7% professam a fé na igreja católica; 17,7% pertencem à igreja protestante de confissão luterana e seis famílias, 7,6%, professam a fé em outras igrejas. Um dado interessante, as famílias protestantes e algumas de outras igrejas, professavam sua fé na igreja católica e depois de assentadas passaram para outra igreja. Mediante acompanhamento de pastores em casos de doença na família e do atendimento pastoral ecumênico algumas famílias optaram por outra igreja. É o que expressa a fala que segue:

Quando eu era católica não pretendia sair, porque a gente se dava bem com todos, como ainda hoje a gente se dá. Só que apareceu uma enfermidade na menina [filha]. Ela inchou, ficou trinta dias na UTI, era uma coisa grave, fez hemodiálise, que só fazem em últimos casos em crianças. Daí eu disse pra meu esposo: - tinha um pastor, que eu não sabia que era da igreja aqui de perto, que nos ajudava muito, se a menina ficar boa eu vou ser da igreja daquele pastor. Até disse sem pensar, daí dois dias ela saiu daquele estado grave e estava no 'R', de regular, e logo eu vi ela rindo pra mim. [...] O médico disse que ela não ia ficar boa, ia ficar com lesão pro resto da vida. Os dois rins dela paralisou [...] ela nunca mais teve nada. Daí a gente decidiu, eu decidi primeiro, depois de um ano ele [esposo] começou também (mulher, 28, entrevista n. 13).

⁵⁹ Fonte: Levantamento de dados no campo, agosto de 2001.

O fato de participarem de igrejas diferentes, por si só, não é motivo de rancores ou desentendimentos entre as famílias. As diferenças religiosas parecem superadas e não são motivadoras de conflitos e desentendimentos. A adesão a uma nova igreja geralmente ocorre por uma decisão pessoal de fé, “vou ser da igreja daquele pastor. Até disse sem pensar!” Ou por um motivo forte, no caso doença, e por intermédio de um mensageiro – no caso o pastor. Na opção ocorre um certo confronto entre a razão (ciência), representada pela palavra do médico, e a fé. No caso acima teve êxito o fato de algo acontecer como um milagre que a razão não conseguiu explicar. A mulher aparece com a iniciativa e maior portadora de sentimentos religiosos. ‘Eu decidi primeiro, depois de um ano ele começou também’. Como este, vários casos de reopção de igreja revelam algumas dessas características. As falas do casal que segue são reveladoras neste sentido:

Nós fizemos parte da diretoria da igreja luterana, a gente tenta participar, superar problemas [...] a luterana é nova aqui, nós era da católica, aí surgiu essa aí mais próxima, nós estamos participando, os vizinhos todos participam também (homem,30, entrevista n. 4). Na mesma direção segue a mulher: A comunidade tá boa, há festas [...] quanto ao lazer, tem pro homens, para as mulheres não tem nada (mulher,35, entrevista n. 4).

Esta fala revela ainda outro dado. Além da manifestação de fé a igreja, comunidade religiosa, também é local de lazer, de festas. O problema está no fato de que as mulheres, que são as mais participantes nos serviços religiosos, gostariam também de participar dos momentos de lazer na comunidade, ao que parece ‘tem pros homens, para as mulheres não tem nada’ como revelou uma mulher. Isso reforça a expressão de machismo e de que a mulher é para rezar, cuidar das coisas da religião, enquanto os homens jogam, se divertem.

Os dados da origem sócio-cultural das famílias foram obtidos a partir de ambos os cônjuges e dos solteiros. O universo é de 147 pessoas. O levantamento feito junto às lideranças revelou o seguinte quadro: descendentes de imigrantes europeus (italianos e alemães) 29,9%; de origem cabocla casos 65,3%; de origem negra 3,4% e de outras origens 1,4%.

Quanto ao local de procedência a maioria absoluta das famílias é oriunda da região do Alto Uruguai. Das 79 famílias 83,55% são daquela região. Dez famílias,12,65% são da região das Missões e 3,80% são da região de Campanha.

Não foram encontrados casos oriundos da região metropolitana de Porto Alegre e de outros Estados.

O quadro a seguir contém os elementos que dão uma visão dos aspectos sócio-culturais⁶⁰ das famílias dos três assentamentos pesquisados.

Tabela 03: Aspectos sócio-culturais das famílias dos Assentamentos Conquista da Liberdade, 24 de Novembro e 25 de Outubro

Constituição Familiar			Religião			Origem Sócio-cultural*		
Tempo	Casos	%	Igreja	Casos	%	Origem	Casos	%
Solteiros	11	14,0	Católica	59	74,7	Imigrante	44	29,9
0 - 15	25	32,0	Protes- tantes	14	17,7	Cabocla	96	65,3
15 - +	43	54,0	Outras	6	7,6	Negra	5	3,4
-	-	-	-	-	-	Outra	2	1,4
Total	79	100	Total	79	100	Total	147	100

Fonte: Pesquisa de Campo, set/2001.

*Foi considerada a origem sócio-cultural de ambos os cônjuges e dos solteiros perfazendo um total de 147 casos.

Durante o período da realização da pesquisa de campo (junho-agosto/2001) onze famílias assentadas, 15,8% dos três Assentamentos, não tinham energia elétrica em suas moradias. A Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE) estava estendendo a rede elétrica até essas famílias. Antes de findar o ano de 2001 todas as famílias tinham energia elétrica em suas casas.

As atividades familiares no processo de reconstrução social da família assentada se dão no cotidiano familiar. Elas não estão isoladas do cotidiano dos vizinhos, dos associados ou do conjunto dos assentados, mas relacionadas e articuladas. Como o cotidiano não se apresenta num todo, e sim em facetas, a partir delas, que são particulares, pode-se explicar algo do todo. É disso que se ocupa o próximo capítulo que descreve as relações intrafamiliares nas facetas cotidianas da tomada de decisão e da partilha das atividades domésticas.

⁶⁰ O termo sócio-cultural aqui utilizado comporta os elementos étnicos, sociais e culturais dos assentados, não se reduz, portanto, somente à origem.

CAPÍTULO III

FACETAS DO COTIDIANO⁶¹

Este capítulo descreve as “facetas do cotidiano” das famílias assentadas, referentes à partilha das atividades e à tomada de decisões nas unidades familiares selecionadas para o presente estudo. Para Heller (1977), “a vida cotidiana é heterogênea nos mais diversos sentidos e aspectos, [...] seu centro é o particular” (p. 93).⁶² O cotidiano das famílias não pode ser apreendido por inteiro e sim em facetas. O ponto de vista do investigador determina a compreensão de uma realidade particular. A ótica deste estudo é a das relações intrafamiliares redefinidas a partir da trajetória de luta pela terra.

O objeto de estudo é o conjunto de relações entre os membros familiares e suas manifestações na cotidianidade familiar. O cotidiano está como pano de fundo da análise. O olhar volta-se para a família assentada, para a partilha das atividades domésticas e para o processo de tomada de decisões e nelas observar elementos que podem explicar o processo de democratização, com suas ambigüidades, nas relações intrafamiliares redefinidas.

Dentre as diferentes formas de organização da produção agrícola nos Assentamentos do Brasil, se difunde a forma de produção agrícola familiar, ou a agricultura familiar⁶³. Cada unidade de produção agrícola corresponde a uma família nuclear podendo ser incorporados nela outros indivíduos que se agregam à produção agrícola, empregados ou não empregados. Nos Assentamentos

⁶¹ A expressão “facetas do cotidiano” é retirada do livro *Facetas do Cotidiano: o dia a dia dos assentamentos do MST* (Ribeiro, 2001) que analisa aspectos sociais do cotidiano dos assentados.

⁶² Agnes Heller, da Escola de Budapeste, há mais de três décadas investiga a vida cotidiana. Entre suas obras estão: *Sociologia de la vida cotidiana*, Ed. Península, Barcelona, e *A Invenção do Cotidiano*, em dois volumes, Ed. Vozes, Petrópolis. Segundo a autora, o cotidiano contém um saber presente em *todos* os homens e envolve o homem *todo*.

⁶³ Agricultura Familiar é um modelo de produção agrícola que envolve os membros familiares e seus produtos são destinados prioritariamente ao mercado.

pesquisados não foram encontrados casos em que extrafamiliares participam da produção agrícola. Existem famílias atomizadas e famílias associadas.⁶⁴ Algumas famílias individuais cultivam alguns produtos coletivamente entre vizinhos, como a rizipiscicultura (arroz e peixe) e a horta ecológica. Ocorre também mútua ajuda entre as famílias nos momentos de pico do ciclo produtivo, ou seja, na hora do plantio, do raleio (do pêssego) e na colheita, e no resfriamento do leite⁶⁵. Essa prática lembra os puchirões, ou mutirões, comuns entre as famílias do meio rural, principalmente entre os imigrantes europeus em terras brasileiras, onde a mútua ajuda era indispensável à sobrevivência.

As duas formas de organização produtiva, individual (atomizada) e coletiva (associada) estão presentes nas famílias dos três Assentamentos que compõem a base empírica deste estudo. Das setenta e nove famílias que compõem os três Assentamentos, vinte e oito são associadas, totalizando quarenta e oito membros familiares maiores de dezoito anos sócios da cooperativa COOPAVA⁶⁶. As outras cinquenta e uma famílias trabalham individualmente, com algumas práticas coletivas entre vizinhos. Das quatorze famílias selecionadas para este estudo, três são cooperadas e onze trabalham individualmente. Observe a tabela que segue:

Tabela 04: Organização produtiva das famílias dos Assentamentos Conquista da Liberdade, 25 de Outubro e 24 de Novembro

Org. Produtiva	Dos três Assentamentos		Famílias Selecionadas	
Coletiva	28	35,4%	3	21,5%
Individual	51	64,6%	11	78,5%
Total	79	100,0%	14	100,0%

Fonte: Pesquisa de campo/2001.

As entrevistas com as quatorze famílias selecionadas ocorreram no interior das casas no seu cotidiano tendo como eixos de análise: a partilha das atividades domésticas, a produção agrícola, a qualificação pessoal – cursos, encontros de formação – e a administração dos bens familiares. O recorte principal para análise é

⁶⁴ Ilse SHERER-WARREN, *Redes de Movimentos Sociais*, p. 112. A autora entende a “sociedade atomizada” portadora de um “crescente processo de individualização alienada a partir das condições de modernização e de urbanização aceleradas”. João Pedro Stédile (em comunicação pessoal - E-mail), refere-se ao modo como as famílias assentadas viviam quando eram sem terra. Aqui são contrastadas às famílias associadas, ou seja, que são sócias da cooperativa.

⁶⁵ Algumas famílias vizinhas adquiriram resfriador de leite em conjunto com capacidade maior de armazenar o produto até chegar a quota necessária a ser entregue na cooperativa de beneficiamento. No período da coleta dos dados primários para este estudo a COOPAVA estava em processo de instalação de um pasteurizador e um empacotador de leite beneficiando as famílias sócias.

temporal. A observação foi a partir das famílias constituídas antes dos acampamentos e das famílias constituídas depois do acampamento.

3.1. Partilhando as atividades

3.1.1. Famílias constituídas antes do acampamento

Das setenta e nove famílias que compõem os três Assentamentos, 63% se constituíram antes dos Acampamentos. Das quatorze famílias selecionadas, nove (64%) constituíram-se antes do Acampamento. É sobre essas nove famílias que se dá o foco de observação que segue.

3.1.1.1. Partilhando os trabalhos da casa e da lavoura

Embora não sejam rentáveis, os trabalhos da casa são rotineiros e requerem tempo e dedicação diários dos membros familiares, tanto quanto os trabalhos “rentáveis” da lavoura. Os trabalhos da casa, por questões históricas e culturais, que não cabem aqui aprofundar, geralmente ficam despercebidos e sobrecarregam a mulher a uma dupla jornada de trabalho. Além da sobrecarga de trabalho as mulheres ainda ouvem do companheiro ou esposo palavras em tom de brincadeiras mas que não deixam de externar certas posições. “Às vezes eu ‘brinco’ com ela e digo: – tu não fez nada aqui dentro hoje! Ela fica chateada e me diz: - tu também não fez nada lá fora” (homem, 32, entrevista n. 3). Por trás desta ‘brincadeira’ há uma questão histórica de desvalorização, consciente ou não, dos trabalhos domésticos (da mulher) e uma supervalorização dos trabalhos da lavoura (do homem). A mulher geralmente ouve e entra na ‘brincadeira’ pelo ‘amor romântico’ e para evitar conflitos em vista do resguardo da família. Atitudes assim tendem a reforçar a histórica ‘dominação masculina’ (Bourdieu). Mas quando a mulher responde, se posiciona, além de querer reconhecimento pelos trabalhos realizados, também chama a atenção a necessidade de se firmar em pé de igualdade com o homem. Quer, consciente ou não, ser sujeito e não objeto de uma relação.

⁶⁶ A cooperativa foi criada em agosto de 1996, a participação na Cooperativa é individual. Cada membro familiar, homem ou mulher, com idade superior a dezoito anos pode se associar e ser um membro da Cooperativa.

A descrição dos da casa das famílias de assentados partiu do recorte temporal. Primeiramente das famílias constituídas antes do acampamento e, depois, das famílias constituídas após o acampamento. Nove famílias, das quatorze estudadas, se constituíram antes do acampamento. O acampamento é um marco referencial para observação de possíveis mudanças na partilha dos trabalhos domésticos.

A partir da investigação feita entre assentados, Giacobbo (1994) reconhece o acampamento como sendo

[...] um espaço privilegiado para o desenvolvimento do 'espírito comunitário', tanto ao nível do enfrentamento das dificuldades cotidianas de sobrevivência, quanto através da formação de 'grupos comunitários' de trabalho na terra (p. 144).

O acampamento cria “rupturas no cotidiano” das famílias, é um “momento especial de solidariedade humana” (Lechat, 1993, p. 113). A descrição leva em conta a atuação dos cônjuges e dos filhos na execução das atividades domésticas na unidade familiar.

Em duas famílias, das nove constituídas antes dos acampamentos, os homens participam intensamente dos trabalhos domésticos da casa juntamente com a mulher. Numa família a mulher assim expressou:

Aqui a gente não tem, assim, 'eu tenho este serviço e ele aquele serviço'. Faz aquele que está mais disponível entre nós dois, seja fazer comida, lavar a roupa, a louça (mulher, 43, entrevista n. 2).

O homem, num tom mais discursivo, declarou: “cada um tem que ter consciência de que tem que ajudar. A família tem que trabalhar junto, tanto em casa como na lavoura” (homem, 58, entrevista n. 2). A filha também ajuda nas tarefas de dentro de casa. “Ela [a filha] ajuda a lavar a roupa, limpar e arrumar a casa. Quando ela não está em aula, ela ajuda nas tarefas da casa” (mulher, 43, entrevista n. 2). É um aprendizado desde cedo, pois a filha tem sete anos e dentro de casa já faz as tarefas como se adulta fosse.

As famílias constituídas antes dos acampamentos têm as filhas com intensa atuação nas atividades domésticas. Somente uma família revelou que uma filha, adolescente, dificilmente ajuda dentro de casa. É quase uma exceção, pois ela mesma revelou que fora criada pelos avós e agora seus pais querem que ela

estude, poupando-a dos trabalhos domésticos. “Ela leva a vida quase de princesa”, revelou o pai. Em algumas famílias os meninos também executam atividades domésticas. É o que revela a fala que segue:

Os filhos me ajudam, se não o que seria de mim! O rapaz ajuda a fazer comida, limpeza dentro de casa. A menina ajuda a lavar a roupa. Quando eu estou doente, ela faz tudo dentro de casa, igual a eu. Eu gosto que eles me ajudem, porque se eles não me ajudassem, o que era de mim, né! (mulher, 46, entrevista n. 9).

Nessa família a menina tem 15 anos e o rapaz 17 e também há dois meninos, um de cinco e outro de nove anos. Todos colaboram nos trabalhos domésticos, inclusive o homem de cinquenta e um anos, que manifestou ter resistência em fazer os trabalhos domésticos, mas faz.

A outra família que tem participação intensa do homem nos trabalhos domésticos de casa o homem assim se manifestou:

Nós, desde que formamos família, há vinte e cinco anos, sempre repartimos as atividades domésticas. Tanto eu como minha companheira, nós trabalhamos juntos na lavoura e também em casa. Todas as atividades da casa a gente partilhou e continua partilhando. Em casa eu partilho com os filhos a limpeza, lavar a roupa, fazer comida (homem, 48, entrevista n. 7).

E a mulher, numa postura de diálogo e de entendimento revelou:

Eu entendo que a divisão das tarefas é um processo, uma construção. A gente está aprendendo no dia-a-dia, porque todos comem, todos sujam, então, todos devem contribuir. Aqui a gente tem uma organização, um rodízio de atividades. Estender a cama, cada um estende a sua, arruma seu quarto. Há um rodízio na lavagem da louça, na limpeza da casa, estamos construindo um processo coletivo. Não é fácil! (mulher, 43, entrevista n. 7).

Nesta família há organização e participação dos membros familiares na partilha das atividades. Todos entram no rodízio das atividades. Ambos os cônjuges são líderes de movimentos sociais, ele do MST e ela do MMTR, e atuam na coordenação da cooperativa do Assentamento onde residem. Têm uma necessidade maior de coletivizar os trabalhos domésticos. Quando um sai, o outro toma conta da casa, de todas as atividades. Apesar de toda a organização, rodízio e participação, a partilha das atividades não é tão pacífica, “quando os dois (homem e mulher) estão em casa, fazer comida sobra mais pra mulher” disse a mulher. Persiste a divisão sexual de trabalho incrustada no homem e na mulher. De fato, o coletivo é um processo de difícil construção e de constante aprendizado, como revelou a mulher. Assim relataram os membros das duas famílias com a participação intensa do

homem nas atividades domésticas da casa, que apesar de intensa não deixa de transparecer certa desigualdade.

Três famílias constituídas antes do acampamento relataram que é esporádica a participação do homem nos trabalhos domésticos de dentro de casa. Quando a mulher não está, ou adocece, o homem assume as atividades.

Quando a mulher não tá o homem tem que tomar conta da casa, das crianças, levá-las para o colégio, fazer comida, pão, lavar a roupa (homem, 47, entrevista n. 11).

Este mesmo homem revelou:

Foi durante o acampamento que aprendi a fazer comida. Como tinha cozinha coletiva e rodízio das atividades internas ao acampamento, um dia caiu pra mim também fazer comida (homem, 47, entrevista n. 11).

É interessante perceber também as expressões de sofrimento na ação dos homens nas atividades de dentro de casa. O homem fazendo os trabalhos de dentro de casa e dizer que 'não é serviço da gente, de homem, é serviço de mulher' acaba reforçando a visão histórica da divisão sexual dos trabalhos domésticos.

O trabalho dentro de casa a gente faz, mas é um trabalho mais sofrido, a gente faz, mas não é um serviço da gente, de homem, é serviço de mulher, mas a gente faz (homem, 51, entrevista n. 9).

Nessas três famílias os filhos, tanto os meninos como as meninas, ajudam esporadicamente nas tarefas de dentro de casa.

Os filhos [uma menina e dois meninos] e o esposo ajudam na cozinha. Se eu não posso fazer a comida, limpar a casa, eles ajudam sem problemas. Tão sempre me ajudando (mulher, 39, entrevista n.11).

Em quatro famílias, das nove constituídas antes dos acampamentos, os homens revelaram que não fazem serviços algum dentro de casa.

Aqui dentro de casa, quem menos trabalha sou eu. O serviço que faço é tratar os animais, é mais a lida lá fora, no caso, a lavoura, a motosserra, essas são as minhas atividades. As lidas de dentro da casa, e ao redor, são da mulher (homem, 42, entrevista n. 1).

Nessa família estão bem definidas as atividades do homem e da mulher numa rígida divisão sexual do trabalho doméstico.

Numa outra família a mulher fez o seguinte relato:

Aqui dentro de casa eu faço tudo, desde lá do quarto até lá no tanque, até lá no galpão. Lavar a louça, arrumar a cama, limpar a casa, fazer comida, tudo eu faço, todos os dias (mulher, 38, entrevista n. 14).

E seu marido assim se expressou: “na verdade muito pouco eu faço aqui. A mulher aqui é muito explorada. Nós não repartimos as tarefas” (homem, 38, entrevista n. 14). Nessa família o homem tem consciência de que a mulher é explorada, sobrecarregada de serviço dentro e fora de casa. Apesar de esforços, “tentativas de consenso”, não conseguem sair da situação de exploração e dominação da mulher. A própria filha de 15 anos revela que faz pouco dentro de casa:

Ah! Eu estudo de manhã e eu fico só dentro de casa, não vou para a lavoura. De tarde eu faço alguma coisa, lavo alguma roupa. Se não, a mãe é quem faz! (menina, 15, entrevista n. 14).

O próprio pai confirma a fala da filha dizendo:

A minha filha [de 15 anos] não tem aquela vida de mordomia porque não temos condições de dinheiro. Ela não tem o que reclamar. Levo ela pro colégio, [...] para as condições de pobre que nós levamos, ela leva uma vida de madame [...] não se preocupa com a lavoura e isso me preocupa, por isso quero que ela estude (homem, 38, entrevista n. 14).

Nas duas famílias em que os homens participam intensamente nos trabalhos domésticos os cônjuges são lideranças nos Assentamentos. Já eram, inclusive, líderes antes do acampamento, em sindicatos rurais e nas igrejas. Embora o acampamento – a pedagogia da lona – ensina a partilhar, a partilha acontece mais entre membros familiares que exercem, ou exerceram, algum tipo de liderança, dentro ou fora dos Assentamentos.

A busca de uma divisão de trabalho equilibrada é constante nas famílias assentadas, deixando claro que as unidades domésticas apresentam ao mesmo tempo um comportamento cooperativo e outro conflitivo. Apesar das conquistas e das mudanças ocorridas no decorrer da trajetória vivenciada, a estrutura das famílias ainda discrimina a mulher mantendo-a numa condição de subordinação, quer dentro de casa, no espaço privado, quer fora de casa, no espaço público. Atividades de conscientização efetuadas pela cooperativa no Assentamento incentivam a participação dos homens nas atividades domésticas, de dentro de casa, visto que as mulheres participam intensamente das atividades agrícolas, da lavoura.

As atividades agrícolas compreendem aqui todos os trabalhos produtivos destinados à subsistência e ao mercado. Inclui portanto as atividades agrícolas como preparar a terra, fazer o plantio, a capina e a colheita. Inclui também as atividades pecuárias como a ordenha, a criação de aves, de porcos e a confecção de cercas. Geralmente envolvem toda a família, o homem, a mulher e os filhos. Em nenhum caso encontrou-se o envolvimento de pessoas extrafamiliares nas atividades da lavoura, seja como agregado ou empregado. O que ocorre nos momentos de pico do ciclo produtivo, são mutirões com o auxílio de membros familiares vizinhos.

Em sete famílias constituídas antes do acampamento a mulher participa intensamente das atividades agrícolas. Veja o que revelou uma delas:

Eu ajudo em toda parte, tirar o leite, lidar com o gado, horta, erguer madeira, na construção de galpões, estufas, galinheiros, [...] Tive que deixar o meu serviço aqui de dentro e ir lá ajudar eles porque estava pesado o serviço. Em toda a parte que precisa eu ajudo. Pra mim não tem serviço. Preparo a terra, no plantio, na colheita. De manhã já deixo tudo meio arrumado pra mim poder ajudar eles lá fora. Onde tem que ir eu vou! (mulher, 48, entrevista n. 10).

Das nove mulheres das famílias constituídas antes do acampamento uma mulher não participa dos trabalhos agrícolas por motivos de doença, como ela mesma revelou:

As minhas forças não me ajudam mais [...] não me ajudo do jeito que eu queria, faço os trabalhos de dentro de casa, fico lidando todo o dia (mulher, 46, entrevista n. 9).

Uma outra mulher não participa porque trabalha fora um turno e o turno que está em casa se ocupa inteiramente com as atividades domésticas de dentro da casa.

Em apenas uma família o homem não participa dos trabalhos agrícolas da lavoura. O mesmo é liberado pelo Movimento para atuar na organização estadual dos Assentamentos.

Os filhos de todas as famílias que não estudam trabalham intensivamente na lavoura. Aqueles que estudam têm a liberação do tempo para investir nos estudos. Estes filhos não são tão exigidos para o trabalho na lavoura como revelou o pai de um deles:

O que nós podemos dar para os nossos filhos, nessa região, é o estudo. Eles gostam de estar aqui na roça, mas é ruim [...] eles não querem ficar mais na colônia [...] vão ter que estudar se querem seguir uma carreira [...] se quiserem ficar na colônia, tudo bem, mas se não querem a colônia, tem que estudar para pegar uma profissão (homem, 42, entrevista n. 1).

Neste mesmo sentido o próprio filho revelou:

Para mim a vida aqui é boa, apesar de ser meio ruim no campo [lavoura], mas eu gosto! Eu ajudo em tudo [...] mas o que eu quero é terminar meus estudos e me formar e ter uma boa profissão (rapaz, 18 anos, entrevista n. 1).

O que se percebe é que os jovens vivem um dilema. Ao mesmo tempo querem permanecer na roça, porque gostam e se sentem bem, e gostariam de estudar e trabalhar na cidade. Geralmente os filhos de assentados com a idade de dezoito anos vão acampar. Muitos permanecem no acampamento até conseguir um lote de terra. Os outros retornam à família no Assentamento e para trabalhar com os pais e estudar.

3.1.1.2. Gerenciando os bens culturais e patrimoniais

O sistema econômico prevalecente no Brasil é o capitalista e a administração dos bens patrimoniais e culturais nos Assentamentos tende a convergir com tal sistema, deixando as famílias assentadas atomizadas na própria gleba envolvidas somente com os trabalhos de sua lavoura com seus bens. Para evitar o risco de atomização, que ocasionaria vulnerabilidade às famílias assentadas, o MST e a COCEARGS mantêm contato mensal com as famílias assentadas. Nesses contatos mensais ocorrem o incentivo e a orientação para que os membros familiares estudem (cartilhas do Movimento, nas escolas), participem de manifestações públicas, cursos, Conselhos Municipais, etc. São formas de acesso aos bens culturais e de ampliação da consciência crítica e política dos assentados no processo de formação permanente e qualificação para a administração dos bens culturais e patrimoniais.

Das nove famílias assentadas constituídas antes dos acampamentos, em cinco os homens têm acesso à qualificação em cursos, encontros formativos, mobilizações populares, etc. Em quatro famílias as mulheres têm alguma participação em cursos de qualificação e aperfeiçoamento de técnicas agrícolas ou em trabalhos ligados à produção de leite. É importante destacar que em três famílias

ambos os cônjuges participam de atividades formativas e exercem algum tipo de liderança nos Assentamentos ou fora deles.

Em duas famílias constatou-se que filhos com mais de quatorze anos não mais estudam. Os mesmos dedicam-se intensamente na lavoura com seus pais esperando o tempo para acampar e conseguir terra para trabalhar. Em uma família constatou-se um caso de um filho maior de quatorze anos que trabalha de dia e estuda em escola pública em horário noturno. Tanto os meninos como as meninas ao chegarem no ensino médio têm de sair de casa e morar na cidade ou em colégios agrícolas para continuarem estudando. São raros os que permanecem na família e continuam estudando. A falta de colégios de ensino médio próximo aos Assentamentos cria uma situação que os obriga a se deslocarem para a cidade, geralmente a mais próxima para permanecer próximo à família. E as famílias, apesar de terem terra, ainda não têm condições para manter os filhos estudando nas cidades e muitos preferem partir para o acampamento.

As informações obtidas nas entrevistas a respeito da administração dos bens familiares ficaram aquém das perspectivas lançadas para este estudo. Parece existir um tabu dificultando a revelação por parte dos entrevistados. A falta de práticas administrativas, devido à carência de bens materiais como a terra desde a origem quando não tinham terra, aumenta a dificuldade de expressão de como ocorre a administração dos bens familiares. Os elementos relatados contêm dados que possibilitam uma análise da administração dos bens familiares dos assentados.

Referente à administração dos bens familiares, das nove famílias constituídas antes dos acampamentos foram os seguintes dados a partir das entrevistas. Em todas elas o homem tem o comando dos negócios e do dinheiro. É ele quem administra os bens e os negócios da família, com o auxílio da mulher e dos filhos. Somente em uma família os filhos participam da administração dos bens, justamente na família em que o pai não foi alfabetizado, mesmo assim ele participa dos negócios. Em seis casos as mulheres participam intensamente do gerenciamento dos bens, revelando inclusive a existência de um 'caixa comum' onde fica depositado o dinheiro. Em três famílias somente o homem administra. Nessas a mulher não se envolve, ou não tem espaço para se envolver. A fala que segue revela esse exclusivismo do homem nos negócios:

Nós comandemo o dinheiro. Quem mais administra é a gente, no caso, mas quando precisa de alguma coisa a gente vai dando um jeito [...] precisa comprar roupa, sai dinheiro, precisa ir para um baile, sai dinheiro, pra sair de moto, [...] sou eu que mantenho (homem, 42, entrevista n. 1).

De outro lado, uma família em que a mulher participa do planejamento das compras e das vendas assim se expressou:

A gente acha melhor sentar, conversar e fazer um planejamento de tudo, do que simplesmente chegar e dizer: - 'eu quero fazer isso e você tem que pegar e fazer isso ou aquilo' [...] primeiro a gente vê se é viável fazer isso ou não, a gente pensa na frente pra ver se pode fazer (mulher, 43, entrevista n. 2).

Essa mesma família revela que antes do acampamento e do Assentamento o modo de administrar a casa e os bens não era assim, a participação e o envolvimento na luta pela terra transformou o jeito familiar de administrar os bens.

Não podemos negá, foi o acampamento do MST que fez a gente criar consciência (mulher, 43, entrevista n.2).

O acampamento, como espaço de coletividade, aparece como um elemento decisivo na orientação para a partilha das atividades e para a administração conjunta dos bens familiares. O acampamento, por meio de sua estrutura e organização em equipe, grupos, núcleos, foi uma escola de vida e criou consciência para a democratização da administração dos bens e redefiniu as relações familiares. Uma família assentada após passar por um período de acampamento tem mais elementos para efetivar a administração de seus bens conquistados na luta pela terra.

3.1.2 Famílias constituídas depois do acampamento

Entre as quatorze famílias selecionadas para o estudo cinco constituíram-se nos acampamentos ou depois deles, nos Assentamentos. Considerando que os acampamentos das famílias em estudo ocorreram a partir de 1989, as constituições das famílias selecionadas para o estudo ocorreram após este ano. São famílias recentes com filhos na idade da infância. O propósito deste estudo foi observar o envolvimento dos pais nas atividades domésticas, mas as crianças, em alguns casos, manifestaram-se atuantes nos trabalhos domésticos.

3.1.2.1 Partilhando os trabalho da casa e da lavoura

Como é a partilha dos trabalhos domésticos, de dentro de casa, nas famílias assentadas constituídas depois do acampamento? O relato dos membros familiares entrevistados dá um indicativo de como ocorre a partilha dos trabalhos domésticos. Embora algumas crianças revelaram que ajudam nos trabalhos da casa, como disse uma menina de oito anos, “eu lavo a louça, varro a casa, limpo a mesa” (entrevista n. 8), suas atividades não foram focalizadas prioritariamente até por que mereceriam uma investigação específica.

Das cinco famílias constituídas após o acampamento, duas têm a participação intensa dos homens nos trabalhos domésticos. Em outras duas famílias a participação é esporádica, menos intensa. Numa família o homem não participa dos trabalhos domésticos da casa, concentrando-se nos trabalhos da lavoura. Algumas falas dos membros familiares dessas famílias recentemente constituídas são reveladoras de facetas do cotidiano da partilha das atividades.

Um dos homens que participam intensamente dos trabalhos domésticos assim se expressou:

Eu ajudo algumas atividades dentro de casa, lavar a louça, varrer a casa, organizar o almoço, são as principais que a gente participa, mas dá pra dizer que não é 50% (homem, 34, entrevista n. 8).

O homem faz algumas atividades de dentro de casa, mas faz com certa resistência. É o que revela a fala da mulher. “A arrumação do quarto, lavar a louça, ele [o marido] não gosta, mas faz, mas ele nunca lava a roupa” (mulher, 26, entrevista 8). O serviço de lavar a roupa facilitou com a aquisição da máquina de lavar roupas. O mesmo ocorre com a outra família, que também tem máquina de lavar roupas, o homem revelou:

Eu faço meio de tudo aqui dentro. Não sou muito chegado em lavar roupa, mas comida eu faço, lavo louça, cuidado da nenê (homem, 41, entrevista n. 12).

É interessante registrar que nos dias das entrevistas nessas duas famílias os homens estavam fazendo o almoço. Isso pareceu uma faceta do cotidiano daquelas famílias, confirmada nos relatos às entrevistas.

Em duas famílias, das cinco constituídas depois dos acampamentos, os homens esporadicamente participam das atividades domésticas da casa. As falas dos entrevistados revelaram que eles raramente participam, ficando mais ao cargo da mulher os trabalhos domésticos:

Aqui dentro de casa a gente partilha as coisas, tipo a lavação da louça, fazer comida. No momento em que a mulher sai a gente faz, quando ela tá em casa, ela mais faz os serviços (homem, 32, entrevista n. 3).

Ou ainda:

Ele, de noite, quando pode, que ele tá em casa, ele janta, descansa e me ajuda lavar louça, quando ele pode me ajuda [...] fins de semana ele me ajuda, inclusive lavar a roupa (mulher, 28, entrevista n. 13).

Essa fala foi confirmada pelo marido que revelou:

As lidas que têm, eu faço! Limpo a casa, às vezes até almoço eu faço, até mesmo quando ela tá eu faço. Dou educação para as filhas, ajudo nos temas e até trocar e lavar fraldas (homem, 31, entrevista n. 13).

Nessas duas famílias os homens fazem pouco quando a mulher está e fazem quando a mulher não está em casa ou está impossibilitada de fazer os trabalhos. Diferente das duas famílias anteriores onde os homens ajudam permanentemente, conforme relataram, ainda que tenham uma carga menor que as mulheres e fazem não sem reclamações.

Por fim, a família onde o homem revelou que não participa dos trabalhos domésticos de casa. Assim ele relatou:

A comida fica com ela, o cuidado com o filho fica com os dois, mas a limpeza da casa é sempre com ela (homem, 30, entrevista n. 4).

Fala confirmada pela esposa que disse: “a limpeza, lavar roupa, fazer comida é comigo, tudo é comigo” (mulher, 35, entrevista n. 4). No final ela justifica a situação dizendo que “o certo era para ser mais dividido, mas não adianta”, concluiu. Nessa família os serviços não são compartilhados e reforça a divisão sexual do trabalho doméstico. Ela é quem faz todos os serviços da casa, enquanto ele faz os trabalhos da lavoura.

É interessante observar que todos os homens fazem o acompanhamento, o cuidado e auxiliam na educação escolar dos filhos. Este parece ser um trabalho

doméstico compartilhado entre os cônjuges mais novos e que não apareceu nos relatos das famílias constituídas antes dos acampamentos.

Em duas famílias, das cinco constituídas depois dos acampamentos, as mulheres participam intensamente das atividades de produção agrícola, juntamente com o homem, inclusive nos serviços mais pesados.

Eu faço todos os serviços, nós fazemos tudo junto, se é para fazer cerca, somos nós dois, se for plantar, somos nós dois, se for lavar, somos nós dois, limpar, nós dois, cuidar dos animais, nós dois, agora tirar o leite, só eu tiro (mulher, 31, entrevista n. 12).

Ou ainda esta outra fala de uma mulher integrada na COOPAVA:

Agora, atualmente eu estou na horta, mas até pouco tempo eu trabalhava na lavoura, quebrando milho, colhendo feijão, [...] Eu era solicitada pra vários trabalhos na cooperativa, hoje estou na equipe da horta, estou trabalhando nessa equipe (mulher, 26, entrevista n. 8).

O marido dessa mulher, dentro da cooperativa, participa da equipe da lavoura, trabalha com máquinas, trator, e não só nisso, também faz negócios na comercialização dos produtos, mas sua atividade principal é trabalhar como motorista das máquinas na lavoura.

Em outras duas famílias as mulheres participam esporadicamente nos momentos de maior necessidade, nos momentos de pico do ciclo produtivo, na preparação da terra, no plantio e na colheita, ou nas atividades ligadas à produção de leite, quando a demanda for maior. Veja o que revela a fala que segue:

[...] na lavoura ela ajuda quando mais precisa! Tirar o leite, por exemplo, quando é pouca vaca eu tiro sozinho, quando tem mais vacas ela ajuda (homem, 32, entrevista n 3).

Ou ainda:

Nós trabalhamos direto no leite, fazemos meio junto. Temos outras funções, plantar a gente não planta muito, trabalhar com o trator é comigo. Ela me ajuda a tirar o leite, o resto eu me viro por aí (homem, 30, entrevista n.4).

A ajuda esporádica da mulher nas atividades da lavoura revela que, nessas famílias, as atividades da lavoura são do homem e as mulheres o auxiliam. A ordenha parece ser um trabalho agrícola específico da mulher, recebendo esporadicamente a ajuda do homem, não só nas famílias recentemente constituídas

mas também naquelas constituídas antes do acampamento. “Ela quem lida mais com o leite”, revelou um assentado (homem, 58, entrevista n. 2)

Numa família a mulher não participa dos trabalhos agrícolas. Ela concentra suas atividades nos trabalhos domésticos de dentro de casa e no cuidado e educação dos filhos, como ela mesma revelou:

Eu fico em casa, cuido das crianças, dos porcos e das galinhas ao redor da casa e, às vezes, dou uma escapadinha e vou lá ajudar ele a tirar o leite (mulher, 28, entrevista n. 13).

Como em todas as famílias constituídas após o acampamento têm gestantes, crianças, inclusive recém nascidas, as mulheres ficam mais tempo com elas e no espaço da casa. Mesmo assim, quase todas participam dos trabalhos agrícolas, principalmente da ordenha. Em algumas famílias o homem ajuda a tirar o leite, mas este revelou ser um trabalho específico das mulheres.

3.1.2.2. Gerenciando os bens culturais e patrimoniais

Quanto à participação na gestão dos bens culturais, em duas famílias constituídas depois dos acampamentos ambos os cônjuges participam em cursos de qualificação, de encontros formativos e de mobilizações populares. Em outras duas famílias nenhum dos cônjuges participam de qualquer atividade formativa e de qualificação a não ser das reuniões mensais da Regional do MST.⁶⁷ E numa família a mulher participa intensamente de atividades formativas por estar ligada a um programa de alfabetização de jovens e adultos do governo do Estado, o MOVA (Movimento de Alfabetização). Seu esposo dificilmente participa de atividades formativas. Participou de algumas reuniões mensais que a Regional do MST faz nos Assentamentos mas não mais participa, conforme relatou.

Todos os filhos em idade escolar dessas famílias constituídas após os acampamentos estão estudando. Isso decorre, de um lado, da obrigatoriedade exigida por lei⁶⁸ e de outro, do incentivo dos pais e do MST através do Setor de Educação.

⁶⁷ Mensalmente líderes do MST e da COCEARGS se reúnem com as famílias assentadas. Nessas reuniões, além da *mística* de abertura ocorrem estudos de cartilhas do Movimento e informes gerais de questões de interesse dos assentados.

⁶⁸ O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) de 13/07/1990 prevê a obrigatoriedade do ensino fundamental e médio às crianças e aos adolescentes (cf. artigos 4 ; 54, incisos I e II e 55).

Em três famílias, das cinco constituídas depois dos acampamentos, as mulheres participam ativamente do gerenciamento dos bens e dos negócios familiares, como revelam as falas que seguem:

Aqui os dois gastam com aquilo que é preciso, não é só um que gasta, os dois sabem o que comprar e o que vender (mulher, 31, entrevista n. 12). Assim revela a fala do homem que segue: o dinheiro não fica comigo, ou com ela, está ali, quem vai sair pega, leva e gasta, nunca gastar fora do necessário. A gente gasta sabendo o que comprar e o que está faltando (homem, 41, entrevista n. 12).

Essa prática da 'caixinha comum' – “o dinheiro está ali” – foi encontrada também em algumas famílias constituídas antes dos acampamentos. É importante destacar que a frase 'nunca gastar fora do necessário' revela ser um mandamento da casa e também a limitação do orçamento familiar. A expressão 'os dois sabem o que comprar e o que vender' revela que há um planejamento familiar de compras orquestrado pelos poucos recursos adquiridos nos negócios familiares e na venda de leite, atividade sobressalente.

Nas outras duas famílias constituídas depois do acampamento o gerenciamento dos bens fica exclusivamente nas mãos dos homens. É o que revela a fala seguinte:

Quem gasta?! É ele quem gasta. É muito difícil eu ver o dinheiro [...] eu não uso o dinheiro, só quando precisa mesmo pra uma criança, pra levar vacinar [...] eu gosto de comprar roupas para mim, pras crianças, na maioria das vezes é ele quem compra [...] ele mantém o controle do dinheiro (mulher, 28, entrevista n. 13).

Essa fala revela o exclusivismo do homem nos negócios, mas também revela a dominação dele sobre a mulher. Ela revela que não participa dos negócios não por incapacidade ou não querer, ela gostaria de comprar roupa pra ela e pras crianças, mas quem compra é ele. Na outra família quem administra tudo é o homem, ele centraliza todos os negócios, como ele próprio expressou.

A questão administrativa é mais comigo. Eu vendo e com o dinheiro trago as coisas aqui de dentro de casa (homem, 32, entrevista n. 3).

Pela recente constituição familiar essas famílias não contam com a participação dos seus filhos no gerenciamento dos bens familiares por estes serem ainda crianças.

O cotidiano nas famílias de assentados se apresenta em facetas. Até aqui primou pela partilha das atividades com uma descrição da participação dos membros familiares. O próximo capítulo descreve outra faceta do cotidiano, a da tomada de decisões, observando a participação dos membros familiares em famílias constituídas antes dos acampamentos e de famílias que se constituíram depois do acampamento.

3. 2 Tomando as decisões

Esta parte do capítulo descritivo das atividades no espaço doméstico focaliza a tomada de decisões dos membros familiares assentados. A tomada de decisões e a execução das atividades nas unidades domésticas dos assentados parecem ser uma coisa só. Elas ocorrem nos momentos e nos espaços do cotidiano familiar. A tomada de decisões contém, implícita ou explicitamente, um planejamento e uma projeção elaborados por um ou mais membro familiar. É sobre esse planejamento e essas projeções que se atém o texto que segue.

O capítulo anterior descreveu algumas facetas do cotidiano na partilha dos trabalhos domésticos entre os membros familiares das quatorze famílias assentadas entrevistadas. Este capítulo descreve as facetas do cotidiano na tomada de decisões das mesmas famílias. Quem decide e como são tomadas as decisões nas famílias de agricultores assentados? A descrição foi realizada na perspectiva de ressaltar alguns elementos significativos na tomada de decisões e no compartilhamento das atividades domésticas no processo de democratização das relações intrafamiliares redefinidas.

Assim como na partilha das atividades da parte anterior, quatro pontos norteiam a descrição da tomada de decisões nas famílias assentadas: os trabalhos domésticos, as atividades de dentro de casa; os trabalhos agrícolas, da lavoura; gestão dos bens culturais e a administração dos bens, os negócios da unidade familiar. A descrição da tomada de decisões também tem o recorte temporal e são observadas as famílias constituídas antes dos acampamentos e as constituídas a partir do acampamento.

3.2.1. Famílias constituídas antes do acampamento

3.2.1.1. Planejando os trabalhos

Nas famílias constituídas antes do acampamento a tomada de decisões para os trabalhos domésticos é feita majoritariamente pela mulher. “Ao redor da casa eu não meto muito meu bico, aí é ela quem administra” (homem, 42, entrevista n. 1). A mulher é quem tem a iniciativa e decide o que fazer dentro de casa, principalmente para aquelas atividades rotineiras de arrumar a casa, cozinhar, lavar a louça, roupas, etc. Ela sabe as coisas que têm e as coisas que faltam dentro de casa. A mulher toma conta da casa e pede a ajuda ao homem e aos filhos, que mesmo resistentes acabam contribuindo. “A gente faz porque ela manda [...] a gente tem que fazer porque a vida é assim mesmo, não adianta” (homem, 51, entrevista n. 9). Ou ainda:

Aqui dentro de casa eu sou a chefe, tenho meio que determinar. Às vezes estou apertada e cada um ajuda um pouco, o marido, os filhos. Eu gosto que eles me ajudem! (mulher, 48, entrevista n. 10).

Enquanto a mulher-mãe é a ‘chefe’ da casa, administra os trabalhos domésticos, o homem constitui-se o ‘chefe’ da família, em todos os aspectos familiares, menos os ‘da casa’ onde ele entra como ajudante, geralmente quando solicitado pela mulher.

Alguns homens relataram que o tempo de acampamento fez com que eles “mudassem de idéia”, “aprendessem a cozinhar” e hoje no Assentamento contribuem nos trabalhos domésticos, mas afirmam: não era assim. Antes dos acampamentos até a tomada de decisão para alguns trabalhos domésticos era feita pelo homem, como revela a fala que segue:

O modo como nós vivia antes [do acampamento] era diferente: eu dava as ordens: faça isso, faça aquilo e ela fazia. Desde fazer a comida, a mulher pedia: - ‘o que é que eu faço para a janta?’ Ou, ‘O que é que eu faço pra o almoço?’ E o machão aqui dava as ordens: Faça isso! Há uma diferença muito grande da forma de nós viver aqui [no Assentamento]. Hoje nós conversamos [...] graças a Deus hoje eu posso dizer assim: a nossa casa é uma casa educada (homem, 58, entrevista n. 2).

Para esta família o tempo de acampamento ocasionou uma verdadeira transformação no processo de decisão que impressiona os parentes e os conhecidos do tempo anterior ao acampamento. Ao receber a visita de um irmão,

que ainda não conhecia o Assentamento, este relatou que desconhecia o próprio irmão assentado devido às mudanças no modo de agir dentro de casa. Veja o relato:

[...] meu irmão veio aqui nos visitar, fazia oito anos que não nos víamos, ele conhecia o modo como nós vivia antes do acampamento, eu dando as ordens ele esteve aqui e achou uma diferença muito grande da forma de nós viver (homem, 58, entrevista n. 2).

Para a aquisição de utensílios domésticos e roupas, os membros familiares relataram que conversam antes de tomar uma decisão, como atesta a fala que segue:

Geralmente a gente discute antes de comprar, mas temos um acordo, comprar roupas, cada um compra a sua, coisas da casa também, geralmente a gente conversa antes, pego o dinheiro vou e compro (mulher, 43, entrevista n. 7).

Quando vão para cidade para fazer compras, mexem com o dinheiro e aí, visto que precisam controlar os gastos devido aos limites orçamentários, sempre conversam antes. “Nós conversamos o que tem que comprar, sempre se conversa alguma coisa antes” (homem, 42, entrevista n. 1). O fato de ‘discutir antes’, ‘ter um acordo’, ‘conversar antes’ é revelador de que a tomada de decisão tende a ser em conjunto e não fica centralizada num membro familiar.

Existe uma prática bastante comum entre as famílias assentadas com relação às compras: quando é para comprar roupas cada um compra a sua e a mulher está sempre presente. Quando é para comprar alimentos, a mulher ajuda a fazer uma lista e o homem é quem geralmente vai ao mercado e compra. Nesse sentido segue a fala de uma mulher:

Quando eu mando comprar as coisas eu não me queixo, ele compra as coisas com o dinheiro que a gente pega, a gente tem que aplicar, não dá para botar fora [...] Quanto tem que comprar roupa ele me dá o dinheiro e eu vou na loja comprar as coisas (mulher, 48, entrevista n. 09) .

O homem é quem mais vai ao mercado, à venda e nos trabalhos da lavoura. A mulher assentada tem pouco contato com o mercado, a não ser quando tem de comprar roupas, como revelaram diversos entrevistados.

Se nas famílias constituídas antes dos acampamentos a mulher predomina na decisão dos trabalhos domésticos, como está acima, nos trabalhos agrícolas quem tem predomínio na tomada de decisão é o homem. Aqui ele é quem pede a opinião

da mulher, é quem dá idéias. Na maioria das famílias ambos decidem juntos, como revela a fala que segue:

faz tempo que a gente tá planejando como fazer com a produção de leite, tambo, ordenhadeira [...] já fizemos um pouco e vai indo (mulher, 40, entrevista n. 5).

Somente em duas famílias as mulheres não têm nenhuma interferência nos trabalhos agrícolas. Trabalham com os homens na lavoura e revelaram não participar das decisões. É interessante ressaltar também que em nenhuma família entrevistada os filhos interferem na tomada de decisões dos trabalhos agrícolas. Nem mesmo aqueles filhos que não estudam e trabalham na lavoura participam da tomada de decisão. Pelos relatos as decisões dos trabalhos agrícolas se reservam aos pais, mais especificamente ao pai.

Das nove famílias constituídas antes do acampamento há dois casos específicos. Duas famílias estão integradas à COOPAVA e seus membros manifestaram que a tomada de decisão para os trabalhos agrícolas é feita em grupos, nos setores da cooperativa. Neles participam os homens e as mulheres maiores de dezoito anos. A tomada de decisão para os trabalhos agrícolas é conjunta na cooperativa, “no coletivo” como revela a fala a seguir:

É no coletivo, na cooperativa que se tem a decisão dos trabalhos. Aí tem pessoas que cuidam do leite, das vacas, outras da produção de grãos, horta, comércio, pomar [...] Cada família tem uma hortinha em casa pra temperos e verduras, o que não se tem, a gente pega no coletivo (homem, 35, entrevista n. 6).

Ou ainda esta outra fala:

Todas as pessoas que estão integradas à cooperativa têm uma equipe de trabalho [...] Cada um de nós discute junto o planejamento da cooperativa [...] cabe a nós ajudar a executar esse planejamento. Nossa mão de obra vai priorizar as prioridades da cooperativa (homem, 49, entrevista n. 7).

Quanto à partilha dos trabalhos e à tomada de decisões dessas famílias o referencial do coletivo, da COOPAVA se sobressai. As atividades e a tomada de decisões se imbricam entre o espaço doméstico e o espaço coletivo mais amplo, o da cooperativa. As decisões tomadas no coletivo envolvem os membros familiares e estes atuam no espaço coletivo como se estivessem atuando no espaço doméstico. Por isso, alguns revelaram ser a cooperativa uma 'grande família'.

3.2.1.2 Sobre os bens culturais e patrimoniais

A tomada de decisão para o acesso aos bens culturais é bem diversificada. De um lado a lei, principalmente o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que obriga os filhos em idade entre sete e quatorze anos ir à escola. Os pais não têm outra decisão a não ser a legal: encaminhar os filhos para a escola. Até porque os pais querem ver os filhos estudando, se qualificando e se profissionalizando. Todos os filhos na idade escolar das famílias pesquisadas estão estudando. De outro lado, o acesso à qualificação dos membros familiares que já passaram da idade escolar. As famílias estão divididas em dois grupos: o grupo das associadas e o grupo das famílias atomizadas.

Duas famílias constituídas antes dos acampamentos e pesquisadas estão integradas à COOPAVA. Conforme seus relatos a determinação para participar de cursos de formação ou qualificação ocorre dentro da cooperativa. A cooperativa percebe a demanda e, nos grupos e setores ou na assembléia, são escolhidos quem vai se qualificar. A escolha ocorre observando a disponibilidade e aptidão pessoal. Desnecessário dizer que é respeitada a vontade e a decisão pessoal. A escolha é coletiva e a resposta é individual. Assim se expressou uma cooperada:

Nós, aqui em casa vivemos uma realidade interessante. Faz dois anos e pouco que não paro muito em casa. Me ateno mais às necessidades fora da família, fora do Assentamento, da cooperativa, que é ao nível de Estado. Sou uma das pessoas sócias liberada da Cooperativa para trabalhar no MST [...] nesse sentido nós mantemos um acordo, conseguimos fazer um rodízio de liberação. Em casa a gente discute quem vai. A ida para cursos, geralmente é a cooperativa ou o Movimento quem indica. A gente discute internamente e vai (mulher, 43, entrevista n. 7).

Nas famílias não-cooperadas, não integradas à cooperativa, a decisão de participar de cursos de qualificação, ou em manifestações é diversificada. A partir dos relatos das famílias percebe-se que muitas demandas surgem das reuniões mensais dos assentados com os representantes da Regional do MST. A decisão é levada para dentro de casa e geralmente tomada em conjunto. Expressões como “a gente sempre conversa antes”, “em tudo é tomado uma decisão os três juntos” [pai, mãe e filhos] revelam que a tomada de decisão tende a ser conjunta para a participação de cursos ou de manifestações maiores. Como na cooperativa, também nas famílias não-cooperadas são observadas as habilidades, aptidões e a vontade pessoal para a participação. Um pouco disto revela a fala que segue:

Para a participação em cursos decidimos juntos, em casa. Cursos de Agro-indústria, que é mais pra mulher, vai a mulher. Já para cursos de gado leiteiro, de inseminação, de pastagens, que no programa tinha partes mais pesadas, foi decidido que eu participasse (homem, 39, entrevista n. 5).

Ou essa outra fala:

Quando o curso vem, vem de acordo com a necessidade de fazer o curso. Daí a gente vê aquele que está mais preparado para fazer o curso, tipo este sobre o leite, ela quem lida mais com o leite, daí ela foi (homem, 58, entrevista n. 2).

As incidências da frase “a gente sempre conversa antes para tomar uma decisão”, expressa o que ocorre na tomada de decisões mais significativas para a administração dos bens e negócios nas famílias constituídas antes dos acampamentos. Embora o homem é quem mais execute as negociações, ele consulta a mulher para negociar. Quase todas as famílias revelaram que ‘os recursos são poucos’, que ‘o dinheiro é escasso e controlado’, que ‘a renda é pequena’, etc. Esses fatores impõem uma tomada de decisão conjunta, forçam um planejamento de onde e como gastar o dinheiro para evitar desperdícios, como atesta este assentado:

A gente economiza muito o pouco dinheiro que se tem, porque hoje é difícil fazer dinheiro na produção agrícola [...] o dinheiro a gente administra junto para as compras, a gente se previne para não gastar demais (homem, 49, entrevista n. 7).

Com pouco dinheiro e muitas dificuldades de fazer a terra render, a vida na agricultura fica muito difícil. Deve-se evitar o esbanjamento, o supérfluo, o desnecessário, para isso faz-se necessário a tomada de decisão conjunta e de planejamento.

3.2. 2. Famílias constituídas depois do acampamento

Das quatorze famílias entrevistadas cinco se constituíram durante o período de acampamento ou depois deles nos Assentamentos, no decorrer da década de noventa. Portanto, não têm mais de dez anos de constituição familiar. São famílias com poucos filhos (média 1,83 filho/família na época da pesquisa) e menores de dez anos. Embora estes filhos menores participam de algumas atividades domésticas, como se viu anteriormente, não fazem parte do processo de decisão. Este fica restrito aos pais. A seguir, facetas do cotidiano do processo de tomada de decisões nas famílias constituídas após o ingresso nos acampamentos.

3.2.2.1 Planejando os trabalhos

A tomada de decisões para os trabalhos domésticos nas cinco famílias constituídas depois dos acampamentos ficou pouco visível nas entrevistas realizadas. Quando as perguntas eram orientadas à tomada de decisões dos trabalhos domésticos, as respostas se espraiavam nos outros trabalhos e nos negócios. Os dados coletados não permitem uma descrição detalhada do processo de tomada das decisões para os trabalhos domésticos, mas auxiliam na percepção da tendência dessas famílias recentemente constituídas. Partindo dos relatos da participação dos cônjuges nos trabalhos domésticos, destaca-se o predomínio da mulher na execução dos trabalhos domésticos, como nas famílias constituídas antes dos acampamentos. Assim se expressaram nas falas: “as atividades gerais, as tarefas de dentro da casa sou eu quem faço” (mulher, 26, entrevista n. 8). Ou ainda: “dentro de casa faço tudo, faço todos os serviços” (mulher 31, entrevista n. 12), “claro, durante o dia eu faço, de noite, quanto ele pode, ele me ajuda, quando ele pode, ele me ajuda” (mulher, 28, entrevista n. 13). A centralidade dos trabalhos domésticos está na mulher, o homem ajuda, quando pode. Disso decorre a tomada de decisões para os trabalhos domésticos que também está centrada na mulher. A ajuda do homem nos trabalhos domésticos, além de ser esporádico não é sem resistência, como revela a fala que segue. “Ele não gosta, mas faz” (mulher, 26, entrevista n. 8). E tem um trabalho que os homens não fazem: lavar a roupa. Parece ser este um trabalho exclusivamente da mulher e da máquina de lavar. O homem toma a decisão de não lavar a roupa, à mulher não resta outra alternativa se não a de lavar a roupa ou implorar pela aquisição de uma máquina de lavar roupas.

Nas cinco famílias entrevistadas e que se constituíram depois dos acampamentos a centralidade dos trabalhos agrícolas está no homem, como é nas famílias constituídas antes do acampamento. Em duas famílias a mulher trabalha junto ao homem em praticamente todos os trabalhos agrícolas. Nas outras três famílias a mulher se ocupa dos trabalhos domésticos e, na necessidade, trabalha na lavoura com o marido. Todas, porém, fazem a ordenha, que parece ser outro serviço, como o de lavar roupa, exclusivo da mulher. Se nos trabalhos domésticos o homem ajuda a mulher, aqui nos trabalhos agrícolas a mulher é quem ajuda o homem.

Por outro lado, a tomada de decisões para os trabalhos agrícolas é compartilhada entre o casal. Antes de executar um trabalho agrícola de maior porte os cônjuges conversam e decidem o que consideram melhor. A decisão de onde e o que produzir é compartilhada entre os cônjuges. É o que revela as falas que seguem: “Eu dou idéias no que podemos e não podemos investir” (mulher, 22, entrevista n. 3); “Eu não faço muitas coisas sem o consentimento dela” (homem, 30, entrevista n. 4); “Eu não faço nada sem perguntar para ela e nem ela, se não a gente vai saindo um pouco daquilo que nós nos comprometemos” (homem, 41, entrevista n. 13). O diálogo do casal que segue é ainda mais revelador:

[mulher] A gente conversa! Esse ano vamos fazer assim! A gente pensou em plantar lá embaixo, numa terra bem boa que tem lá, são 4 hectares. A gente pensou em plantar lá e criar os animais aqui em cima perto da casa onde a gente fez uns pedaços de pastagens.

[homem] É isso! A gente vai vendo qual o local mais adequado para plantar. Lá longe para ter o gado é ruim! Então a gente planta o milho lá e cuida do gado aqui perto.

[mulher] Foi combinado muito isso aí! A gente plantava aqui!. Nesse tempo eu não estava trabalhando em casa, eu arrumei um serviço aqui perto [como doméstica] por que eu não podia trabalhar na lavoura. Então eu disse vou trabalhar para ajudar. Foram quatro meses. Depois eu voltei e achamos melhor assim. E foi melhor mesmo!

[homem] Nós também já tínhamos conversado para plantar, adubar, porque não basta só colocar a semente na terra, tem que dar adubação para ela (entrevista n. 13).

Alguns termos do diálogo revelam a decisão em conjunto para a produção agrícola. As expressões “a gente conversa”, “a gente vai vendo qual o local mais adequado”, “foi combinado muito isso aí” denotam que a decisão não é individual, um procura saber a opinião do outro para investir na produção. Esse diálogo indica a tendência da tomada de decisões das famílias constituídas após o acampamento. Revela alguns desafios assumidos por famílias vindas de outras regiões e culturas e tentam acertar numa nova realidade. Aí é melhor decidir juntos que arriscar sozinho. A nova experiência de ter a terra por si só requer diálogo para organizar a produção porque antes de ter a terra as decisões eram determinadas pelos donos das terras.

Entre as cinco famílias constituídas após o acampamento há um caso específico de uma família integrada à cooperativa – COOPAVA. A decisão do que plantar e onde plantar não é feita na família e sim na cooperativa concebida como

“uma grande família”. As deliberações da cooperativa são assimiladas e aceitas por seus membros que participam nos núcleos, como revela a fala que segue:

A decisão de produzir é feita dentro da cooperativa. Nela participam mais de cinquenta sócios. Lá, numa assembléia, tanto os homens, como as mulheres e os jovens têm o mesmo peso. Já aconteceram casos que numa decisão, de uma família uma pessoa votar numa posição e outra noutra. Mas o que é assumido é o que a maioria decide [...] A cooperativa é uma grande família e se organiza em várias instâncias. Tem a assembléia, onde todos participam. Antes disso, todas as decisões passam pelas discussões dos núcleos, neles há uma discussão prévia de produção, de investimento, formas de lazer. Tudo passa pelos núcleos primeiro (homem, 34, entrevista n. 8).

Das vinte e oito famílias cooperadas, treze se constituíram após o tempo de acampamento e estão integradas nos diversos núcleos da cooperativa.

A tomada de decisão para os trabalhos agrícolas está próxima e estreitamente relacionada com a tomada de decisão para a administração dos bens patrimoniais e dos negócios familiares. Tanto uma quanto a outra exige investimentos de recursos financeiros e como estes são poucos requerem maior cuidado no momento da decisão para evitar de correr riscos de perder.

3.2.2.2. Sobre os bens culturais e patrimoniais

Das cinco famílias constituídas após o acampamento duas têm intensa participação do casal em encontros formativos e em cursos de qualificação pessoal. Os cônjuges exercem posições de liderança nos Assentamentos. Buscam mais conhecimento e qualificação. Uma destas famílias está integrada à cooperativa. A assembléia delibera a participação de membros para encontros formativos ou manifestações públicas. Como o casal participa da cooperativa a decisão da cooperativa é acatada pelos dois. Mas há também algumas ressalvas feitas pelas famílias cooperadas e aceitas pelos membros da cooperativa, conforme a fala que segue:

Tem atividades de ficar mais tempo fora de casa. Essas têm mais tempo de discutir e decidir a partir de dentro de casa [...] há uma deliberação da cooperativa e a gente aceita tendo condições de outra pessoa cuidar da casa, os filhos e de outras atividades [...] a gente conversa em casa e decide posteriormente (homem, 34, entrevista n. 8).

Assim, como as famílias respeitam e acatam as deliberações da cooperativa esta, por sua vez, também respeita e acata as decisões dos membros familiares. Numa outra família, como os cônjuges são líderes do Assentamento e do MST, os

dois participam juntos das reuniões e buscam conhecimentos ligados à posição de liderança que exercem. Nas outras três famílias a decisão de participar em cursos de qualificação se limita aos homens e nas reuniões mensais do MST onde são estudadas cartilhas.

Participamos das reuniões do MST, todo o mês. Tem alguma extraordinária. As reuniões acontecem nas casas. A participação é só minha (homem, 31, entrevista n. 13).

As famílias constituídas depois do tempo de acampamento iniciaram, de uma só vez, a vivência de duas novas realidades: a da vida conjugal e a dos Assentamentos. Os desafios da vida conjugal se equiparam aos dos demais casais que se constituem nas diversas sociedades. O diferencial está na condição de assentados e num local culturalmente distinto do precedente onde permanecem os parentes. Organizar a vida familiar neste condicionado pelo assentamento é tarefa ainda mais desafiadora. As novidades, a necessidade de sociabilidade e as próprias dificuldades contribuem para que as decisões sejam tomadas em conjunto, minimizando os riscos e maximizando as possibilidades, principalmente as decisões que se referem aos investimentos e à administração dos bens familiares.

A tomada de decisões para a administração dos bens familiares é semelhante à tomada de decisões para os trabalhos agrícolas. Convém ressaltar algumas particularidades ligadas aos negócios de compra de alimentos, de móveis e eletrodomésticos e à administração dos bens patrimoniais que estão além da agricultura e fazem parte do orçamento familiar. A partir dos relatos dos entrevistados constatou-se que nas cinco famílias ambos os cônjuges participam intensivamente das decisões referentes à administração dos bens patrimoniais. Nessas famílias é comum fazer orçamentos de um ou dois meses e 'listinhas de compras' a fim de, em conjunto, controlar o dinheiro e adquirir somente o necessário, sem esbanjamentos. As falas que seguem revelam essas práticas:

Na renda o investimento é conjunto. Eu não faço um investimento sem falar com ela, por causa que somos uma família. Eu, que faço mais os negócios, não faço muitas coisas sem o consentimento dela (homem, 30, entrevista n. 4).

No mesmo sentido segue outro homem:

a gente faz um orçamento, senta, se necessário, para ver o que dá para comprar à vista ou no crediário [...] Eu não faço nada sem perguntar para ela [...] sempre a gente pega e vê lá no orçamento o que é possível fazer [...] Eu

sempre sou da idéia de comprar o que precisa, sem se estourar em crediários (homem, 31, entrevista n. 12).

Em duas famílias, apesar dos orçamentos, das “listinhas” de compras, das combinações e das conversas prévias entre os cônjuges, a administração dos bens está centrada no homem. As próprias mulheres revelaram essa prática:

[...] o lado das finanças é mais com ele. Eu dou idéias! [...] É ele quem toma a decisão! Por mim, o que ele decidir tá bom! (mulher, 22, entrevista n. 3).

No mesmo sentido segue outra mulher, mãe de quatro filhos:

Ele é quem gasta! Eu não uso o dinheiro, é muito difícil de ele me dar dinheiro, ele mantém o controle do dinheiro (mulher, 28, entrevista n. 13).

A prática de decidir conjuntamente onde e como investir não elimina a concentração e controle do dinheiro por um dos cônjuges, no caso, o homem. Essa prática revela poder e dominação masculina e controle, não somente do dinheiro, mas também da própria companheira. Dessas cinco famílias constituídas após o tempo de acampamento uma revelou ter um “caixa comum” onde depositam e retiram o dinheiro conforme a necessidade e sob o controle de ambos. Nas outras quatro, o dinheiro fica concentrado nas mãos – ou no bolso – do homem e é ele quem administra. O homem administra como se o dinheiro fosse só dele. A expressão da mulher acima revela essa situação quando diz: “é muito difícil ele me dar dinheiro”. A própria mulher assume a subalternidade em relação ao homem dentro de casa achando que ele tem de ‘dar’ dinheiro a ela.

CAPÍTULO IV

AMBIGÜIDADES E PARADOXOS DA DEMOCRATIZAÇÃO

Este capítulo analisa aspectos das famílias assentadas acerca da democratização e dos paradoxos nas relações familiares. Eles foram revelados nas entrevistas realizadas na pesquisa de campo e nos contatos com os assentados. Os aspectos agregaram-se às famílias na trajetória de luta pela terra nos acampamentos e nos Assentamentos. Eles são contributos e indicativos das particularidades significativas das famílias assentadas, principalmente os referentes ao poder e à democratização. Eles revelam ambigüidades nas relações familiares redefinidas e paradoxos no processo de modernização.

O primeiro aspecto significativo que caracteriza a família assentada é o da articulação sócio-política, aqui considerada desde a relação de vizinhança até as mobilizações públicas. As famílias sem terra ao ingressarem na luta pela terra tende superar a atomização em que viviam e assumir a articulação sócio-política, expressando-a no seu cotidiano. A relação entre vizinhos, o contato com os parentes, o uso dos espaços comuns nos Assentamentos (centros comunitários, comunidade religiosa, sede da cooperativa) favorece o exercício da cidadania, como categoria de transformação social (Gohn, 1997, 265), e o suprimento das necessidades humanas e sociais,⁶⁹ como a da religiosidade e a do cultivo do lazer.

As ações dos grupos mediadores (técnicos, profissionais e agentes de pastoral) nos Assentamentos e, em contrapartida, a participação dos assentados nas mobilizações públicas, produzem transformações significativas nas relações dos membros familiares, além da politização. Nas famílias, cujos membros participam das articulações sócio-políticas e/ou dos movimentos sociais, as relações tende ser

⁶⁹ Potyara PEREIRA, *Necessidades Humanas: subsídio à crítica dos mínimos sociais*, p. 19. Nesta obra a autora utiliza os termos *necessidades humana* e *necessidades sociais* como sinônimos justificando que neles não se concebe o aspecto humano dissociado do social.

mais equilibradas que naquelas onde não há participação. A articulação sócio-política, portanto, faz a diferença e contribui para a redefinição das relações familiares.

O segundo aspecto refere-se aos conteúdos significativos do processo de democratização das relações intrafamiliares, com ambigüidades e paradoxos. Fatores como o planejamento da produção e do trabalho no lote de terra conquistado, as decisões e as atividades partilhadas no espaço familiar, em parte explicam as transformações específicas nas famílias assentadas. As relações de gênero e intergeracional também congregam fatores interferentes nas relações dos membros familiares no espaço sócio-cultural constituído pelo Assentamento. A trajetória de luta pela terra, pelos relatos dos agricultores entrevistados, contribuiu significativamente e acarretou em mudanças na relação entre os pais (a mulher passa a ser chamada de “companheira”) e com os filhos, principalmente no aspecto educativo. Os filhos também são companheiros nas relações familiares e nas lutas sócio-políticas.

O terceiro aspecto característico e significativo da família nos Assentamentos envolve-se de paradoxos e refere-se ao cultivo, individual e familiar, de discursos e de práticas voltados para o futuro, tendo por base a sociedade moderna e seus instrumentos. Isso não quer dizer que ela rompeu definitivamente com as tradições do passado. A família assentada absorve ‘sintomas’ (Baudrillard) da Modernidade sem ser absorvida inteiramente por ela. A resistência frente a fatores modernizantes também é sinal de superação do modelo agrícola e social sob “a opressão capitalista”, como sugere Carvalho (2002)⁷⁰ e um salto para a vivência concomitantemente de aspectos pós-modernos. Neste sentido cabe a pergunta: nos Assentamentos está se constituindo uma nova família ou uma família modernizada? Talvez nenhuma resposta satisfaz a esta pergunta, mas, sem dúvidas, ela coloca em cena uma parcela de famílias que era sem terra e assumiu um novo lugar na sociedade, num espaço constituído pelo Assentamento, que revela ambigüidades e paradoxos daí decorrentes.

⁷⁰ Horácio M. de CARVALHO, *Comunidades de Resistência e de Superação*, p. 7-8. O autor sugere Comunidades de Resistência e Superação (CRS) como alternativas para “retenção de um possível excedente (sobretalho) a ser gerado no seu processo de trabalho ... sugere mudanças nas concepções e práticas para a reprodução dos seus meios de vida e os de trabalho”.

Cada aspecto é confrontado com os relatos dos próprios agricultores e com conceitos e teorias disseminados em várias áreas científicas e acadêmicas. O confronto contribui para um entendimento das transformações nas relações familiares de assentados e para além deles. Afinal, as famílias assentadas tiveram experiência da luta pela terra que contribuiu significativamente para que houvesse transformações no seu espaço privado, mas outras famílias também contemplam semelhantes transformações sem ter passado por acampamentos ou Assentamentos. O Movimento e a luta pela terra apresentam-se como canais que oportunizam às famílias sem terra ingressarem no processo de modernização e de transformação das relações intra e interfamiliares.

4.1 A articulação sócio-política

4.1.1 O “parente mais próximo”

O primeiro aspecto constitutivo da articulação sócio-política é a relação entre vizinhos, entre pessoas que moram próximas e num mesmo Assentamento. Aí os membros familiares exercitam a ‘política da boa vizinhança’. Nela, as pessoas se conhecem e optam pelo ‘respeito e convivência’ como estratégias de unidade, de permanência no grupo e de segurança. Evitam as fofocas (‘conversas’), as intrigas, e primam pela relação de vizinhança, como considera a mulher na fala que segue:

Eu acho que uma família no Assentamento tem de respeitar os outros e não fazer conta de muitas conversas. Às vezes vem uma conversa que tu te esquenta, dê as costas! As pessoas nem sempre estão de acorde em conversar, se ofendem! Então, temos de respeitar os outros prá ter um vida melhor (entrevista n. 10).

Apesar de todo o esforço neste sentido, sempre ocorrem conflitos entre familiares, facilmente superáveis, e também entre vizinhos. Estes, de difícil administração, geralmente são superados pelo tempo ou sob intervenção direta dos mediadores.

A proximidade espacial revela a identidade e a alteridade dos membros familiares. A identidade também revela a ‘subjetividade coletiva’ do grupo de assentados; formada de pessoas assentadas com suas famílias e mesma trajetória de luta pela terra. A relação entre famílias vizinhas se dá, portanto, entre “outros”,

resguardando a alteridade de cada membro familiar em particular – pai, mãe, filho, filha, homem ou mulher – e entre pessoas identificadas coletivamente numa mesma causa. A relação de alteridade com o “outro” enquanto “outro” rompe as relações totalitárias e de superioridade, característica relação de patronagem, criando, assim, uma relação horizontal entre pares.

O vizinho, em muitos casos, era um estranho que por força das circunstâncias precisou se desvelar, se dar a conhecer, deixar-se ser comparado e incluído num grupo. A proximidade espacial e os contatos freqüentes desvelam cada membro familiar. Na visão psicanalista, o ‘outro’ pode ser o *ego*, como descobriu Freud no complexo de Édipo, descentrando o sujeito. Ou, como diz Rimbaud, o “Eu é um outro” (*apud* Augé, 1999, p. 61). Há uma identificação, portanto, de cada pessoa no outro formando uma ‘subjetividade coletiva’.⁷¹ Talvez seja por isso que os assentados entrevistados revelaram que o vizinho é, para eles, o ‘parente mais próximo’, ou “os vizinhos são como a minha família”, revelou uma mulher, “são mais que parentes da gente”, como revelou outro. Cada um identifica-se no outro e com ele mantém a relação de alteridade. A horizontalidade nas relações de vizinhança prevalece sobre a verticalidade.

O vizinho é o ‘parente mais próximo’ para os assentados porque suas famílias, ao se deslocarem de uma região para outra em busca da terra, deixaram para trás não só um espaço físico, mas também um espaço psicossocial composto por parentes, pertences, pessoas queridas e familiares que lhes eram próximos física e afetivamente. Os Assentamentos constituem um novo espaço onde são articuladas novas relações de vizinhança. Há casos de famílias que eram vizinhas quando viviam sem a terra e foram juntas acampar. No acampamento permaneceram no mesmo núcleo, repartindo o mesmo barraco de lona preta. Juntas, resistiram às adversidades dos acampamentos. Agora, assentadas próximas, vizinhas, este conluio transforma-se em resistência e superação das dificuldades.

⁷¹ A subjetividade coletiva, conforme Domingues (1999), é “compartilhada pelos sistemas sociais, e não pelos naturais, e afasta, imperiosamente, o modelo de subjetividade individual surgido com a Ilustração e as reformas protestantes”, ela vai contra o ‘ego’ centrado, isolado e ‘fortemente delimitado ante outros egos’. As subjetvidades coletivas exercem sua causalidade coletiva ao interagirem com outras coletividades e não se deve supor que ‘todas as subjetvidades coletivas sejam delimitadas de outras coletividades’” (p. 27-28).

Nos acampamentos, os grupos ou núcleos geralmente são formados por famílias que já viviam próximas uma das outras; ou de parentes. Quando possível, esses grupos prosseguem na hora do assentamento. Devido à grande demanda por terra, a maioria das famílias passa a ter novos vizinhos nos Assentamentos. Da situação efêmera, de 'não-lugar' (Augè) dos acampamentos, a família assume um 'lugar' definitivo no assentamento onde a coesão e a organização se consolidam no ordenamento do novo espaço constituído de vizinhos, de amigos e de companheiros. Com estas características os vizinhos assumem o lugar dos parentes distantes.

Para muitos entrevistados, o Assentamento, como um todo, é uma 'grande família'. Geralmente os vizinhos, além de serem reconhecidos parentes em muitos casos, por efetivação de laços novos, como o casamento entre seus membros, tornam-se partes integrantes de fato do núcleo familiar.

Essa situação encontra-se nos Assentamentos que constitui a unidade de análise deste estudo. A proximidade das casas e o parentesco solidificam a solidariedade e a mútua-ajuda entre as famílias, interferindo nas relações intrafamiliares, pois o acesso às casas fica mais freqüente por meio de visitas onde os vizinhos sentem-se 'em casa' na casa do outro. Quando algum membro da família adocece, viaja, vai à cidade ou participa de alguma manifestação pública seu patrimônio familiar é resguardado, as tarefas e o acompanhamento das crianças são executados pelos vizinhos. Quando essas situações ocorrem entre famílias associadas na cooperativa, o atendimento aos vizinhos é previsto pelo grupo.

Danda Prado (1982) ao apontar algumas perspectivas sobre o futuro da instituição familiar previa:

Um dos objetivos na evolução da instituição familiar seria transformá-la numa célula mais aberta para o exterior e capaz de partilhar com outras famílias uma parte das tarefas domésticas e educativas [...] existiria a tentativa de revitalizar certas funções familiares baseadas na solidariedade da vizinhança (1982, p. 25).

Essa situação de vizinhança nos Assentamentos, por si só, questiona a afirmação de Guattari de que na atualidade "as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão [...]" (2001, p. 7). Como as famílias assentadas se retiraram do meio de seus parentes do local de origem e se

distanciaram geográfica e culturalmente de seu antigo mundo social, agora, no Assentamento, o vizinho ganha outra dimensão. Ele passa a ser um companheiro, um amigo, um compadre e, às vezes, um integrante do mesmo núcleo familiar. A afirmação de Guattari é pertinente às situações dos grandes centros urbanos, onde nos condomínios já não se cultivam relações de vizinhança e poucos se conhecem. Nos centros urbanos, quando uma família se ausenta, fica em casa um aparato de segurança, como guardas, cães, alarmes, grades, filmadoras, na tentativa de manter o patrimônio protegido. As circunstâncias dos Assentamentos rurais revelam-se inversa, como se viu acima.

A incidência em que os vizinhos assentados também sejam parentes consangüíneos são raras. Quando isso ocorre, a tendência é a familiaridade se intensificar e as relações de vizinhança se imbricarem com as relações familiares. Das quatorze famílias estudadas somente num caso o vizinho também é parente consangüíneo. Os pais são vizinhos da filha casada que mora no lote ao lado. A alegria e o entusiasmo tomaram conta da mãe, durante a entrevista, ao relatar o fato da filha, do genro e da neta morarem de um lado de sua casa e, do outro, velhos vizinhos desde o período anterior ao acampamento que inclusive são compadres. Assim ela se expressou:

Graças a Deus a gente se dá bem com os vizinhos. Não tenho parentes aqui, para mim o vizinho é como parente. O compadre é meu vizinho desde antes do acampamento, lá fora nós morava bem pertinho. Os homens foram acampar e eu e a comadre ficamos sozinhas com as crianças. Nós conversávamos toda semana, daí, fomos juntos pro acampamento. Rolamos prá lá e prá cá e não é que caímos no mesmo núcleo e viemos morar bem pertinho aqui no Assentamento e somos compadres duas vezes. A filha mora bem perto, já é um prazer a mais para mim porque os parentes de longe costumam a vim ver a gente (mulher, 41, entrevista n. 9).

É importante ressaltar que neste caso existem três ou quatro situações significativas nas relações interfamiliares que, por sua vez, interferem nas relações intrafamiliares. A primeira é a de vizinhança. Apesar dos sorteios que o MST faz para o assentamento das famílias nos lotes, vizinhos de outrora permanecem no Assentamento. A segunda é a de compadrio. O vizinho, além de morar próximo, também é compadre. Pelo compadrio se estabelecem relações diádicas horizontais,

diferentes das relações verticais de patronagem.⁷² A terceira é a situação da relação familiar consangüínea, no caso da citação acima, com a filha vizinha. Além destas existe outra situação, a de ‘companheiros’ de luta gerada pelo fato de juntos conquistarem a terra, ‘repartirem o pão, a lona’ e partilharem o mesmo espaço nos acampamentos e no Assentamento.

O fato de os parentes consangüíneos morarem longe e quase não se visitarem decorre, pelo menos, de duas situações: das dificuldades econômicas e do entendimento político da luta pela terra. As dificuldades econômicas enfrentadas pelos parentes não permitem que eles vençam longas distâncias, que demandem de tempo e dinheiro para visitar com freqüência os parentes assentados na região Sul do Estado, visto que os parentes moram na região Norte. Quanto à situação política, os parentes que permanecem distantes e não concordam com a luta pela terra organizada pelo MST preferem distância. O relato de uma família assentada é pertinente neste sentido:

As relações com os parentes, com aqueles parentes que não participam da luta pela terra e Reforma Agrária, de certa forma trazem dificuldades em termos motivos para conversar aqui em casa. Às vezes, quando alguém deles vem, as conversas não vão além de ‘como vão os parentes, fulano de tal’, ou fica-se comentando a respeito do tempo, se choveu ou se não choveu (homem, 35, entrevista n. 6).

Essas dificuldades advêm do fato de que a realidade nos Assentamentos é diferente daquela fora dele. Os parentes que não participam da luta pela terra não sabem o que se passa nos acampamentos e nos Assentamentos e, para evitar conflitos e discussões, nem ousam perguntar. A luta pela terra não os interessa. O que interessa é o cultivo das relações familiares remanescentes do passado. Para garanti-lo, evita-se falar da luta pela terra e do dia-a-dia do Assentamento.

Nesses encontros de parentes que se distanciaram geográfica e ideologicamente⁷³ manifestam resistências e necessidades. O parente não-assentado resiste em conhecer e comentar os aspectos que envolvem as famílias assentadas, mas manifesta a necessidade de comentar e de cultivar relações

⁷² Ellen WOORTMANN, *Herdeiros, parentes e compadres, passim*. Nesta obra a autora tem aprofundado as relações de parentesco, compadrio e patronagem, ressaltando as diferentes correntes e autores antropológicos que trabalham essas questões.

⁷³ Maria da Glória GOHN, *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*, página 258. Para Gohn, ideologia “corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam as reivindicações de um movimento”.

familiares oriundas da linha ancestral ascendente. Os assentados, por sua vez, abrem-se mais aos aspectos da luta pela terra que aos assuntos relacionados aos ancestrais familiares. Os parentes integrados à luta pela terra conseguem aglutinar os dois aspectos. Desta situação resultam novas relações de vizinhança; mais fortes que as relações de parentesco e, às vezes, conflitos entre parentes. Tudo isto é resultante da luta pela terra que gera um novo espaço geográfico, constituído pelo Assentamento, e novas concepções da realidade social e familiar.

Considerando as dificuldades econômicas e políticas, a ocorrência de visitas de parentes dos assentados, ainda que raras, revela que os laços familiares de sangue, estão acima de outras questões. Como confirmou uma mulher assentada: “em primeiro lugar a família, depois o Movimento, a cooperativa” (entrevista n. 07). Também revela o quanto são importantes as experiências familiares vivenciadas antes dos acampamentos. Elas são reavivadas nos momentos das visitas. Como revelou um assentado, “o debate da vida presente, do dia-a-dia, do cotidiano nos Assentamentos, sobre isso não tem como conversar com os parentes” (entrevista n. 6). Para salvaguardar a família evita-se conversar sobre o que gera conflitos. Em família, cada um sabe qual tema abordar ou não, para evitar conflitos e garantir as ‘boas’ relações familiares; elas são estrategicamente garantidas em vista da unidade.

Desta situação ressalta-se outro aspecto: nos membros familiares assentados revela-se um paradoxo entre vizinhos e parentes. Os vizinhos são mais próximos, física, política e ideologicamente do que os parentes. Eles são amigos e companheiros de luta e assumem o lugar dos parentes no dia-a-dia do Assentamento. Na relação paradoxal entre vizinhos e parentes, às vezes os vizinhos se sobressaem, pois com eles firmam-se nas relações de companheirismo e de amizade num movimento social e, outras vezes, os parentes se sobressaem, dependendo de fatores, como a origem sócio-cultural, o pertencimento a grupos e as posições nele ocupadas, entre outros.

Esses dados revelam a quebra da lógica de agrupamentos de parentesco que existiam na pré-modernidade, e o deslocamento da família para os grupos e organizações coletivas externando, assim, a solidariedade articulada social e politicamente.

4.1.2. A solidariedade

Neste estudo a solidariedade abarca, em sentido amplo, as relações interfamiliares que se dão nos espaços comuns dos Assentamentos (centro comunitário, comunidade religiosa, sede da cooperativa e quadras de esportes) e, em sentido restrito, as relações dos associados à cooperativa - COOPAVA. Ela perpassa, fundamentalmente, os espaços comunitários onde as pessoas se socializam e satisfazem suas necessidades como: a religiosa, a lúdica, de produção agrícola e de convivência social. A solidariedade relaciona-se com o espaço doméstico, onde se dão as relações intrafamiliares, a privacidade e a intimidade.

Pretere-se aqui o uso do termo 'esfera', difundido pelos frankfurtianos, e emprega-se o termo espaço, para sinalizar que, embora hajam delimitações entre os espaços comuns – públicos – e o espaço doméstico – privado – as relações interfamiliares nos espaços comunitários suplanta o isolamento que o termo 'esfera' conota. O que é da família não se restringe ao espaço doméstico, reflete no espaço público, assim como o que ocorre no espaço público reflete no espaço privado.

Cotidianamente, os membros familiares relacionam-se no espaço doméstico garantindo a privacidade e a intimidade na unidade familiar. Ordinária ou esporadicamente se encontram em espaços comuns em relações interfamiliares públicas.

Numa escala de relação de proximidade e de freqüência das relações sociais primeiro está o vizinho, depois os grupos organizados nos Assentamentos, de diversas índoles (religiosa, recreativa, de trabalho, etc), seguem as instituições e, por fim, a sociedade em geral. Todos esses espaços, na medida em que os membros familiares neles participam, interferem nas relações intrafamiliares. Muito do que se passa no conjunto da sociedade também ocorre no interior da família mediante a introdução nela feita por algum membro familiar.

No espaço doméstico a família cultiva aspectos identitários da privacidade e da intimidade, que sofreram significativas transformações nas últimas décadas, como registrou Giddens (1993). Nos espaços públicos ela amanha aspectos relacionados à cidadania; preocupada com o processo de mudança social. Nesse sentido, cidadania situa-se como uma categoria de luta dos movimentos sociais

(Gohn, 1997, p. 265) que almejam a transformação social e a garantia dos direitos individuais e sociais. A família reivindica isso tanto na igreja, como no centro comunitário, na cooperativa ou no grupo de futebol. As diferentes relações revelam diferentes reivindicações, e vice versa, seja no espaço de convivência, como é o da família, bem como em outros espaços além do privado.

Nos três Assentamentos pesquisados que formam a base empírica das famílias estudadas existem comunidades religiosas organizadas. Nelas, pelo menos uma vez por mês as famílias se encontram para rezar na presença do padre ou do pastor. Em outros encontros, mensais ou semanais, os membros familiares se encontram na comunidade, sem a presença do padre ou do pastor, para rezar, entoar hinos, fazer festas ou, no caso as crianças, para a catequese; aonde aprendem a doutrina cristã.

A comunidade religiosa é um dos aspectos fundamentais na vida das famílias assentadas. Veja, a seguir, o que revelou um agente religioso quanto a este aspecto:

A primeira coisa que os assentados pediram quanto chegaram aqui foi a presença da igreja. Inicialmente fizeram celebrações da Palavra [sem padre]. As missas eram celebradas aonde podiam se reunir, às vezes, como aconteceu, até debaixo de laranjeiras. Com o tempo foram organizando as comunidades. Atualmente todos os Assentamentos têm comunidade ou centro comunitário onde as pessoas se reúnem para as celebrações (Ir. Mariza, entrevista exploratória n. 02).

Mesmo com altos e baixos, como revelou um assentado, a igreja é um referencial para a maioria das famílias assentadas e favorece o cultivo das dimensões religiosa, lúdica e da solidariedade. Nas casas não é difícil encontrar, ao lado da bandeira do MST, ícones ou símbolos sagrados que alimentam o aspecto religioso. Desde as origens da luta pela terra a presença da igreja se faz sentir, não apenas pelo fato de a maioria dos assentados pertencer à igreja cristã e/ou católica, mas porque a história da luta pela terra no Brasil tem expressões messiânicas. Exemplo disso é a revolta de Canudos, no interior da Bahia, liderada pelo carismático Antonio Conselheiro.

A comunidade religiosa no Assentamento é um espaço de solidariedade onde cada um manifesta sua fé pessoal e pode participar de grupos específicos. Os grupos mais frequentes são: de famílias, de jovens, de mulheres e de crianças. Na

comunidade, além das celebrações, ocorrem momentos de lazer e de festas, como as de aniversário. Nesse espaço, em meio aos preparativos, são reveladas situações do cotidiano familiar.

Durante o ano, as famílias se reúnem várias vezes na sede da comunidade ou nas casas, nos grupos de famílias. Nesses encontros, param para ler e refletir os textos enviados às famílias, tanto pelas igrejas com pelo MST. Também ocorrem as inevitáveis ‘fococas’, tema explorado por Fonseca (2000) em outra realidade social e familiar.⁷⁴

Além do espaço doméstico, de vizinhança e da comunidade religiosa há, nos Assentamentos, espaços comuns de lazer, as quadras esportivas e os centros comunitários onde as famílias se encontram. Os espaços comuns, além de favorecer as relações interfamiliares propiciam expressões de situações vivenciadas no espaço familiar. Espontaneamente são retomados fatos ocorridos na trajetória da luta pela terra, alguns encenados, outros galanteados pelos próprios atores. Esses espaços comuns privilegiam a solidariedade entre homens, mulheres, jovens e crianças e primam pela memória oral dos fatos. Neles, também é contemplada a dimensão lúdica das relações humanas.

Quanto ao aspecto da dimensão lúdica há uma deficiência registrada nos Assentamentos: a falta de lazer para as mulheres, como algumas delas relataram. As mulheres se dedicam mais aos trabalhos que ao lazer. Isso reproduz a milenar dominação masculina (Bourdieu, 1997). Nesse sentido foi significativa e reveladora a fala de uma mulher assentada: “lazer tem para os homens, para as mulheres não tem nada, a gente participa mais nos grupos de trabalho” (mulher, entrevista n. 4). Não é somente na dimensão lúdica que isso ocorre. Em geral, a mulher assentada está limitada à sua família e ao Assentamento. O homem tem presença dentro, mas bem maior que a da mulher fora do Assentamento. Desta situação resulta a notoriedade das mulheres que conseguem se liberar das lidas da casa e assumir posições em outros espaços, dentro do processo de ‘empoderamento’.

Em todos os Assentamentos há espaços comuns para o esporte, onde os homens e jovens participam; principalmente no futebol. Existem também as

'pracinhas' para as crianças brincarem (ver anexo 06, foto 06). As 'pracinhas', contemplam, ao mesmo tempo, a dimensão lúdica e a pedagógica. As brincadeiras, as palavras e as frases ornamentais ensinam e incentivam as crianças para a coletividade e a organização; reforçam a solidariedade. Talvez seja por isso que nas escolas públicas as crianças dos Assentamentos são identificadas como os “filhos do MST”, como revelou um assentado:

[...] esse aprendizado que nossos filhos tiveram conosco nos acampamentos, na vida do Assentamento e com o Movimento, mais direcionado na linha da formação política e ideológica e na defesa da vida e do próprio Movimento, ninguém tira deles. Isso já é um patrimônio. Nas escolas aonde eles estudam as professoras reconhecem isso nos nossos filhos, os 'filhos do MST', como dizem [...] 'tiram o chapéu' pelo convívio, pela criatividade e pela forma de se organizar e questionar (entrevista n. 07).

A cooperativa, por um lado, expressa a solidariedade de forma organizada e coesa e, por outro, amplia a experiência vivenciada no espaço familiar. Os associados formam uma 'grande família', pois na cooperativa são organizados e planejados os trabalhos da lavoura e o gerenciamento dos bens culturais nos grupos e nas reuniões maiores. Esta “subjetividade coletiva” (Domingues, 1999) organizada e orientada por princípios do MST e experimentada ainda nos acampamentos, interfere na tomada de decisões, na partilha dos trabalhos domésticos e na administração dos bens patrimoniais familiares. A coesão das famílias associadas manifesta-se nas relações intrafamiliares dos assentados a ponto de uma assentada expressar que “aqui em casa, nós somos uma pequena família dentro de uma grande família que é a cooperativa” (mulher, 43, entrevista n. 07). O trabalho (da lavoura, do pomar, da horta, do trato dos animais, da ordenha, da agroindústria) organizado em grupos e núcleos da cooperativa, abarca todos os membros sócios e absorve o tempo integral dos associados. Além das noites, feriados e finais de semana os membros familiares podem reivindicar outros tempos para se dedicar à família. A dedicação intensa dos familiares sócios à cooperativa expressa esse sentimento de que a “cooperativa é outra família que te ocupa sempre” e revela o desejo de “querer ver a cooperativa dar certo” (mulher, 26, entrevista n. 08). A cooperativa, embora absorva os sócios, não precede a família. Os entrevistados

⁷⁴ Cláudia FONSECA. *Etnografia de relação de gênero e violência em grupos populares, passim*. Nesta obra a autora desenvolve um estudo dos diversos sentidos atribuídos à fofoca, uma 'arma' eminentemente feminina.

foram unânimes em dizer que a família está em primeiro lugar e que tudo converge a ela. Fica subentendido que se a cooperativa prospera, também a família prospera.⁷⁵

Nos espaços privados são os membros familiares que cotidianamente, na privacidade e na intimidade, organizam e planejam suas vidas e suas atividades. A organização e o planejamento em outros espaços, como o da articulação sócio-política nos Assentamentos, contam, além dos membros familiares, com a atuação dos mediadores que atuam entre os assentados e a sociedade da qual também fazem parte. Acerca disso se ocupa o próximo ponto.

4.1.3. Os mediadores

Várias pessoas e entidades atuam, direta ou indiretamente, nos Assentamentos e, por decorrência, nas famílias assentadas: “a gente trabalha com os técnicos da EMATER”, revelou um assentado (entrevista n. 09). Cada membro familiar se deixa afetar pelos mediadores que atuam entre os assentados e a sociedade. Na posição de mediador estão os agentes sociais e religiosos, a escola, o círculo de pais e mestres, os meios de comunicação social, os comerciantes, etc. Wolf (1984) define mediadores, referindo-se ao campesinato, como aqueles que:

[...] se situam entre os camponeses e a sociedade mais ampla da qual eles fazem parte. O proprietário de terras, o comerciante, o chefe político, o sacerdote, situam-se, nas relações sociais, econômicas e políticas, na confluência entre a aldeia e as elites mais abrangentes (p. 12).

Para esta análise consideram-se os mediadores como sendo, em sentido amplo, as pessoas e entidades que atuam indiretamente nas famílias assentadas; os meios de comunicação social, a escola, os partidos políticos, os vizinhos dos Assentamentos, etc., e, em sentido estrito, os técnicos, os profissionais, os agentes de pastoral, o MST, etc, que se situam nas relações dentro dos Assentamentos. Estes são aliados articuladores do aspecto sócio-político dos assentados; eles atuam nas mais diferentes áreas humanas, técnicas e sociais; suas ações ressoam nas famílias assentadas.

A presença desses mediadores nos Assentamentos é para uma atuação como aliados e contribuintes da articulação social e política de cada membro familiar

⁷⁵ Em anexo 05 estão dois rótulos de “Produtos da Reforma Agrária” industrializados pelos sócios da COOPAVA.

assentado. Suas ações evitam o isolamento e a atomização das famílias, características dos sem-terra antes de aderirem ao Movimento. Os mediadores incentivam todos à participação e à cooperação agrícola nos diversos grupos e núcleos de trabalho. Os mediadores situam-se na posição entre os assentados e a sociedade e mantêm os assentados informados, o quanto possível, acerca dos acontecimentos sociais e políticos que se referem à vida nos Assentamentos. Neles, os assentados depositam confiabilidade, como revelou um homem na fala que segue:

Eu participo sempre das reuniões mensais do MST, porque a gente entrou no MST e participa prá pegar as informações certas (entrevista n. 09).

Várias são as entidades atuantes nos Assentamentos, desde as de índole religiosa, dos movimentos sociais, até as governamentais, por meio de técnicos, profissionais e agentes de pastoral. A presença dos meios de comunicação social, principalmente o rádio e a televisão, também age sobre as famílias transmitindo informações e valores sócio-culturais e ideológicos. Nem sempre as informações e valores transmitidos pelos meios de comunicação condiz com aqueles portados por outros mediadores situados dentro dos Assentamentos. Os diferentes interesses políticos e ideológicos, às vezes se chocam; principalmente os referentes a terra e a Reforma Agrária.

A atuação dos mediadores é no sentido de manter, fundamentalmente, a coesão e a organização⁷⁶ nos Assentamentos, a fim de qualificar e aumentar a produção, a comercialização e as condições de vida das famílias. Os mediadores promovem cursos, encontros, práticas de campo e reuniões no dia-a-dia dos assentados. Não há interferência direta dos mediadores no espaço familiar dos assentados, eles atuam no conjunto do Assentamento e nos grupos específicos (produção, comercialização, homens, mulheres, jovens). Os assuntos tratados no conjunto do Assentamento, da cooperativa ou dos grupos repercutem no espaço familiar provocando alterações nas relações. Um exemplo disto é o relato de um homem a respeito da partilha dos trabalhos domésticos:

⁷⁶ Maria da Glória GOHN, Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos, página 259. Para autora organização pode ser formal ou informal. “Com o tempo a necessidade de formalização da organização se impõe, com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempo de mandato, etc.[...] organização também possui níveis interno e externo sendo este ultimo elemento da rede de articulações.”

A sociedade nos disse que trabalho de casa é de mulher, que a casa é uma coisa que a mulher tem de agilizar, mas não é assim! A gente sabe que é da família, a gente pode dividir essas tarefas [...] como não é só o homem que cuida da produção, é a mulher e a família então, as atividades da casa também são feitas em conjunto”. Na cooperativa do Assentamento há estudos de questões relacionadas à família, como prossegue o agricultor. “Um dia desses veio um casal, o homem, que é médico, e sua mulher fazer uma discussão sobre relacionamento humano conosco. No outro dia era só homem varrendo a casa e o pátio. E a gente pegava no pé: opa! A discussão deu resultado. Então a gente deu esse passo. A cooperativa, além de cuidar das questões de produção, de investimentos, meios de produção, também trabalha com essas questões sociais e de relacionamento humano dentro da família (entrevista n. 08).

É importante destacar que tanto a cooperativa quanto o casal atuaram como mediadores. A cooperativa atuou entre o conjunto dos assentados e a sociedade, conduzindo um casal de fora do Assentamento para provocar uma discussão dentro do Assentamento. E o casal atuou como mediador direto entre as famílias que participaram da discussão e a sociedade da qual ele faz parte. O fato de o assentado saber que os trabalhos domésticos são da família e não só de um membro não foi suficiente para que ocorresse na prática uma mudança. Foi necessário alguém de fora - aqui se ressalta a importância da atuação dos mediadores - para que certas práticas em conjunto se efetivassem.

Os mediadores, portanto, não são aqueles que ditam normas e impõem práticas. Eles são aliados dos assentados que fazem os agricultores “abrir a mente”, como revelou um assentado (entrevista n. 2) e externar a solidariedade, o quanto possível, de maneira organizada. Nesse sentido eles interferem indiretamente nas relações intrafamiliares, para transformá-las ou para conservá-las. O balizamento para as intervenções advém da convergência do mediador aos princípios do MST.

A presença dos mediadores nos Assentamentos se dá de diversas formas, desde a voluntária até a contratada em parâmetros legais. A atuação deles também é diversa, depende da entidade a que pertencem. Aqueles contratados diretamente pelo Movimento fazem constantemente a auto-avaliação e assumem, política e ideologicamente, as mesmas práticas. Eles investem no aperfeiçoamento das técnicas produtivas (ecológicas) e organizadas em grupos. A partir do Setor de Formação e de Gênero do MST, investem também nas relações familiares, principalmente naquelas que envolve a mulher. Anualmente líderes do Movimento,

com seus cônjuges, se encontram para debater e aprofundar questões referentes à família. Os mediadores de outras entidades tendem a ampliar as informações e a qualificação, mas não deixam de interferir nas relações familiares.

4. 2. As ambigüidades da democracia intrafamiliar

Na oficialização de um assentamento as famílias se defrontam com duas perspectivas de organização do trabalho que alteram a organização do poder: a associativa e a atomizada. Esta se impõe àquela devido ao que Scherer-Warren (1995) denominou de “síndrome de uma sociedade atomizada em crescente processo de individualização a partir das condições da modernização” (p. 112). Ela tem a marca das pressões capitalistas onde cada família agricultora, por si só, organiza a produção e a comercialização dos seus produtos prioritariamente para o mercado, deixando de investir na diversidade de produtos necessária à auto-sustentação. A perspectiva associativa, por sua vez, busca formas alternativas de produção e de comercialização dos produtos em grupos coletivos de trabalho. Nessa perspectiva e com base na solidariedade entre as famílias e no planejamento agrícola, as famílias encontram formas de “resistência à opressão capitalista” (Carvalho, 2002). A organização coletiva dos Assentamentos se dá por meio de grupos, de associações e de cooperativas. Ela é incentivada pelos mediadores para que as famílias possam resistir no meio rural e garantir a melhoria das condições de vida de seus membros. Tanto a forma atomizada como a associada interfere nas relações de poder nas famílias assentadas, sejam elas constituídas antes ou depois dos acampamentos, e revelam ambigüidades da democratização das relações intrafamiliares.

As ambigüidades da democratização intrafamiliar se dão enfaticamente a partir da organização do trabalho. O trabalho aqui é entendido como todas as atividades domésticas, desde as de dentro de casa até as de fora da casa, da lavoura. A partir do trabalho se gera a autoridade, se manifesta o poder e a democratização - ou não - das relações com suas ambigüidades.

A família assentada, como espaço da intimidade, retém os elementos da sociedade como um todo, e reproduz desde o autoritarismo até as incursões

democráticas. Apesar das dificuldades em penetrar nesse espaço íntimo e privado é possível perceber, pelos relatos obtidos nas entrevistas, aspectos das relações de poder e da participação dos membros familiares na tomada de decisões e na partilha das atividades domésticas e também as ambigüidades daí decorrentes.

A primeira ambigüidade das famílias de assentados constata-se na divisão complementar de autoridade em relação ao espaço doméstico. O homem é o 'chefe da família' e a mulher é a 'chefe da casa' (expressão máxima de 'dona de casa'). O homem detém a autoridade da família e está menos diretamente relacionado com a administração da casa, que fica sob a autoridade da mulher. Dentro de casa ele compartilha sua autoridade com a mulher no cuidado dos filhos, orientando e dando conselhos. Mas sua condição de pai e provedor, 'homem de negócios', o faz voltar-se para fora de casa e é respeitada pelos membros familiares nessa sua posição e poder.

A autoridade da mulher, por sua vez, é exercida na casa, não em toda a família, quer dizer, sobre o homem a mulher não exerce autoridade. Embora ela participe das atividades de fora da casa, dos trabalhos da lavoura, seu poder de decisão e mando limita-se ao espaço da casa. Aí ela comanda, como revelou uma mulher, "aqui eu sou a chefe da casa" (entrevista n.10). Dentro da casa é ela quem entende das coisas, organiza e sabe o que há e o que falta. Como ressaltou Sarti (1997), a "sua autoridade é doméstica, baseada no papel de mãe e de dona de casa" (p. 136), enquanto que a autoridade do homem é da família. São poucos e notórios os casos que revelam a mulher com poder e autoridade dentro da família; mesmo assim, não se equipara ao homem.

A autoridade masculina está relacionada com o mundo externo à família e é abalada quando o homem não garante o básico para uma família: moradia e alimentação. Sem poder prover, o homem fica desmoralizado porque, na cultura ocidental, patriarcal e machista, é vergonhoso ser sustentado pela mulher e não prover alimentos para os membros da família. Para o homem, o trabalho é meio de adquirir os provimentos à família e fator de exercício da autoridade. São comuns os casos em que o homem situa-se como chefe e provedor da família tendo a colaboração da mulher e dos filhos.

A segunda ambigüidade pode ser observada entre a prática de discursos e o que acontece de fato no dia-a-dia das famílias. Os discursos não deixam de ser práticas existentes nos relacionamentos interfamiliares, “a teoria é uma prática”, como diz Foucault (1996, p. 71). Eles expressam desejos, manifestam vontades e alimentam a utopia de uma organização coletiva quase perfeita, onde todos são respeitados e as relações entre companheiros são equilibradas. A prática do discurso não deixa de ser também um subterfúgio e um esconde-esconde da realidade familiar. Pode ser uma forma sutil de velamento de situações encobertas por palavras, símbolos e gestos.

A prática discursiva está presente em todas falas das famílias entrevistadas. Em algumas entrevistas isto tem-se ressaltado mais que em outras. No primeiro momento da entrevista, quando os respondentes discorriam livremente sobre a partilha das atividades e a tomada de decisões, tudo aparece equilibrado, partilhado, como esta fala que segue:

Nós não fiscalizamos, nem damos ordens, cada um tem que ter consciência de que tem de ajudar. A família tem de trabalhar junto, tanto em casa como na lavoura [...] quanto a administração do dinheiro, cada um sabe até onde pode gastar e o que precisa ser comprado [...] para o planejamento da plantação e da venda a gente sempre senta, conversa e não faz nada sem consultar o outro (homem, 58, entrevista n. 02).

O uso do ‘nós’ na fala acima revela que o discurso do homem absorve também o discurso da mulher. Descendo ao nível das práticas do dia-a-dia, a divisão sexual dos trabalhos aparece claramente e, às vezes, contrapondo-se ao discurso, como revela a fala que segue, que é da mulher do homem acima referido:

[...] os assuntos mais da lavoura ficam mais para ele e os serviços ao redor da casa, o leite, o cuidado dos filhos fica mais comigo (entrevista n. 02).

Nas famílias assentadas, apesar de todo o aprendizado obtido debaixo de lona preta nos acampamentos, persiste a divisão sexual do trabalho. A fala de outra mulher, de 48 anos, é reveladora neste sentido quando diz: “Tive que deixar o meu serviço aqui de dentro [de casa] e ir lá ajudar eles [os homens]”. Esta mulher, como porta voz das famílias assentadas, revela a presença da divisão sexual do trabalho nas famílias persistente nas sociedades ocidentais. Os trabalhos de casa são de mulher, o máximo que o homem faz é ajudar, e os trabalhos agrícolas, da lavoura, são dos homens e as mulheres os ajudam. Esta situação combina com aquela

observada por Lechat (1993), de que “as condições de trabalho melhoraram, e muito, nas famílias assentadas mas a divisão sexual do trabalho permanece...” revelando ambigüidades na democratização familiar.

A relação de poder no espaço doméstico é ambígua, pois enquanto a mulher se sobrecarrega numa dupla jornada de trabalho o homem detém duplo poder e autoridade sobre toda a família, inclusive sobre o trabalho da mulher. A atuação do homem é limitada aos trabalhos da lavoura, no manejo do gado e na realização dos negócios; ir ao mercado. Mas seu poder se estende sobre todos os trabalhos domésticos e sobre todos os membros familiares. Vários homens e mulheres entrevistados revelam que não poderia ser assim, que deveria ter mais participação dele nos trabalhos domésticos, já que ela atua com ele na lavoura. Apesar das “tentativas de consenso”, numa família, ou da “organização de um rodízio”, noutra, as facetas do cotidiano familiar revelam práticas de um discurso justo e democrático e práticas divergentes dos discursos. Há, portanto, um descolamento dos discursos em relação à sua efetivação prática nas famílias assentadas. Esse descolamento gera situações conflitantes entre os membros familiares e revela quão difícil é ter relações eqüitativas entre os membros familiares no compartilhamento das atividades e do poder.

A terceira ambigüidade está no fato de a mulher, por um lado, participar ativamente dos movimentos sociais, conselhos municipais, externando seu ingresso no processo de ‘empoderamento’ e no espaço familiar ela ainda revelar-se submissa, tímida e pouco partícipe no processo decisório e deliberativo no planejamento dos trabalhos, na participação em cursos de qualificação e na efetivação de negócios; principalmente os referentes ao gerenciamento dos bens patrimoniais. A tendência é a mulher ter mais posições e ampliar a ocupação de espaços públicos. Fica obscura se aplicada ao espaço doméstico. Em algumas famílias a tomada de decisões e a partilhas das atividades manifestam abertura para a democratização das relações intrafamiliares, mas na maioria das famílias o que ocorre é, apenas, uma diminuição da dominação masculina advinda da trajetória da luta pela terra, no caso das famílias entrevistadas para este estudo. Em outras famílias outros fatores contribuíram para a diminuição da dominação masculina, mas o processo de democratização continua longe de ser realizado de fato.

Entre as famílias associadas e as famílias atomizadas também aparecem ambiguidades na democratização. Enquanto que nas famílias associadas várias tomadas de decisões são efetuadas nos grupos e núcleos da cooperativa, nas famílias atomizadas todas as decisões e os planejamentos das atividades são efetuados no espaço doméstico e, portanto, com menor visibilidade. Entre esses dois tipos de família há um compartilhamento das mesmas situações referentes ao exercício de poder no espaço doméstico, com uma tendência das famílias associadas, devido à busca conjunta de informações, serem mais democratizadas que as famílias atomizadas.

As ambigüidades revelam um processo de transformação no exercício do poder dos pais em relação aos filhos. A experiência vivenciada pelos pais faz com que eles não queiram que seus filhos vivam as situações que eles viveram. Para isso, investem no diálogo, em conversas sinceras no espaço doméstico. Isso não é pacífico, é um processo em construção que gera conflitos e desentendimento entre os pais e na relação destes com os filhos. Esta situação é um indicativo dos impactos da luta pela terra nas relações dos cônjuges com os filhos.

Na luta pela terra os homens tendem a chamar a mulher de 'companheira' e os filhos de 'companheiros'. A relação de companheirismo se dá mediante o aprendizado que ocorre, estrategicamente para manter a organização e a luta, nos acampamentos e nos Assentamentos. Um assentado, pai de quatro filhos revelou:

Eu observei mudança na forma de relação e de tratamento com a companheira e com os filhos, no respeito de um com o outro, como ser humano. Antes de ir para o acampamento e de ingressar no Movimento eu surrava com vara meus filhos. Os mais velhos, não obedeciam a vara pegava, pó porque eu fui educado assim. E a partir do Movimento, do acampamento nós fomos aprendendo que em companheiro não se bate (entrevista n. 07).

A luta pela terra ocasionou na família assentadas diminuição das formas agressivas de outrora (gritos, surras, etc) e uma diminuição significativa da dominação do homem sobre a mulher e os filhos. Mas elas não ocorreram só nas famílias assentadas, pois as famílias que não aderiram à luta pela terra também tiveram significativas alterações nas relações familiares. Nas famílias estudadas, no entanto, percebe-se que o ingresso no MST acelerou tais mudanças. As razões das transformações estão além da luta pela terra, dos acampamentos e dos Assentamentos, estão na sociedade que se modernizou.

4. 3. Paradoxos das transformações

A racionalidade ocidental, impulsionada pelo positivismo comteano, impôs ordenamento e classificação hierárquica das coisas e dos acontecimentos. Na classificação, o mais velho difundiu-se ser superior ao mais novo; o homem à mulher; o branco ao negro; os pais aos filhos; a Europa à América Latina e à África, etc. Essa classificação foi 'naturalizada' e assim reproduz-se historicamente. Ela não passa de uma 'construção histórica' (Bourdieu) assumida pelas sociedades e instituições. Portanto, pode passar por um processo de 'des-construção' ou 'des-naturalização'. Nesse processo os valores da igualdade, da justiça social, do respeito à alteridade são postos lado a lado num novo processo de construção alternativa. Nessa construção novas instituições, pessoas e relações de poder podem surgir centralizadas na igualdade e no respeito à alteridade.

Nessa construção alternativa de relações de poder, no espaço doméstico e nos espaços públicos, estão dispostas as ações das famílias assentadas. Após passarem pela experiência coletiva dos acampamentos, onde desde o início tudo é partilhado e construído em mutirão, na organização de grupos e núcleos, as famílias tendem a novas relações intra e interfamiliares nos Assentamentos, nos grupos, nas associações e nas cooperativas. Daí emerge uma família modernizada, não sem os antigos aspectos pré-modernos, que são lapidados no decorrer do tempo pelas gerações e em novas circunstâncias.

Considerando os grandes avanços, as conquistas e os sonhos de uma sociedade diferente impregnados nos assentados pelo discurso do MST, as famílias assentadas não deram um passo significativo à frente de seu tempo. Na trajetória se modernizaram e se transformaram inúmeros procedimentos nas relações familiares e continuam se modernizando, se distanciando definitivamente da arcaica situação em que viviam sem a terra, isoladas e sem informações. Ao mesmo tempo em que se modernizam, não deixam de cultivar antigas práticas tradicionais e de ultrapassar a Modernidade, assumindo feições da pós-modernidade.⁷⁷ Esta situação de transformação constitui-se num paradoxo em que as famílias assentadas,

⁷⁷ A pós-modernidade se caracteriza pelo rompimento das estruturas primando pela individualidade de cada membro familiar.

conscientes ou inconscientemente, têm de conviver. Elas se refletem nos membros familiares e na vivência familiar.

Muitas transformações ocorridas nas famílias assentadas não são resultado somente da luta pela terra. Boa parte delas advém do processo de modernização em curso em toda sociedade. Os fatores que modernizaram as famílias nas mais diversas circunstâncias porém, não atingiram significativamente as famílias sem terra. Para estas, foi a luta pela terra, através do MST, que propiciou as condições favoráveis para que pudessem ter acesso aos bens, aos benefícios, e aos vícios da Modernidade. Sem dúvida, eles causaram transformações e originaram uma nova família.

As mulheres estão cada vez mais presentes nas organizações sociais, assumindo cargos e tarefas extrafamiliares. Elas estão em processo de “empoderamento” (Lisboa, 2000) e continuam submissas e presas às lidas da casa. O medo de falar em público e em organizações extrafamiliares está sendo superado. Faltam passos para ocupar posições no espaço doméstico, bem como no espaço extrafamiliar, pois o processo está iniciando. Enquanto a postura de submissão, no dizer delas, mantém na condição pré-moderna, seu envolvimento, mesmo que involuntário, nas causas comuns, a inclui na Modernidade, gerando assim outro paradoxo.

Os homens assentados, apesar dos avanços históricos conquistados pelo MST que os incluem na Modernidade, no espaço doméstico, continuam, como na maioria das famílias da sociedade moderna, sendo os concentradores do poder e da tomada de decisões. A luta pela terra propiciou mudança de comportamento de muitos homens assentados, mas a situação ocorre tanto nas famílias constituídas antes como depois do acampamento. Quer dizer, o fato de terem permanecido acampados não alterou significativamente as relações de poder nas famílias, mesmo naquelas que revelaram conseguir sentar “conversar antes”, “dialogar”, “planejar”. Por diversos fatores históricos e culturais a palavra final nas famílias ainda continua sendo do homem. Os homens assentados perceberam que alguma coisa mudou, que algumas transformações ocorreram e que certas relações intrafamiliares foram redefinidas a partir da luta pela terra, mas são as mulheres que percebem que o “processo está apenas iniciando, sendo construído” (mulher, 43, entrevista n. 7).

A dominação continua de um modo diferenciado, às vezes minimizada, camuflada e sutil, mas continua marcadamente presente nas relações intrafamiliares. Ao invés de democratização nas relações intrafamiliares, poder-se-ia falar em estratégias para amenizar e/ou camuflar a dominação no espaço doméstico. Este estudo prefere os aspectos da democratização, pois eles revelam as ambiguidades e os paradoxos nas relações familiares em transformação. Cabe aqui, a título de ilustração, a análise de Garcia (1989) acerca das estratégias dos “senhores” de engenho no Nordeste brasileiro, na década de 60, de manter os “moradores” dependentes e atrelados através de dívidas que eles contraíam junto aos seus “senhores”. Mas esta situação foi superada pelos moradores através da ação dos mediadores, de organizações sociais e sindicais que deram um fim ao isolamento dos moradores e um declínio à dominação tradicional dos senhores de engenho recorrendo às Leis e à Justiça.⁷⁸

A prática do discurso avançou na direção dos princípios e dos ideais do MST prometidos para o futuro. Tanto os homens como as mulheres líderes ou não-líderes dos assentados são portadores desse discurso, mas as práticas prendem-se ao passado. As famílias, presas pelos costumes e tradições, ainda mantêm um descolamento entre os discursos e suas práticas cotidianas. Aqui reside mais um paradoxo originado por uma gama de fatores sem muita visibilidade, presente no processo de transformações das relações no espaço doméstico.

Os filhos de assentados estão numa posição de expectativas. Eles dialogam com os pais, manifestam suas dificuldades, seus sonhos e desejos e têm receptividade dos pais. Eles estão estudando mais tempo que os pais e num espaço familiar, sem violência, sem gritos e imposição de ordens, ambiente que seus pais não tiveram no passado. A perspectiva dos pais é de que seus filhos estudem e, como técnicos ou profissionais, possam atuar nos Assentamentos. Os pais dão toda liberdade e acompanhamento aos filhos para optarem e seguirem autonomamente suas vidas. Neste sentido é pertinente a fala do casal que segue em relação aos seus filhos:

⁷⁸ Afrânio GARCIA JÚNIOR, *O Sul, caminho do roçado*, p. 59-86. O autor traz as estratégias de reprodução camponesa e de transformação social, especialmente o capítulo II intitulado O Fim do Isolamento dos Moradores e o Declínio da Dominação Tradicional, vale a pena conferir.

O que será dos nossos filhos! Essa é uma pergunta que a gente se faz todos os dias. Onde eles vão parar! A gente não tem mais segurança quanto aos nossos filhos, mas eles não vão ser o que a gente quer, vão ser aquilo que eles acharem que devam ser. Nós, na medida do possível, vamos mostrar o caminho, mas quem decide são eles (mulher, 43, entrevista n. 07). **Nessa mesma ótica o pai também se manifestou dizendo:** Eu quero que meus filhos estudem, para conhecerem melhor a realidade e mais a técnica. Diversos filhos de assentados estão estudando no nível médio e superior. Eu tenho esperança que eles se formem e venham trabalhar como técnicos nos Assentamentos. Já temos experiência disto em outros Assentamentos (homem, 49, entrevista n. 07).

Considerando os esclarecimentos advindos da Modernidade, os conhecimentos adquiridos nas escolas, que os pais não tiveram, e a experiência nos acampamentos e Assentamentos, os filhos de assentados, modernizados, estão diante de dois caminhos: um, na direção do modelo da agricultura familiar moderno, regado pelo mercado capitalista e, o outro, na direção das políticas da Via Campesina, que prioriza a soberania alimentar, a agroecologia, a sustentabilidade e a resistência no campo superando as opressões capitalistas modernas, a agricultura convencional, os agrotóxicos e as sementes transgênicas. Tanto um como outro caminho redefinem as relações intrafamiliares e o cultivo da convivência familiar, gerando mais um paradoxo das transformações. Apesar de os pais terem conquistado a terra, os filhos não têm clareza do rumo que devem dar a suas vidas, se ficar no Assentamento, se ir ao acampamento ou estudar e ser envolvido pelas incertezas da sociedade moderna.

A família nos Assentamentos tende mais à gestão democrático-participativa. Há fatores indicando que sim: a experiência coletiva (em grupos de trabalho) que as famílias tiveram nos acampamentos e nos Assentamentos; a capacitação em cursos alternativos; a participação constante em reuniões de equipes e nos encontros mensais de formação; a atuação nos movimentos sociais; a busca de coerência entre a teoria (discurso) e as práticas, etc, são fatores que podem contribuir para o surgimento de relações democráticas entre os membros familiares assentados. Mas essa perspectiva não está posta somente às famílias assentadas. Outras famílias também se defrontam com ela. O diferencial advém da trajetória vivida pelas famílias assentadas. A luta pela terra e o MST impulsionam as famílias a viverem diferentemente as relações intrafamiliares. Por outro lado, os aspectos modernos vêm por meio de diferentes canais – TV, rádio, escola, mercado, propagandas, etc. e

atrai permanentemente as famílias assentadas. Essa situação gera conflitos nos membros familiares, principalmente nos filhos, de difícil solução.

A busca de coerência entre a teoria e a prática, manifestada por alguns membros familiares entrevistados, líderes dos assentados, são indicativos da mudança da concepção da teoria e da prática. Como afirma Deleuze (1996),

As relações teoria-prática são muito mais parciais e fragmentárias que um processo de totalização [...] uma teoria é sempre local, relativa a um pequeno domínio. A prática, segue Deleuze, é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra (p. 70).

Neste mesmo sentido segue Foucault (1996):

A teoria não expressará, não traduzirá, não aplicará uma prática; ela é uma prática. Mas local e regional, não totalizadora. Luta contra o poder, não para uma 'tomada de consciência', mas para a destruição progressiva e a tomada do poder (p. 71).

A ambigüidade da democratização nas famílias se encontra na prática de discursos e a não realização dos conteúdos dos discursos. Há, portanto, um descolamento entre essas duas práticas, a do discurso e aquela que é executada no cotidiano. Isso gera um paradoxo e contradiz um discurso a uma prática. Antes dos acampamentos havia outras práticas de discursos e outras realizações práticas; agora, nos Assentamentos, existem novas práticas de discursos e novas realizações.

Por um lado, teoria e prática ganham novas expressões e determinações, nas antigas ações, costumes, tradições que podem estar obstaculizando a construção do novo (Gohn, 1999). Por isso a transformação se dá gradual e lentamente. Tanto os homens como as mulheres expressaram nas entrevistas realizadas que percebem a necessidade de atuarem juntos em todos os serviços domésticos, “um precisa ter consciência de colaborar com o outro” (homem, 58, entrevista n. 02). Isso denota que um passo foi dado: o de dar-se conta e, nesse dar-se conta, há interferência dos mediadores, atuantes nos Assentamentos, e do MST. O dar-se conta é um começo de uma longa caminhada que os filhos e netos prosseguirão, como revela a fala que segue.

Nossos filhos vão dar continuidade. Eu vejo em outras famílias que estão se integrando ao Movimento a gente percebe nitidamente o desenvolvimento da

relação humana, a construção de valores, da auto-estima, como pessoa entre pessoas (homem, 48, entrevista 7).

Uma das contribuições deste estudo é a da percepção de algumas transformações nas relações intrafamiliares de assentados advindas dos impactos da luta pela terra sobre as famílias. A gestão de uma gestão democrático-participativa no espaço familiar constitui um elemento que expressa tais transformações, suas ambiguidades e seus paradoxos. A concepção de fundo aqui é a de que a família está em crise. Conforme Horkheimer (1984) os desenvolvimentos mais recentes da sociologia da família refletem a “crise da instituição familiar”, ou, pelo menos, a transformação por ela sofrida no quadro do desenvolvimento social global (1984). O período de crise é oportuno para perceber as transformações que vêm ocorrendo. Giddens (1993), em *Transformações da Intimidade*, já demonstrou uma análise a partir da sexualidade, do amor e do erotismo nas sociedades modernas. Sua obra chama a atenção para “experiências sociais do cotidiano” e proporciona uma visão mais sociológica das transformações que têm a ver com o casamento e com a família, mas também diretamente com a sexualidade (p. 18).

A partir dos relatos dos membros familiares assentados entrevistados, é possível identificar aspectos que compõem a gestão familiar democrático-participativa. Ela se dá de forma pouco perceptível e denota as transformações nas relações intrafamiliares de assentados, principalmente no processo de tomada de decisões e na partilha dos trabalhos no espaço doméstico. A observação da gestão democrática e participativa faz perceber quanto está encruada a dominação masculina e a divisão sexual dos trabalhos domésticos. Também faz perceber as ambiguidades e os paradoxos que ficam emaranhados na rede tramada com elementos pré-modernos, modernos e pós-modernos.

“A família é espaço de mútua ajuda” (mulher, 43, entrevista n. 07). Esta expressão revela que o espaço das relações familiares sobrevive porque há mútua ajuda entre os membros familiares. Assim, os problemas são enfrentados e superados. Isso quer dizer também que nem tudo se resolve na autoridade concentrada na figura do pai. Há momentos em que todos os membros familiares participam das relações de poder e isso é paradoxal na família.

Szymanski (2002) analisou a família frente aos desafios de um mundo moderno em mudança e descobriu que a vida em família é a vivência do cuidado mútuo. Descobriu também “a solicitude como um modo de ser ontológico com o outro na família” (p. 12). Esse modo de proceder entre os membros de uma família refere-se, numa perspectiva existencial, ao “cuidado e à mútua-ajuda” e podem ser vividos tanto de “modo deficiente como de modo autêntico”. O modo autêntico antecipa a possibilidade do outro ser orientado pela consideração, pelo respeito, pela paciência e pela tolerância. O modo deficiente orienta-se pela desconsideração, pela impaciência, pela intolerância ou pela negligência (idem, p. 12). A solicitude, tanto nas suas formas deficientes como autêntica, manifesta-se no cotidiano da vida familiar, principalmente nas práticas educativas como ações contínuas e habituais, realizadas pelos membros da família nas trocas intersubjetivas.

A educação dos filhos é o mais significativo espaço de observação de mudanças das relações nas famílias assentadas. Os filhos estão estudando nas escolas mais tempo que os pais e recebem dos pais incentivos, acompanhamento e as condições possíveis para estudar. Junto ao aprendizado nas escolas está o aprendizado advindo dos acampamentos, verdadeiras escolas de vida. Nos acampamentos pais e filhos aprenderam novas formas de organizar a vida social e a família a partir da experiência nos grupos e núcleos coletivos, como relatou um homem:

O acampamento forma-se a partir de grupos, núcleos coletivos. No acampamento se socializa tudo, desde a água, a lona, a lenha, a alimentação. Quem não tinha recebia de quem tinha. Foi aí que abriu a minha mente (entrevista n.2).

Esta experiência de acampado para a redefinição das relações sociais e familiares e para a gestação de uma família democrático-participativa com base nas experiências coletivas, na “solicitude” e no “cuidado mútuo”, revela-se na fala:

Antes de eu ir para o acampamento e de ingressar no Movimento eu surrava meus filhos. A partir do Movimento e do acampamento nós fomos aprendendo que em companheiro não se bate [...] para mim a história do Movimento trouxe uma história de mudanças no comportamento pessoal (homem, 48, entrevista 7).

Essa mudança no comportamento pessoal reflete-se na família, na relação com a mulher e com os filhos que são chamados de companheiros. O companheirismo, também manifestado nas relações de vizinhança, expressa aqui o

repartir o pão, a luta e o poder. O companheirismo entre os membros familiares, no espaço doméstico, revela um aspecto da gestão democrático-participativo e nas relações interfamiliares revela a articulação sócio-política e a militância nas lutas sociais. O pai não é companheiro dos filhos e da mulher somente no espaço doméstico, também o é no espaço público das lutas sociais.

As famílias assentadas têm as crises e as diferentes estruturas que caracterizam a sociedade moderna. O diferencial está na trajetória de lutas desde a origem, quando viviam sem a terra, até o assentamento. A trajetória de luta pela terra causou impactos sobre as famílias e fez com que elas se modernizassem. A modernização se deu em alguns aspectos que têm maior visibilidade e contribuem nas transformações das relações intra e interfamiliares dos assentados.

Um dos fenômenos da Modernidade é a difusão em grande escala de aparelhos elétricos, eletrodomésticos e eletrônicos, decorrente da revolução industrial contemporânea. Praticamente todos os setores da sociedade têm um aparelho que prolonga ou substitua as mãos do homem, suas pernas e até a sua memória. Eles vieram para encurtar distâncias e intensificar o tempo. Manuel Castells (1999), aponta que a sociedade entrou na “era da informação” estabelecendo, aos poucos, uma “sociedade em rede” acompanhando e impulsionando a globalização. Os avanços primeiro chegaram nas sociedades desenvolvidas e no meio urbano, agora se estabelecem também em países pobres e no meio rural.

No meio rural o acesso à tecnologia também está sendo progressivo. Primeiro chegou às famílias estruturadas e às empresas rurais, depois foi se estabelecendo nas famílias agricultoras pobres. Hoje, nos Assentamentos, não é difícil encontrar famílias com aparelhos modernos, eletrodomésticos, máquinas de lavar roupas, telefone celular, carro e/ou moto, fazendo-as esquecer do tempo em que viviam sem a terra, isolados, com pouca informação e muitas dificuldades. O processo de socialização e a necessidade fizeram chegar até às famílias mais simples as benesses da Modernidade. Isso, por um lado, faz a família acompanhar as transformações que ocorrem na sociedade e, por outro, libera mais os membros familiares para o convívio familiar, mesmo que seja em frente à televisão. Um pouco desse paradoxo é o que revelou um assentado na fala que segue:

Eu estou me controlando para não ser muito capitalista e lutar mais para minha família, estou tentando viver mais a vida. [...] Comprei uma antena parabólica, que a televisão tava pegando mal, e nesses dias um vizinho me dizia: - 'tu tá rico hein!', e eu disse: - isso não é riqueza, é um pouquinho de regalia. Eu não sou muito de sair, gosto de futebol. Fins de semana eu gosto de ficar em casa e olhar um jogo. [...] Antes a gente trabalhava direto, fins de semana [...] agora todos os dias de tardezinha a gente pára, toma um chimarrão, assiste a TV (homem, 38, entrevista n. 14).

Apesar de todos os instrumentos modernos dentro de casa, os membros desta família se controlam para não serem consumidos pelas opressões capitalistas e lutam pela família, para viver mais intensamente a vida familiar camponesa. Essa mesma família, além da antena parabólica e televisão colorida, tem carro, moto, máquina de lavar, freezer, aparelho de som no quarto para uma das filhas escutar, gravar. Todas essas 'regalias' estavam muito distantes quando viviam sem a terra – como estão para aqueles que ainda hoje vivem sem terra no campo. Foi a luta pela terra que proporcionou isto e a tendência é que todas as famílias assentadas tenham essas 'regalias'. O paradoxo está dado entre ser capitalista (consumidor/consumista) e primar pela convivência familiar e o cultivo do *ethos* camponês, que se distanciam do modelo capitalista.

Outro aspecto de maior visibilidade da modernização das famílias assentadas é o da moradia, que vai além da casa onde os membros familiares coabitam. Antes de ter terra, as famílias viviam instáveis em casas alheias e em situações precárias, com poucos recursos modernos. Os membros familiares assentados relataram que quando viviam sem a terra moravam “numa casinha caindo aos pedaços”. Uma família relatou que fez vinte e cinco mudanças nos dez anos antes de ser assentada. Outros ainda relataram que viviam de favor nas casas cedidas pelos donos das terras ou em casas de parentes.

No Assentamento as condições de moradia são diferentes das anteriores. Das quatorze famílias entrevistadas, somente duas têm casa de madeira, com o banheiro de alvenaria. Agora, num “lugar” (Augè) definitivo, os assentados podem investir na moradia. As casas não estão mais “caindo aos pedaços”. Agora, a moradia é lugar de convivência familiar e de cultivo do *ethos* camponês, por isso ao redor da casa há árvores para sombra e descanso, pomar, animais, não preferencialmente para o mercado, mas para cultivar a vida do campo. A casa, além de ser um lugar de descanso para os membros familiares, tem lugar para acolher os

parentes, os amigos e os companheiros. A casa é lugar para o conforto, tranqüilidade e aconchego. “É o lugar para a família” (mulher, 39 , entrevista n. 11).

Ao publicar seu *Essay on the Principle of Population*, no final do século XVIII Thomas Malthus lançava um alerta de que a aceleração do crescimento da população estava em descompasso com um mais lento ritmo de crescimento das oportunidades de subsistência. Essa visão pessimista foi uma marca da expectativa de futuro naquele momento. Mas, no século XIX, as ciências e as técnicas evoluíram de tal maneira que permitiram superar limitações impostas pela natureza: mecanização das lavouras, correção de solos, encurtamento de distâncias com as ferrovias e a navegação a vapor. E o pessimismo malthusiano se viu desprovido de corroboração pelos fatos (Bartholo e Bursztyn, 2001, p. 159).

O século XX foi testemunha da acelerada corrida produtivista e do avanço das ciências e das técnicas. Também testemunhou os riscos da destruição e a necessidade de conceber o desenvolvimento sustentável e o compromisso com a perenização da vida. Parece que os membros familiares assentados são portadores desta bandeira implantada nos Assentamentos. O final do século XX deixou claro um conjunto de preocupações que devem orientar a conduta intelectual dos cientistas. A expectativa geral para o futuro tem retorno de um pessimismo, diferente do de Malthus, entornado de um mal-estar pelo agravamento das desigualdades, guerras, impactos ambientais e exclusões. Quiçá, a consciência da finitude dos recursos naturais desperte a “ética da sustentabilidade” (Bursztyn) e a solidariedade em relação às futuras gerações. Quem sabe esses elementos encontrem aconchego no espaço familiar e, de pais para filhos, a ‘ética da sustentabilidade’ se transmita como herança do capital vital.

Não resta dúvida de que a escola, como instrumento central de educação, tal como se conhece hoje, é uma invenção da sociedade moderna. Segundo Nascimento (2001), ela é:

[...] espaço generalizado de socialização e transmissão de conhecimento separado da produção. É claro que ela é também o espaço de produção de conhecimento [...] Antes, os conhecimentos eram transmitidos no âmbito da família ou nas oficinas de trabalho, não existia escola como espaço generalizado para todos. O processo de aprendizagem era familiar e profissional (p. 99).

A escola é um dos fenômenos modernos que aos poucos ganhou corpo e é construtora da sociedade moderna.

As famílias assentadas se deparam com esse fenômeno da Modernidade. Todos os membros familiares – crianças, jovens e adultos – podem ter acesso à escola. A educação é uma conquista dos assentados, fruto da luta desde os acampamentos. Para os filhos dos assentados em idade escolar, além da obrigatoriedade da lei, há o incentivo e o acompanhamento dos pais e do MST para que todos estudem, mesmo depois da idade obrigatória. Para os pais, que não tiveram acesso à escola quando crianças, existem os programas de alfabetização de jovens e adultos. Um dos programas presentes nos Assentamentos é o MOVA (Movimento de Alfabetização). Os educadores do MOVA são do próprio local e educam a partir da realidade das famílias assentadas e dentro da pedagogia de Paulo Freire.

Além do acesso à escola e à educação, os membros familiares assentados também participam de cursos para aprimoramento e atualização de técnicas de manejo do gado e de cultivo da terra; participam das reuniões mensais do MST, onde recebem informações de questões ligadas à luta pela terra, e participam de movimentos sociais populares. Também participam de manifestações públicas e de entidades públicas, como os conselhos municipais. A participação, nesses locais, é um aprendizado; socializa os assentados e alimenta a mística do MST, gerando alteração das práticas dentro do espaço doméstico. As informações e o contato com outras pessoas e entidades subsidiam aspectos que contribuem para as transformações das relações familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento de dados e a pesquisa de campo revelaram significativas questões referentes à estruturação familiar e às relações intrafamiliares de assentados. Quanto à estruturação familiar, constatou-se a presença de diversos tipos de famílias. A estrutura da família nuclear, formalizada no casamento civil e religioso predomina entre os assentados, ao menos no universo de três Assentamentos que forma a unidade de análise deste estudo. Quanto às relações intrafamiliares, observou-se alterações significativas nas famílias assentadas. As alterações ocorreram com a mesma intensidade nas famílias constituídas antes do acampamento bem como nas famílias constituídas depois. A constatação sobressalente é a de que as famílias, cujos membros são líderes do Movimento e/ou do Assentamento, tendem a democratizar suas relações intrafamiliares mais que as famílias que exercem pouca ou nenhuma liderança, dentro ou foram do Assentamento. Portanto, os fatores de origem sócio-cultural e religiosa não incidem significativamente sobre a família e nem na democratização de suas relações e sim o exercício de liderança.

Nas famílias assentadas a luta pela terra, por intermédio do MST, propiciou uma diminuição significativa da dominação masculina e o ampliou o diálogo entre os membros familiares, tanto para o planejamento e como para a execução das atividades domésticas, como também para aquelas atividades referentes a qualificação pessoal em cursos e ao gerenciamento dos bens patrimoniais. Os impactos da luta pela terra sobre as famílias assentadas não se dão pacificamente. Eles geram conflitos, disputa de posições e convergem para a construção de um novo jeito de ter terra e nela organizar a vida familiar e social. Cada membro familiar tenta administrar os impactos decorrentes da luta pela terra e contam com os grupos

de mediadores que diretamente atuam nos Assentamentos e indiretamente no espaço familiar.

A coleta de dados procedeu-se utilizando a técnica de entrevista semi-estruturada com quatorze famílias de três Assentamentos que compõem a unidade de análise deste estudo sociológico. No cruzamento dos dados coletados observaram-se alterações nas relações intrafamiliares. Elas decorrem da trajetória de luta pela terra vivida pelas famílias e tendem à democratização da partilha das atividades domésticas e no processo de decisões. Mas elas não produzem aspectos suficientes para identificar as famílias assentadas como tais. As famílias assentadas carregam aspectos identitários da família agricultora com características específicas advindas da luta pela terra. Cabe aqui destacar questões relevantes presentes nas famílias assentadas e que se ressaltaram a partir da luta pela terra.

Em primeiro lugar, a estrutura familiar e a realidade na qual estão inseridas as famílias assentadas não diferem do restante da sociedade. Os mesmos problemas e desafios das famílias da sociedade moderna também estão presentes e desafiam as famílias assentadas. A diversidade de estrutura familiar presente na sociedade também está presente nos Assentamentos. Neles encontram-se famílias nucleares, em maior número, e famílias monoparentais. Também há famílias reconstituídas ou de recasados. Não foram encontrados casos característicos da sociedade moderna, como os de famílias de homossexuais, nem de famílias extensas, características do período pré-moderno. Isso denota que a estrutura familiar no meio rural não é única e perene, como era outrora, e está se alterando com as mudanças que vêm ocorrendo no mundo modernizado.

Em segundo lugar, a constituição das famílias está mudada. Em relação às famílias dos pais e dos avós houve aumento no número de constituição familiar realizada somente no civil e de união livre, sem a formalidade civil ou religiosa. Enquanto na constituição familiar dos pais e dos avós prevaleciam a constituição civil e a religiosa juntas, nas famílias assentadas, principalmente nas recentemente constituídas, prevalecem a união livre e a constituição somente no civil. Há plena expressão da liberdade e do amor na escolha do cônjuge e a extinção dos casamentos contratados pelos pais dos nubentes, como outrora acontecia.

Em terceiro lugar, observou-se a diminuição da presença da violência física entre os membros familiares assentados. Enquanto nas famílias dos pais prevaleciam gritos, surras, agressões físicas e imposições autoritárias dos pais, principalmente do pai, como relataram, nas famílias de assentados prevalece o diálogo, a busca de entendimento e de saídas conjuntas dos conflitos, sem partir para a agressão física ou moral. A família assentada está em construção sobre os alicerces modernos, redefinindo relações e, em alguns aspectos, superando a própria Modernidade. Isso coloca-a em meio a ambiguidades e paradoxos que ela, inevitavelmente, tem de conviver.

Em quarto lugar está a educação dos filhos. Enquanto nas famílias dos pais prevalecia a imposição autoritária para o trabalho, desde a mais tenra idade, conforme os entrevistados relataram, nas famílias assentadas há incentivo dos pais para que os filhos estudem, não somente o ensino fundamental, mas também cursos técnicos, profissionalizantes e de nível superior. Mesmo gostando e tendo condições, os pais assentados não puderam estudar devido à imposição autoritária de seus pais e às precárias condições de vida e de acesso a escolas nos locais em que viviam. A única alternativa era trabalhar, sem poder estudar. Nos Assentamentos a situação é diferente, os pais fazem de tudo para que seus filhos estudem. Por outro lado, os pais respeitam a liberdade de escolha dos filhos. Se optarem pelo acampamento ou ficar em casa trabalhando no Assentamento são respeitados. A imposição dos pais já não mais existe.

Os filhos de assentados em idade escolar, todos eles estão estudando. Isso decorre de três fatores principais: do incentivo dos pais, já que não tiveram a oportunidade de estudar querem que os filhos estudem; da acessibilidade às escolas, inclusive com transporte coletivo, e da obrigatoriedade contida em lei (ECA), com punição dos pais ou responsáveis que não liberarem as crianças para ir à escola. Devido a esses fatores a média de anos de escola dos filhos de assentado é maior que a dos pais e da média nacional, que conforme IBGE, senso de 2000, é de 4,5 anos.

Em quinto lugar, não menos importante, está a consolidação de relações intrafamiliares redefinidas a partir da articulação sócio-política dos membros familiares no Movimento social de luta pela terra e Reforma Agrária no campo e na

participação em posições de decisão dentro e fora dos Assentamentos. Enquanto que nas famílias onde não existem membros em posição de coordenação e nem estão articuladas social e politicamente a tendência é reproduzir antigas relações autoritárias e centralizadas na figura do pai, nas famílias articuladas social e politicamente e junto aos mediadores aliados, a tendência é de que sejam redefinidas as relações intrafamiliares dentro de um processo democrático-participativo de seus membros. O poder de decisão não mais está centralizado na figura do pai. Ele passa pela mãe e pelos filhos também. Isso denota que a família assentada está em construção e em mudança, redefinindo as relações intrafamiliares e se adentrando à Modernidade, sem, no entanto, se deixar abarcar totalmente por ela. A resistência às pressões capitalista e a persistência das famílias no campo denotam o cultivo do *ethos* camponês que tende crescer, não somente nas famílias assentadas mas também nas famílias de pequenos agricultores que vivem e trabalham no campo. O cultivo do *ethos* camponês faz reviver o campesinato com suas características próprias, como sugere Wolf.⁷⁹

⁷⁹ Eric WOLF, *Guerras Camponesas do século XX*, p. 15. Wolf define os camponeses “como populações *essencialmente* dedicadas ao cultivo da terra e que tomam decisões autônomas quanto ao processo de cultivo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABINAGEM, Alfredo. *A Família no Direito Agrário*. Belo Horizonte: Livraria Del Rey Editora, 1996.
- ADORNO, T. W. e HORKHEIMER, M. Sociologia da Família. In: CANEVACCI, Máximo (org.) *Dialética da Família*, 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ALEXANDER, Jeffrey C. A Importância dos Clássicos. In: GIDDENS, A. *Teoria Social Hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC (Livros Técnicos e Científicos), 1981.
- AUGÉ, Marc. *O Sentido dos Outros: a atualidade da antropologia*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BALDISSERA, Adelina. *CEBs, poder, nova sociedade*, São Paulo: Paulinas, 1987.
- BARTHOLO, Roberto S. e BURSZTYN, Marcel. Prudência e Utopismo: ciência e educação para a sustentabilidade In: BURSZTYN, Marcel (org.) *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*, São Paulo: Ed. Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.
- BELTRÃO, P. C. *Sociologia da Família Contemporânea*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1973.
- BINDA, Nilson. *MST: Caminho de Libertação: ninguém se liberta sozinho*. Trabalho de Conclusão do Curso de Filosofia (Bacharelado), Pelotas: UCPel, 1997.
- BOTTOMORE, Tom et alli. *Dicionário do Pensamento Marxista*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. 1ª reimpressão Campinas, SP: 1997.
- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CARVALHO, Horacio M. de. *Comunidades de Resistência e Superação*, Curitiba: Gráfica e Editora Perez, 2002.
- CARVALHO FILHO, Benedito J. *Marcas de Família: travessias no tempo*, São Paulo: AnaBlume Editora, 2000.

CASTELLS, Manuel, *Sociedade em Rede: a era da informação*, Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COLOGNESE, Sívio A. & BICA DE MELO, José L. A técnica de entrevista na pesquisa social. In: *Pesquisa Social Empírica: métodos e técnicas*. Cadernos de Sociologia/Programa de Pós-Graduação em Sociologia, v. 9. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*, 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

CPT, Secretaria Nacional. *A luta pela terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

CRUZ, Armando. *Sem-Escola Sem-Terra: para uma sociologia da expropriação simbólica*, Pelotas, RS: Editora da UFPel, 1996.

DELEUZE, Gilles. Os Intelectuais e o Poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: *Microfísica do Poder*, 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

DOMINGUES, José M. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

ENGELS, Friedrich, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (1884). Trabalho relacionado com as investigações de L. H. Morgan, 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FERREIRA, Delson. *Manual de Sociologia: dos Clássicos à sociedade da informação*, São Paulo: Atlas, , 2001.

FERNANDES, Bernardo M. *Agricultura Camponesa e/ou Agricultura Familiar*, (mimeo), NERA (Núcleo de Estudo, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária), Presidente Prudente, SP: UNESP, s/d.

FGV (Fundação Getúlio Vargas). *Dicionário de Ciências Sociais*, Instituto de Documentação, Rio de Janeiro: FGV, 1986.

FONSECA, Cláudia. *Família, fofoca e horna: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*, 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996.

FRANÇA, Júnia L. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 5. ed. – revisada – Belo Horizonte: Ed. JFMG, 2001.

FREI BETTO. *Cotidiano & Mistério*, São Paulo: Olho d'Água, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 13. ed. Rio de Janeiro: brasileira, LJE, 1956.

FRONCHETI, Alceu e ZAMBERLAN, J. *Boa Vista do INCRA: A saga de um povo reconstruindo a história*, Passo Fundo: Berthier, 1998.

GARCIA JUNIOR, Afrânio R. *O Sul, caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

GEHLEN, Ivaldo. *Uma estratégia camponesa de Conquista da terra e o Estado: o caso da Fazenda Sarandi*. Porto Alegre: UFRGS, 1983 (mimeo) Dissertação de Mestrado.

GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo A. et. al. *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998. (Coleção Ciências Sociais).

GEHLEN, Ivaldo. Reforma Agrária: opção pelo modelo familiar de desenvolvimento. In: LIPPEL, Alexandre G. (et alli) *O Direito Agrário em Debate*, Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1998.

GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIACOBBO, Elisa O. *A construção e reconstrução das relações familiares em um assentamento de Reforma Agrária*, Dissertação de Mestrado do Programa de pós-graduação em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

GÖERGEN, S. e STÉDILE, J. P. *A Luta pela Terra*, São Paulo: Página Aberta Ltda, 1993.

GOHN, Maria da G. *Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da G. A formação do cidadão nos cursos do MST. In: *Sociologias*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, n. 2, jul/dez. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

GOODE, William J. *A Família*. Tradução: Antonio A. Arantes Neto, São Paulo: Pioneira Editora, 1970.

GUANZIROLLI, Carlos E. *Principais indicadores sócio-econômicos dos assentamentos de reforma agrária: versão resumida do relatório final do projeto BRA 87/022*, Brasília: Ministério da Agricultura, 1992.

GUATTARI, Félix. *As Três Ecologias*, trad. Maria Cristina F. Bitencourt, 11. ed. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HAGUETTE, Teresa M. F. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

HARENDT, Hannah. *A Condição Humana*, 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultura*, 8. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HELLER, Agnes, *Sociologia de la vida cotidiana*, Barcelona: Península, 1977.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric. *O Novo Século: entrevista a Antonio Polito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ITEPA, Banco de Dados da Zona Sul RS, *Boletim Informativo*, n. 11. Pelotas: EDUCAT, 2000.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LAUREIRO, Maria R. G. *Terra, Família e Capital*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LECHAT, Noéle M. P. *A Questão de gênero no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): estudo de dois assentamentos no Rio Grande do Sul*. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

LISBOA, Teresa K. *Heroínas em luta na conquista de suas glórias: um estudo sobre o processo de 'empoderamento' das mulheres nas comunidades de periferia de Florianópolis*. Tese de doutoramento em Sociologia. Porto Alegre: UFRGS, 2000 (mimeo).

MARINS, Pe. José. *A Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Paulinas, 1980.

MARTINS, José de S. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: CPT, Secretaria Nacional. *A Luta pela Terra: a Comissão Pastoral da Terra 20 anos depois*, São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. *O Capital*, 7 ed. Rio de Janeiro, LTC Editora, 1982.

MATOS, Marlise. *Reinvenções do Vínculo Amoroso: cultura e identidade de gênero na modernidade tardia*. Belo Horizonte: Rio de Janeiro: IUPERJ, Ed. UFMG, 2000.

MEDEIROS, Leonilde e Leite, Sérgio. *A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*, Porto Alegre/Rio de Janeiro: UFRGS/CPDA, 1999.

MICHAELIS, *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

MMTR – *Revista do MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais*, n. 01, ano 1, Porto Alegre: agosto de 2000.

MOURA, Clóvis, *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

MST-RS, hiperlink [<http://www.portoweb.com.br/mstrs>] acessado em 06 de outubro de 2001.

MST/RS, *Escola itinerante: uma prática pedagógica em acampamentos*. Coleção Fazendo Escola, n. 4. São Paulo: Gráfica e Editora Perez, 2001.

NASCIMENTO, Elimar P. do, Educação e desenvolvimento na contemporaneidade: dilema ou desafio? In: BURSZTYN, Marcel (org.) *Ciência, ética e sustentabilidade: desafios ao novo século*, São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001.

NAVARRO, Zander. Pequena história dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento In: MEDEIROS, Leonilde S. e LEITE, Sérgio. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: revista *Estudos Avançados*, número 44, São Paulo: volume 16, Instituto de Estudos Avançados, USP, 2002.

NOGUEIRA, Oracy. *Família e Comunidade: um estudo sociológico de Itapetininga*, São Paulo: INEP, 1962.

PAZE, Hemerson L. *Democracia Participativa e Desenvolvimento: a influência do orçamento participativo no desenvolvimento rural de Floriano Peixoto*. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. *Necessidade Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo: Cortez, 2000.

PETRAS, James. Os Camponeses: uma nova força revolucionária na América Latina. In: STÉDILE, João P. (org.) *A Reforma Agrária e a Luta do MST*, Petrópolis: Vozes, 1997.

PRADO, Danda. *O que é Família?* 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

QUIJANO, Aníbal. Modernidad y Utopia em América Latina. In: *Cadernos de Sociologia*, v. 5. n. 5. Porto Alegre: UFRGS, Editora da Universidade, 1993, p. 9-23.

RIBEIRO, Cristine J. O exercício das relações sociais numa comunidade assentada, Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social, Pelotas: UCPel, 1997.

RIBEIRO, Cristine J. *Facetas do Cotidiano: o dia-a-dia dos assentamentos do MST*. Pelotas: EDUCAT, 2001.

RICHARD, Pablo. *Morte das Cristandades e nascimento da Igreja*, São Paulo: Paulinas, 1982.

RUSCHEINSKY, Aloísio. *Terra e política: a luta social do MST pela Reforma Agrária no Sul do País*. Rio Grande: FURG, 2000.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, São Paulo: Cortez, 1995.

SARTI, Cynthia. A sedução da igualdade: trabalho, gênero e classe. In: SCHPUN, Mônica R. (org.), *Gênero sem Fronteira*, Florianópolis: Mulheres, 1997.

SAUL, Renato P. Sociologia e as Sínteses Minimalistas. In. *Teoria Social: desafios de uma nova era. Cadernos de Sociologia*, v. 10 Porto Alegre: PPGS/UFRGS, 1998.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Rede de Movimentos Sociais*. São Paulo: Loyola, 1995.

SCHMIDT, Benício; MARINHO, Danilo N. C. & ROSA, Sueli L. C., Terra dos Assentados: considerações sobre a política de Reforma Agrária. In: SOBRAL, Fernanda A. Fonseca & Grossi Porto, Maria Stela (org) *A Contemporaneidade Brasileira: dilemas para a imaginação sociológica*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

SEGALEN, Martine. *Sociologia de la Famille*. Paris: Armand Colin, 1981.

SOARES, Maria Suzana Arrosa. (Re)pensando a Modernidade Latino-americana. In: *Cadernos de Sociologia*. v. 5. n. 5, Porto Alegre: UFRGS, 1993, p. 24-31.

SOBRAL, Fernanda A. F. & GOSSO PORTO, Maria S. (org) *A Contemporaneidade brasileira: dilemas para a imaginação sociológica*, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001 (artigos apresentados no VIII Congresso da SBS realizado na UnB ente 7 e 9 de julho de 1997).

SOUTO-MAIOR, Heraldo P. *Durkheim e a Família: da "Introdução à Sociologia da Família" à "Família Conjugal"*. Texto apresentado no Grupo de Trabalho Família e Sociedade, XXII Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu: 1998 (mimeo).

STÉDILE, João P; GÖERGEN, Frei Sérgio. *Uma Foice Longe da Terra: a repressão aos sem terra nas ruas de Porto Alegre*. Petrópolis: Vozes, 1991.

STÉDILE, João P. (org) *Reforma Agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.

STÉDILE, João P; FERNANDES, Bernardo M. *Brava Gente: a trajetória e a luta pela terra no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

STÉDILE, João P. Os avanços históricos do MST na luta pela Reforma Agrária. In: *Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio*. Texto para debate do 4º Congresso Nacional do MST, Produção: MST, São Paulo: 2000.

SZYMANSKI, Heloísa. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. In: *Serviço Social e Sociedade*, n. 71. ano XXIII, set/2002. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

TAVARES DOS SANTOS, José V. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do camponês ao capital*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978 (mimeo) Dissertação de Mestrado.

TEDESCO, João C. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês*, Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

Via Campesina (Cartilha). *Via Campesina*: linhas políticas - globalizar a luta, globalizar a esperança, sem local, sem data.

WAGNER, Carlos. *A Saga do João Sem Terra*. 2. ed, Petrópolis: Vozes 1989.

WEBER, Max. *Economía y Sociedad*. 8ª reimpressão, México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

WOLF, Eric. R. *As Guerras Camponesas do Século XX*. Tradução de Iolanda Toledo, São Paulo: Global Editora, 1984.

WOORTAMANN, Ellen F. *Herdeiros, Parentes e compadres*: colonos do Sul e sitiante do Nordeste. São Paulo/Brasília, Hucitec/Edunb, 1995.

ANEXOS

Anexo 01: Ficha de coleta para banco de dados

1. ORIGEM E IDENTIFICAÇÃO Assentamento:

Nome: H: Idade:
M: Idade:

Constituição Familiar: Religioso..... Civil:

Filhos: Masculinos: Femininos:

.....
.....
.....
.....

Local de Procedência:

Trajatória:

Casal	Pais				Avós			
	Filhos	Terra	Escola- ridade	Const. Familiar	Filhos	Terra	Escol- ridade	Const. Familiar

Origem sócio-cultural: H:..... Escolaridade:

M: Escolaridade:

Outros cursos:

.....

2. TRAJETÓRIA OCUPACIONAL:

Cinco anos antes do Acampamento:

.....

Experiência em Associativismo: posições, militância

.....

Tempo de Acampamento: Quais:

.....

Posições no Acampamento:

.....

.....

Anexo 02: Roteiro das Entrevistas

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1. ORIGEM E IDENTIFICAÇÃO

- 1.1 Nome, Idade, sexo, filhos
- 1.2 Trajetória (história) familiar e da terra: avós, pais, terra, constituição da família
- 1.3 Origem sócio-cultural, formação (escolaridade), qualificação

2. TRAJETÓRIA OCUPACIONAL

- 2.1 Ocupação antes do acampamento (nos últimos cinco anos)
- 2.2 Experiência de associativismo – posições - (militância)
- 2.3 Tempo de acampamento (qual/quais)

3. ASSENTADO

- 3.1 Organização / partilha das atividades : domésticas; da produção agrícola; gestão dos negócios (quem gasta, aonde e com que)
- 3.2 Qualificação: cursos, encontros, lutas, bens culturais
- 3.3 Tomada de decisões (quem decide): domésticas; da produção agrícola; gestão dos negócios

4. REPRESENTAÇÕES (conceitos)

- 4.1 Família,
- 4.2 Trabalho
- 4.3 Participação (democracia)
- 4.4 Patrimônio / capital simbólico (terra, ética, valor moral, organização...)
- 4.5 Sobre a trajetória (mudanças)
- 4.6 Sobre os assentados, vizinhos, vida comunitária, igreja...

5. PROJETOS

- 5.1 para a propriedade : divisão do trabalho, gestão, sistema de produção (produtos)
- 5.2 para os filhos
- 5.3 o mais importante para uma família assentada se dar bem no futuro?
- 5.4 Sonho pessoal

Anexo 03: Bandeira do MST



Anexo 04: Entrevista com assentados

Entrevista realizada no dia vinte e três de junho do ano dois mil e um, sábado ao pôr do sol, numa residência de alvenaria de uma família do Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini, RS. Em frente à casa com jardim, flores, grama verde, ladeada por fruteiras (vergamoteiras, caquizeiros [...]) No átrio de entrada da casa, uma bandeira do MST pintada na parede. No interior casa um mural contendo anotações e correspondências. Nos fundos da casa, uma bela vista do horizonte ao longe por onde se via, entre meios, as plantações, os campos, as matas cortados por uma estrada de terra. Terreno em declive e cercado de tela e ladeado por dois vizinhos da Agrovila.

1. Origem e identificação

Homem, quarenta e nove anos, Mulher, quarenta e três. Constituição familiar, 1976, no civil e no religioso. Número de filhos: quatro; uma menina de treze anos, que mora na casa, e três homens – um de vinte e dois anos, casado, pai de um menino e assentado, e os outros dois estudam e moram fora do Assentamento.

Procedência: O homem é natural de São Luiz Gozaga, RS, radicou-se no município de Porto Xavier, Região das Missões, onde conheceu sua esposa. Tinham casa própria e trabalhavam de meeiros com a família da mulher e arrendavam terras de terceiros para trabalhar.

Dados dos pais e dos avós:

Casal	Pais					Avós				
	Nº de Filhos	Terra	Escola- ridade	Const. Familiar		Nº de Filhos	Terra	Escola- ridade	Const. Fami- liar	
Homem	7	com terra	Aprende u em casa	C	R.	Paterno 7 Materno 8	com terra	?	C	R
				Sim	Sim				?	?
Mulher (*)	7	com terra	1ª série	Sim	Sim	Paterno12 Mateno5	com terra	?	?	?

Obs: - Const. Familiar = Constituição Familiar; C = Civil; R = Religiosa; ? = não souberam informar.

- (*) Os avós da mulher migraram da Alemanha para o Brasil no final do século XIX e receberam terra na linha São Carlos (90% dos habitantes são descendentes de imigrantes alemães), nas costas do Rio Uruguai, hoje município de Porto Xavier.

Origem sócio-cultural:

O homem é de origem sócio-cultural cabocla, descendente de uruguaios.. A mulher é descendente de imigrantes alemães, por parte de pai, e úngara por parte de mãe.

Escolaridade:

O homem cursou até a 4ª série do primário e a mulher cursou até a 5ª série do primário.

Outros cursos:

O homem participou de cursos de Agentes de Pastoral, foi Ministro da Eucaristia e fez a Escola Sindical – Santo Ângelo. Depois, já no MST, fez curso concentrado de Filosofia, Economia e Política, em Caçador, na Escola Nacional, chamado “Curso de Formação Básica de Liderança”, duração: 2 meses, com certificado. A mulher participou de cursos de pastoral, Catequese Renovada, e de metodologia de trabalho pastoral. Também fez a escola nacional de formação básica para lideranças e diversos encontros de formação e análise de conjuntura.

Cinco anos antes do acampamento:

Os dois, homem e mulher, nos cinco anos antes do acampamento (de 1985 – 1989) trabalharam com a família na agricultura, nas terras dos pais da mulher, como meeiros e arrendavam terra de terceiros para trabalhar.

Posições antes do assentamento:

O homem foi diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a mulher coordenou Grupos de mulheres “MARGARIDA”, do MMTR e ligados à CUT-Rural.

Tempo de acampamento:

Os dois tiveram dois anos e meio acampados

Em 1989 acamparam na Fazenda Bacaraí no município de Cruz Alta, RS. Permaneceram até três dias acampados depois montaram acampamento na Fazenda Boa Vista do INCRA, também em Cruz Alta e chamada de “pinheirinhos”, uma área do INCRA, de setenta hectares, área de reserva florestal que continha uma plantação de pinus americano, daí o nome de “pinheirinhos”. Permaneceram nesta área de setembro de 1989 a dezembro de 1990. Durante este acampamento participaram da tentativa de montar acampamento na Praça da Matriz, em Porto Alegre, no dia 08 de Agosto de 1990. Depois foram para o acampamento 8 de agosto, no município de Bagé, RS, assim chamado devido ao confronto ocorrido na Praça da Matriz entre os sem-terra e a Brigada Militar que resultou na morte de um soldado (Valdeci), vários soldados e sem-terra feridos e os sem-terra sitiados na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Cinco colonos foram indiciados e presos. Depois se deslocaram para uma área de pesquisa da EMBRAPA, também em Bagé. No dia 11 de fevereiro, dia de N. Sra. De Lourdes – por isso que uma imagem da santa percorre permanentemente as famílias dos assentados –, de 1992 os dois foram assentados em uma antiga fazenda abandonada da extinta empresa de conservas CICA-SUL, que fechou e se deslocou para São Paulo.

Posições nos acampamentos:

O homem participou e coordenou a Equipe de Formação (estudos) e o Setor de Frente de Massas que organiza novos grupos de base do MST para novos acampamentos.

A mulher foi coordenadora de Núcleos, coordenadora do Coletivo de Mulheres, participou e coordenou atividades de um grupo de Cozinha Coletiva (“a que mais deu certo e mais tempo durou”, segundo ela), participou da ação na Praça da Matriz, sitiada na prefeitura de POA, caminhou de Bagé à Porto Alegre. A caminhada saiu de Bagé no dia 24 de setembro de 1991 e chegou em Porto Alegre no dia 18 de outubro de 1991.

Posições no Assentamento:

Os dois coordenam núcleos e setores da Cooperativa, são coordenadores do MST e ela do MMTR ao nível estadual.

No Assentamento Conquista da Liberdade, os assentados estruturaram a COOPAVA (Cooperativa de Produção Agropecuária Vista Alegre – Piratini) que foi assim organizada:

Quatro Setores de Produção: 1. Setor Animal; 2. Setor do Pomar; 3. Setor da Horta e 4. Setor da Lavoura. Esses dois são voltados para a subsistência dos cooperados enquanto que os dois primeiros voltados para o mercado.

Quatro Núcleos de Famílias: instância de discussão e debate de questões relacionadas com a economia, com a política e com a sociedade. Os núcleos fazem reuniões ordinárias mensais ou esporadicamente quando necessário.

Cinco Diretores: escolhidos anualmente pela assembléia

Um conselho deliberativo: formado pelos cinco diretores e mais quatro representantes dos núcleos de famílias.

Duas Assembléias Anuais: ou esporadicamente convocada.

Intermediários: Assistência Técnica feita por técnicos do MST (remanescentes do Programa Federal LUMIAR extinto em fevereiro de 1999) e estagiárias do curso de veterinária da UFPel.

A produção é voltada prioritariamente para a subsistência das famílias cooperadas. Os produtos do pomar (frutas – pêsego), do gado (leite - carne) e dos suínos (carne) são destinados para o mercado. Produtos da lavoura (milho, arroz, feijão, trigo, ...) e da horta, depois de atender às demandas das famílias cooperadas, são destinados ao mercado (uma mercearia é mantida pela COOPAVA no Município de Pinheiro Machado (distante 20 Km do Assentamento)).

Ao redor da sede da COOPAVA estão as residências dos cooperados, uma agrovila, uma creche com pracinha para as crianças, uma cozinha coletiva (que faz almoço de 2ª a 6ª feiras para todos os cooperados) e uma escola municipal (de primeira a 4ª séries) e um centro comunitário que serve de sede da comunidade religiosa. Há também espaços para encontros de lazer, jogos (de bochas, de futebol, de cartas, etc ...).

Como é a Partilha das Atividades:

Na família:

(a partir daqui foi gravado)

Homem Nós, desde que formamos a família a 25 anos, sempre repartimos as atividades domésticas. Tanto eu como minha companheira nós trabalhamos juntos na lavoura e também em casa. Todas as atividades da casa nós partilhamos. E continuamos partilhando. Em casa partilho com os filhos a limpeza da casa, lavar roupa. Fazer comida menos, porque temos o refeitório de 2ª a 6ª feiras (na COOPAVA). Quando a gente se

encontra na família a gente partilha a lavagem da louça, a varrida da casa, o ambiente onde nós vivemos, a casa e ao redor da casa.

Mulher. Nós temos vivendo uma realidade que eu fizemos dois anos que pouco paro em casa. Me atendo à uma atividade fora da família, fora do Assentamento, da Cooperativa, que é ao nível do Estado (RS), sou uma das pessoas sócias liberadas da Cooperativa para trabalhar no MST, então nesse sentido, quem mais atua internamente na família, nas atividades é o meu marido e a filha. Eu entendo que essa divisão de tarefas é um processo que se inicia e é uma construção. No início quando eu comecei a sair era bem difícil e meu marido fazia tudo e as pessoas diziam que 'várias tarefas de casa são serviços de mulher e não de homem'. Nesse sentido a gente está aprendendo no dia-a-dia, porque todos comem todos sujam, então, todos deveriam contribuir. Aqui a gente tem uma organização um rodízio de atividades, estender a cama, cada um estende a sua, arruma seu quarto, há um rodízio na lavagem da louça, na limpeza da casa, estamos construindo esse processo coletivo. Não é fácil, a gente ... não é muito pacífico isso, tanto para mulher que sai quanto para o homem que fica em casa, também é difícil, porque está muito encruado o que é trabalho de homem e de mulher. Mas a gente consegue dividir as atividades tranquilamente. Às vezes não é pacífico, fico cobrando. Quando os dois estão em casa, fazer comida sobra mais para a mulher. Não sei se dá para dizer que é natural, que é normal, mas eu às vezes pergunto: o que vocês comem quando eu não estou? Eu sei que quando eu não estou em casa eles fazem porque eu chego às vezes a casa está limpa, está arrumada, tem comida, mas quando eu estou, geralmente isso é uma coisa ainda que é, às vezes ficam esperando, desde a filha quando eu não estou ela faz tudo, quando eu chego, aí sobra para mim. Isso é o que eu sinto e vejo.

Na lavoura:

Homem: Na forma de trabalho em que vivemos na Cooperativa todas as pessoas estão integradas a uma equipe, setor de produção. Na Cooperativa, cada um de nós, tanto eu quanto a ela, participamos de equipes diferenciadas e discutimos juntos no planejamento da Cooperativa. Então, a nós sócios e membros de uma equipe de produção, cabe ajudar a executar esse planejamento. Nossa mão de obra vai priorizar as prioridades da Cooperativa. Por exemplo, agora é a poda do pêssego. Várias equipes vêm trabalhar no pêssego. Então é meio automático, a partir do planejamento, da discussão onde trabalhar no conjunto da Cooperativa.

Mulher: Agora eu e ele estamos na mesma equipe. Mas agora no momento estou fora, liberada, mas quando eu volto, que estou em casa, participo como os outros sócios, numa equipe de trabalho. Além da família a gente tem a responsabilidade da equipe de produção que também dentro da Cooperativa é organizada e divide os trabalhos em quatro equipes. Todos os sócios estão integrados numa equipe e cada equipe tem seu planejamento tem seu plano de trabalho que tem que ser cumprido. Todas as equipes contam com a mão de obra que elas tem.

Quem mais gasta e com o que na família.

Homem: (risos da mulher ao fundo dizendo: quando tem!) Aqui vai meio que num bolo geral. Se a Cooperativa tem uma política de adiantamento e em dinheiro ou em produto, por exemplo: comida pronta no refeitório, de Segunda a Sexta, ou produtos para fazer comida em casa nos dias de chuvas ou finais de semana, e um adiantamento em dinheiro que a gente, baseados nas necessidades mais internas daquilo que não

produzimos e que temos que comprar, a gente é no conjunto, administramos juntos, não há um caixa masculino e um caixa feminino. É junto, até porque temos filhos estudando para fora, então se economiza muito o pouco dinheiro que se tem, porque hoje é difícil fazer dinheiro na produção então para manter esses filhos estudando, um em Canguçu, outro no acampamento e a menina estudando e morando em casa, esse dinheiro a gente administra juntos na compra de materiais escolares, de calçados, roupas, alimentos, remédios [...] No ano passado, por exemplo, a mulher mesmo, passou quarenta dias em Pelotas hospitalizada. Aqui se gasta o necessário, em festas, quase não se vai, têm as festas da Cooperativa, duas anuais, aí que a gente gasta um pouco, fora do planejamento. A gente se previne para não gastar demais.

Como é a decisão de comprar:

Mulher: Geralmente a gente discute se há dinheiro maior. Mas temos um acordo, quando a gente vai comprar roupa, calçados, cada um compra a sua, o seu, porque a gente não se acerta nos gostos. Tem que comprar roupa, coisas da casa, geralmente a gente conversa pega o dinheiro e compra.

Homem: Como não temos cofre para guardar, um pouco de dinheiro fica na minha carteira e um pouco na carteira dela. Mas aí a gente tem, eu a minha e ela tem a dela. Esses dias aconteceu um debate interessante. Ela queria comprar uma máquina de costura e aí eu acho que é um objeto que não vai ter uso suficiente, não vai ser usado, sugeri, vamos comprar um freezer, e aí compramos damos uma entrada e vamos pagando em prestações. É que chegamos a um acordo, hoje as roupas vêm quase todas prontas, antigamente as roupas eram costuradas em casa, eu mesmo aprendi a costurar com minha mãe.

Mulher: Mas ele não me convenceu ainda, eu quero a maquina.

Como é a participação:

Mulher: Nesse sentido nós mantemos um acordo, principalmente com a questão da liberação, pro trabalho do Movimento. Nós conseguimos fazer um rodízio de liberação. O ano passado, por exemplo o Movimento queria que os dois, eu e ele, fôssemos liberados pro trabalho, achamos que não tem como liberar duas pessoas da mesma família, porque nos temos os filhos, a casa, ... Nos últimos dois anos fui eu quem ficou liberada, agora nos próximos não sei, mas temos tentando fazer um rodízio e discutir quem vai. Para a participação em cursos, geralmente é a Cooperativa ou o Movimento que indica e a gente discute internamente e vai. Nós temos tentando conciliar as duas coisas (família e o Movimento) não tem como separar as duas coisas, aliás, as três, a família, o Movimento e a Cooperativa, e a comunidade do assentamento também. Então não sei se dá para dizer o que pesa mais. O Movimento indica para Cooperativa pessoas que possam ser liberadas e a Cooperativa faz a discussão de quem vai liberar. Em casa a gente também faz essa discussão. No ano passado chegamos a conclusão que não tem como liberar os dois, a gente optou, meio na marra, mas ... aí fui eu, agora, o ano que vem a gente tem que discutir. Não tem como liberar os dois por causa da família, dos filhos.

Homem: A própria Cooperativa tem isso presente, porque nós, tanto eu como a mulher, contribuimos na organização interna da Cooperativa. Nessa forma de trabalho, de convívio e de produção, nós somos úteis. Desde 92 quando chegamos aqui, a gente observa isso e a companheirada, os demais sócios tem reconhecimento disso, existe

essa restrição por parte também da Cooperativa. Pesa em não liberar os dois num mesmo período. Nós respeitamos isso que vem do quadro social da cooperativa, da própria administração da Cooperativa. Um de nós é importante permanecer permanentemente na Cooperativa.

E a família, o que é para vocês:

Homem: Eu entendo que a família é o princípio de tudo. Se tu queres ter uma comunidade tem que ter uma família organizada. De um convívio bom, superando os problemas, as dificuldades. A família está arraiga em tudo o que você possa ser e construir tanto no presente como no futuro, é a razão da existência desde o micro, a família aqui desde a comunidade, o município, a sociedade como tal.

Mulhaer: Quando falo família me vem muito a unidade, a Cooperatova, a doação para algum princípios, para alguma coisa. A família é um princípio. Hoje, de fato, a gente tem uma família pequena dentro de uma grande família, que é a Cooperativa que é o Movimento. Família retrata muita responsabilidade, que se consolida no dia-a-dia, é um desafio. Ela só tem sentido se busca uma coisa maior, que é um projeto de vida, de responsabilidade, doação.

E o trabalho, o que ele é para vocês!

Mulher: Eu acho que trabalho é um valor que muitas pessoas gostariam de ter e não tem. Nós, através do Movimento, resgatamos essa palavra como valor, ferramenta de luta, uma busca de conquista de terra para que possa ter trabalho e por ele tirar o sustento dos filhos. É uma dignidade que você resgata. Antes de entrar no Movimento a forma que nós trabalhávamos era difícil! A gente trabalhava, mas não era um trabalho digno. A gente trabalhava o ano inteiro, enchia as bolsas de soja, de milho e no final do ano tinha que entregar a metade pro dono das terras, do jeito que a gente arrendava as terras. Eu acho que o Movimento é o resgate de fato da dignidade da vida, das pessoas que querem ter esse respeito. Hoje eu acho que a Cooperativa, que nós construímos aqui, somos nós, essa conquista que a gente teve de poder ter a terra o meio de produzir e a sobra, porque na agricultura você não tem o lucro, tem sobra, e se você organiza o trabalho tem sobra. Essa sobra, de fato, é uma sobra justa porque fica para quem trabalha de fato, porque quando você entrega a metade dos produtos para quem é dono da terra, porque a terra só gera riqueza se é trabalhada, esse sentimento de fato de trabalhar a terra e essa terra te dar o resultado do fruto que você produz, você colhe o fruto do seu trabalho. Acho que isso é uma justiça.

Homem: Eu quero dizer que o trabalho é a razão de existir, se fosse considerar os milhões de brasileiro que não têm o direito ao trabalho, o trabalho, dele você vai tirar das forças de suas mãos do seu organismo físico, da sua cabeça, do trabalho você vai tirar o fruto desse trabalho, o salário. Eu quero dizer que a pessoa trabalhando se realiza tanto como ser humano, como família e como organização. Aqui a forma como nós trabalhamos exige dedicação e solidariedade entre nós. No trabalho coletivo, cada com suas forças físicas, precisa saber ceder, daí existe que cada um cedendo um pouco consegue conciliar, depois de nove anos de trabalho coletivo.

As tarefas de dentro de casa são consideradas trabalho?

Homem: É um acúmulo de trabalho. A gente chega da lavoura, a nossa máquina de lavar roupa está estragada, a gente vai lavar roupa, na mão, na escova, então faz parte do trabalho.

O que é a participação para vocês:

Homem: Participação expressa essa relação, união, de 25 anos. Nós estamos conseguindo fazer sobreviver a nossa relação, o nosso amor, a nossa relação como família porque a gente se ajuda. Se a gente não se ajudasse poderíamos estar agüentando, mas com muito mais problemas. Problemas sempre a gente tem, mas são superáveis.

O que é trabalho para vocês

Mulher: Tudo é trabalho, desde as tarefas da casa, o trabalho na lavoura, tudo tem que ser considerado trabalho. Aqui na Cooperativa nós conseguimos organizar o trabalho, porque lá fora onde nós morava a gente tinha um acúmulo maior de trabalho. Aqui a gente organiza o trabalho. Nós temos o trabalho organizado aqui na Cooperativa. O trabalho de fazer comida, por exemplo, a gente organizou, a gente vai para a lavoura e não tem necessidade de voltar ao meio dia, fazer almoço para ter comida. Nós pegamos a comida no refeitório onde tem uma equipe que trabalha e faz a comida de segunda a sexta. As crianças também têm seu espaço. Tem duas pessoas que cuidam as crianças para liberar mão de obra para lavoura. Principalmente a mão de obra das mulheres, porque às vezes a gente diz que cuidar criança é serviço de mulher. Eu acho que tem formas, é possível de organizar o trabalho para ter vida mais digna. Tudo tem que ser considerado trabalho, não tem essa de ajuda, é tarefa, é trabalho, é responsabilidade. Não dá para dizer que trabalho é na lavoura e em casa não é trabalho, tudo é trabalho. Aqui a gente consegue trabalhar e envolver a todos nos trabalhos.

Vocês observaram mudanças na trajetória

Homem: Eu observei mudança na forma de relação e de tratamento com a companheira e com os filhos, no respeito de um com o outro, como ser humano. Antes de ir para o acampamento e de ingressar no Movimento eu surrava com vara meus filhos. Os mais velhos, não obedeciam a vara pegava, porque eu fui educado assim. E a partir do Movimento, do Acampamento nós fomos aprendendo que em companheiro não se bate. O filho mais velho tinha doze anos quando a gente acampou, a nenê tinha dois anos e pouco, a partir do acampamento, de vez em quando uma xingada, uma posição mais firme. Quando é não, é não, quando é sim, sim. Pra mim a história no Movimento trouxe toda uma história de mudança no comportamento pessoal. Claro que a gente não mudou cem por cento, muitas coisas conseguimos superar, relevar quando tu não te sentes bem, não correspondido, tem momentos que a gente consegue superar a partir desse convívio no MST e que não simplesmente apenas a conquista da terra, mas o aprendizado, o convívio, tanto na família, como na comunidade e no conjunto do Movimento.

Mulher: Eu acho que se fôssemos pensar esses onze anos desde que nós entramos no Movimento. Se não tivéssemos entrado no Movimento, eu hoje não imaginaria onde nós estaríamos, porque lá onde estávamos, nós não conseguiríamos, não teríamos condições, porque as condições da terra e a forma que a gente trabalhava não nos davam condições. Hoje não estaríamos lá onde saímos, não me imagino fora do Movimento.

Nós, desde quando casamos, participamos. Sempre participamos dos encontros. E quando passamos a fazer parte do Movimento criamos uma maturidade maior, consciência coletiva. Ao mesmo tempo em que nós pensávamos na família também pensávamos num monte de coisas. Acho que assim na educação dos filhos, tivemos avanços extraordinários. Na forma como nós educamos dentro da família começamos também a nos educarmos enquanto Movimento. Isso trouxe um monte de conquistas. Poder sentar e poder dizer acho que deveria ser assim, ou não deveria ser assim, com os filhos se consegue conversar mais que antes. Essa maturidade, essa consciência que a gente adquire é bem mais abrangente que a de antes. Antes parece que enxergávamos só um rumo, hoje acho que vemos melhor as coisas.

Como é a vizinhança

Mulher: Na verdade, aqui nós vivemos numa comunidade onde todo dia nós estamos juntos no trabalho, no lazer,... Quando nos reunimos, acho que significa convivência, o coletivo é com as famílias com que fomos acampar, passou o acampamento e depois de nove anos estamos aqui, vivendo e trabalhando juntos, então acho que isso é uma riqueza muito grande e graças a Deus nós conseguimos nos relacionar bem. Desde nossos filhos, quando estão aí, quando não é época de aula dificilmente brigam. Todos os dias estão juntos, vão pra escola juntos, brincam juntos, acho que eles também estão adquirindo esse espírito de coletivo, de vizinhança, de comunidade de fato.

Homem: Eu lembro que desde a infância, desde a minha juventude eu vivi numa comunidade onde me criei. Aqui no Assentamento, a partir do MST, do Assentamento, a gente foi aperfeiçoando esse convívio. Até porque temos espaço de avaliação. Quando qualquer membro desta comunidade, seja do Assentamento ou da Cooperativa, tem um desvio de relacionamento de um com o outro, a gente tem essa maturidade de reunir e fazer uma auto-avaliação. Ter essa capacidade de dizer que estas qualidades são de fundamental importância e que esse erro atrapalha o convívio, a harmonia entre as famílias. Então esta riqueza que está sendo construído pelo Movimento, pelas famílias que compõe o MST, não tem uma receita pronta e não está acabada. Não somos nós os últimos. Nossos filhos vão dar continuidade e em outras famílias que estão se integrando no Movimento a gente percebe nitidamente esse desenvolvimento da relação humana. Dessa construção de valores, da auto-estima, como pessoa e entre pessoas.

O patrimônio familiar

Homem: Eu imagino que, como tem milhões de brasileiros que não tem onde morar, nós também não tínhamos onde morar e adquirimos uma casinha pra descansar depois do trabalho. Quando a gente se encontra, quando os filhos vêm nos visitar, criamos os filhos aqui e nossos filhos estão estudando, quando ele vem ficam aqui e também para os amigos e os companheiros quando vêm nos visitar nós temos um aconchego para oferecer. Então esse patrimônio é familiar, conseguido com recursos da produção e de um crédito do governo, crédito habitacional, por onde foram construídas as casas e nós construímos a nossa casa. Nós conseguimos praticamente construí-la com recursos da produção. Ela é espaço que a gente tem pra sobreviver, se esconder do frio, do sol e pra se encontrar como família e se realizar como pessoa e ser humano.

A Cooperativa

Homem: A partir do convívio mais direto, que eu consegui conviver mais intensamente no Assentamento de 1996 para cá, pois de 1992 a 1996 eu era liberado do Movimento e não estava tão presente aqui, não conheci muito internamente como estava sendo construída a proposta da Cooperativa, eu ainda não me sentia dono, ou responsável pelo patrimônio que se ia construindo. A partir de 1996 para cá eu ajudei inclusive no planejamento, na administração, no trabalho do dia-a-dia da cooperativa Hoje, eu entendo que tenho responsabilidade, tenho direitos e tenho deveres. Dentro deste pouco de patrimônio que é do conjunto, de todos os sócios. E me sinto também responsável por ter participado do Movimento por mais tempo, conhecendo melhor, com mais clareza, me sinto que devo ter maior responsabilidade e zelar pelo patrimônio que é nosso, do conjunto. Eu sinto isso em mim.

Mulher: O patrimônio familiar é uma conquista coletiva, a casa, a terra, porque até então nenhuma família tinha casa e se tinha era uma casinha muito pobre. Por exemplo a nossa casa lá fora era muito pequena e na medida que nós entramos no Movimento a gente se da conta que só tem conquistas e se conquistam os direito da gente numa luta coletiva, por exemplo a casa e a terra, são conquistas que todos contribuíram. A Cooperativa é um processo que se está construindo, há pessoas que ainda tem dificuldades de entender mas eu acho que nós avançamos um monte nesses nove anos que a gente está organizado. O trabalho, a produção, a Cooperativa são espapos que você consegue valorizar as conquistas que você tem através da organização, da discussão. Acho que essa forma de organizar a produção, o trabalho é ainda uma referência dentro do Movimento. Acho que de nada adianta conquistar a terra e não fazê-la produzir e mesmo tendo conquistado terra e a casa a gente não tem segurança enquanto trabalhadores do que vai ser o futuro da gente e dos filhos, dos netos, porque a conjuntura que está aí é muito severa. Acho que além da Cooperativa ser uma referência ela ainda é uma segurança que nós temos de nos manter na terra, na organização. Na medida em que não nos organizamos vamos perdendo o que conquistamos. Acho que essa referência principalmente para as pessoas que vêm de fora, tem o que mostrar, tem o que dizer pras pessoas. Olha, nos estamos aqui, depois de nove anos é possível trabalhar de outra forma, se organizar de uma forma diferente do capitalismo. Mesmo vivendo numa sociedade capitalista é possível se organizar a produção a forma de viver de um modo diferente.

Que projeção vocês tem

Homem: Estamos discutindo como Movimento e como Cooperativa pra ir reforçando esse pouco patrimônio coletivo que estamos construindo pra aproveitar melhor a produção, ou seja transformando essa produção em agroindústria familiar. É um sonho que vem sendo trabalhado a mais de três anos, a micro usina de pasteurização do leite, que ta com o equipamento todo montado. No conjunto dos sócios é colocar a funcionar no segundo semestre deste ano e investir na agro-indústria do pêssego. Está se oficializando junto à Secretaria Estadual de Agricultura e ao Ministério da Agricultura, pra poder agregar valores na produção Isso para nós é nova perspectiva de resistência e também para acumular valores na produção. Quando chegamos aqui pensamos fazer grandes extensões de lavoura, maquinário, e isso foi introduzido pelo modelo capitalista que faliu a agricultura familiar brasileira e nós chegamos aqui reproduzindo isto e hoje já percebemos a diferença. Nos últimos três anos deixamos de aplicar agrotóxicos, produtos químicos e partimos mais para a agricultura auto-sustentável aproveitando os recursos naturais que a natureza oferece. Tudo isso cria perspectiva de projeto de vida, produzir alimentos saudáveis aproveitando os recursos naturais diminuindo a mecanização da terra, assim por diante.

Como família, enquanto tivermos forças físicas, é ajudar a construir isto na Cooperativa. Entendemos que a cooperação, a Cooperativa é o que tem de mais avançado na área de cooperação agrícola, tanto ao nível do Movimento como ao nível da América Latina. A gente tem essa defesa como plano, projeto de produção e de organização, projeção econômica e de vida.

Mulher: Sair do modelo convencional que está aí é a estratégia do Movimento. Nós sabemos que é um processo mas aqui na Cooperativa a gente avançou bastante, porque o nosso pêssego, que era convencional, nós estamos produzindo ecologicamente e sadio, sem sustentar as multinacionais. Nesta linha é sair do modelo convencional que está aí porque ... ou você produz na alternativa ou não tem projeto de vida.

Projeção para os filhos

Mulher: O que vais ser dos nossos filhos! Essa é uma pergunta que a gente se faz todos os dias. Onde eles vão parar, um mora na cidade, casou, trabalha no supermercado, outro está acampado, outro na escola agrícola. A gente não tem mais segurança quanto aos nossos filhos, mas eles não vão ser o que a gente quer, vão ser aquilo que eles acharem que devem ser. Nós, na medida do possível vamos mostrar o caminho, olha que por aqui é melhor, quem decide são eles. Acho que ...

Homem: A gente ouve: eu quero que meu filho estude pra não sofrer o que eu sofri! É um dito popular, eu quero que eles estudem pra conhecerem melhor a realidade e mais a técnica. Eu me pergunto: será que desses dezesseis, dezoito jovens do Assentamento que estão estudando esparramados pelo Estado RS, em vários locais, estudando no ensino médio e até no superior, vão voltar para os Assentamentos? Eu tenho esperança que sim, porque o mercado de trabalho, principalmente na área técnica e agrícola que não tem mais perspectiva da empresa rural, eles estão vindo para os Assentamentos. Experiências disto nós temos diversos nas equipes de técnicos agrícola, de veterinária estão na parceria com os assentados através do governo do Estado, e nós entendemos que nossos filhos, poderiam, com disciplinas voltadas pra isso, estarem integrados nesse trabalho. Tem um filho de assentado, que fez curso na EMATER e está trabalhando nos Assentamentos em El Dourado do Sul, filho do companheiro. Nós temos essa perspectiva, que um filho consiga adquirir mais conhecimento, o conhecimento maior. O aprendizado que nossos filhos tiveram conosco nos acampamentos na vida do Assentamento e com o Movimento mais direcionado na linha da formação política ideológica, na linha da defesa da vida, do Movimento, ninguém tira da filharada, isso é um patrimônio que ninguém mais tira. Nas escolas onde eles estão estudando as professoras reconhecem isso nos nossos filhos não só da nossa família mas nos "FILHOS DO MST". A gente se sente feliz quando ouve por parte dos professores, aqui tem um colégio próximo em que trinta por cento dos alunos são filhos de assentados, e vê o pessoal dizendo isso: tira o chapéu pelo convívio de nossa criançada, pela criatividade, pela forma de se organizar e questionar. Isso é gratificante pra nós em razão de nosso aprendizado junto com nossos filhos. Entendo que este é o maior patrimônio que a gente pode ajudar a construir com eles.

O mais importante para uma família se dar bem no Assentamento

Mulher: Acho que é a convivência, o respeito, a unidade. É difícil falar sobre isso, o que é mais importante. Sei lá!

Homem: Esse convívio e esse aprendizado nós adquirimos a partir da vida da comunidade e eu entendo que se nós não cultivarmos essa questão do companherismo, dos valores entre as pessoas, respeitando a cor, o credo religioso, sua fé, se nós respeitar, é fácil de conviver. Agora, se não houver essa compreensão comunidade alguma vai sobreviver, família alguma sobrevive. Então para mim é o princípio do valor entre as pessoas, da auto-estima, como pessoa, ser humano, respeitando como ela é mas ajudando a superar os problemas, as falhas.

Qual é o sonho pessoal de cada um de vocês

Homem: O meu sonho é continuar na luta e construir esta experiência que nós não somos os primeiros e nem seremos os últimos a ajudar a organizar o povo pobre que queira conviver na terra. Meu sonho é que enquanto eu tiver força física e mental e disposição de contribuir tanto na organicidade interna onde eu convivo como no Movimento é construir essa sociedade socialista, fraterna onde seja valorizado o ser humano. Esse é meu sonho.

Mulher: Na verdade o sonho é você ver um país, uma sociedade diferente construída pelos trabalhadores. A situação de miséria se agrava cada vez mais. É difícil você pensar um sonho pessoal, sem pensar num sonho mais coletivo. Tem coisas que vc não se realiza como pessoa se não se realizar enquanto coletivo, enquanto comunidade, enquanto assentamento. As coisas estão muito ligadas umas com as outras. Eu, de fato gostaria que mais pessoas pudessem se engajar nessa luta pra que a gente pudesse ter mais conquistas, mais sucesso. Tanta gente passa fome, frio, todos falam em fazer campanha de agasalhos, mas ninguém fala em distribuição de renda, nas injustiças e as pessoas pensam que com os agasalhos estão resolvendo os problemas. Se nós pegarmos as manchetes desses dias, tem m ministro Jugmann* falando de miséria pros pobres. Na medida que você entra na luta você começa a se indignar e aí tu acaba não tendo um sonho pessoal. Para mim é impossível viver bem e tantas pessoas viverem na miséria. Acho que esse sonho é coletivo, não pra nós, mas para nossos filhos e netos para viverem numa sociedade justa onde as pessoas possam ter o que comer, onde dormir, o que vestir e ter trabalho para sobreviver.

Agradecimentos

Homem: Nós queremos agradecer por essa visita honrosa e por ter nos escolhido para fazer parte da pesquisa que fazem. Queremos desejar sucesso para vocês nesse trabalho de pesquisa, onde estão aperfeiçoando os conhecimentos. Com certeza, em nossa família, em nosso Assentamento e nos Assentamentos onde vocês forem trabalhar e desenvolver pesquisas, vão ser bem recebidos. E que vocês possam partilhar essa pesquisa com os professores e que possam reforçar os conhecimentos e a decisão ideológica dentro da sociedade que nós vivemos. Esse é o grande desafio que lançamos ao seu estudo. Parabéns, sucesso e sigam em frente.

Mulher: É difícil falar dessas coisas. Às vezes a gente não pára para pensar quem tu és, de onde tu veio, como tu te realiza, o que que tu faz. A gente não se pergunta isso. E quando tu tem que responder isso não é muito fácil, a gente fica, será que é isso mesmo que eu falei!? Acho que ... agradeço esses papos e que essas experiências

* Raul Jugmann, Ministro da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, de 1994 a 2002, do governo do Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso.

possam servir para organizar mais experiências, desde famílias, comunidades, Assentamento, Movimento. Obrigada!

Pesquisador: Nós agradecemos por vossa paciência e dedicação dessas horas em revelar vossas experiências de vida em família, na Cooperativa e no Assentamento. Obrigado.

Anexo 05: Rótulo de Produtos da Reforma Agrária

Anexo 06: Fotos dos Assentamentos

Fotografia: Cristine Jaques Ribeiro



Foto 01:

Fotografia: Cristine Jaques Ribeiro



Foto 02

Fotos 01 e 02: Festa dos Cinco anos da COOPAVA, Piratini/RS – 26/08/2001

Fotografia: Nilson Binda



Foto: 03 Casa de madeira, Assentamento 25 de Outubro, Capão do Leão.

Fotografia: Nilson Binda



Foto: 04 Casa de alvenaria, Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini.

Fotografia: Nilson Binda



Foto 05: Família assentada, Assentamento 24 de Novembro, Capão do Leão.

Fotografia: Nilson Binda



Foto 06: Crianças e ao fundo, 'Pracinha das Crianças', Assentamento Conquista da Liberdade, Piratini.

Anexo 07: Pesquisa Exploratória

N. da Entrevista	Nome dos Entrevistados	Numero de filhos	Tipo de Constituição Familiar	Constituição Familiar Antes ou depois do Acampamento	Data da Entrevista	Assentamento
01	João Batista Faler Lucilda Tessari	03	Civil e Religioso	Antes	27/Jul/2000	Oito de Maio
02	Irmã Mariza Rocha Leite (da Congregação Religiosa Filhas da Imaculada Conceição)	-	-	-	27/Jul/2000	Piratini
03	Luiz Carlos Talaska Sandra Maria Rosa	01	União Livre	Depois	26/Ago/2000	24 de Novembro
04	Juraci Paulo Bongiorno Vanda Ascoli Bongiorno	03	Civil e Religioso	Antes	09/Set/2000	25 de Outubro

Anexo 08: Organograma das Entrevistas

N. da Entrevista	Nome e idade dos Entrevistados	Numero de filhos	Tipo de Constituição Familiar	Constituição Familiar Antes ou depois do Acampamento	Data da Entrevista	Assentamento
01	Orlando Silveira Alves (42) Lore Silveira Alves (38)	06	Civil e Religioso	Antes	14/Jun/2001	25 de Outubro
02	Sebastião R. dos Santos (58) Sandra Maria Vargas (43)	06	Civil	Antes	14/Jun/2001	25 de Outubro
03	Almerindo do Nascimento (32) Sirlei Girardi (22)	01	União Livre	Depois	16/Jun/2001	24 de Novembro
04	Vilmar Vargas (30) Loreci Engelmann (35)	01	Religioso	Depois	20/Jun/2001	24 de Novembro
05	Paulo Dal Chiavon (39) Ignez Salete Sandrin (40)	02	União Livre (recasados)	Antes	20/Jun/2001	25 de Outubro
06	Adelar Pretto (36) Sirlei Pretto (34)	04	Civil e Religioso	Antes	23/Jun/2001	Conquista da Liberdade
07	Telmo Moreira (49) Melânia Klewer Moreira (43)	04	Civil e Religioso	Antes	23/Jun/2001	Conquista da Liberdade
08	Seno Becker (34) Marli Becker (26)	02	Civil	Depois	24/Jun/2001	Conquista da Liberdade
09	Osmar Girardi (51) Tereza Girardi (49)	07	Civil e Religioso	Antes	30/Jun/2001	24 de Novembro
10	Olair Davi Macalli (45) Leopolda Silveira Macalli (48)	05	Civil e Religioso	Antes	30/Jun/2001	24 de Novembro
11	Algeu Vargas (47) Lourdes Padilha (39)	03	União Livre (recasados)	Antes	03/Jul/2001	24 de Novembro
12	Acélio Pires (41) Marilúcia da Silva (31)	02	União Livre	Depois	03/Jul/2001	25 de Outubro
13	Antonio Roseli S. da Rosa (31) Jussara Fiorentin da Rosa (28)	03	Civil e Religioso	Depois	04/Ago/2001	Conquista da Liberdade
14	Otávio Amaral (38) Cleci Câmera (38)	02	Civil e Religioso	Antes	04/Ago/2001	Conquista da Liberdade

Anexo 09: Esquema de síntese do estudo

